



**Universidade de Brasília
Faculdade UnB Planaltina
Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural**

PRISCYLLA DAYSE ALMEIDA GONÇALVES MENDES

**PLANO ABC - AGRICULTURA DE BAIXO CARBONO: SUA ELABORAÇÃO NO
ÂMBITO DO GOVERNO FEDERAL E SUA IMPLEMENTAÇÃO NO MUNICÍPIO
DE FORMOSA-GO**

BRASÍLIA

2014



**Universidade de Brasília
Faculdade UnB Planaltina
Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural**

PRISCYLLA DAYSE ALMEIDA GONÇALVES MENDES

**PLANO ABC - AGRICULTURA DE BAIXO CARBONO: SUA ELABORAÇÃO NO
ÂMBITO DO GOVERNO FEDERAL E SUA IMPLEMENTAÇÃO NO MUNICÍPIO
DE FORMOSA-GO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural da Universidade de Brasília, como requisito para obtenção do título de Mestre em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural.

Área de concentração: Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural

Linha de Pesquisa: Educação e Políticas Públicas para o Meio Ambiente e o Campo

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Ximenes Aguiar Bizerril

BRASÍLIA

2014

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília. Acervo 1019450.

M538p Mendes, Priscylla Dayse Almeida Gonçalves.
Plano ABC - Agricultura de Baixo Carbono: sua elaboração no âmbito do governo federal e sua implementação no município de Fomosa-GO / Priscylla Dayse Almeida Gonçalves Mendes. -- 2014.
170 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília, Faculdade UnB Planaltina, Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, 2014.

Inclui bibliografia.

Orientação: Marcelo Ximenes Aguiar Bizerril.

1. Brasil - Decreto nº 7.390, de 9 de dezembro de 2010. 2. Mudanças climáticas - Política governamental. 3. Estado. 4. Sociedade civil. 5. Crédito agrícola. 6. Efeito estufa (Atmosfera). I. Bizerril, Marcelo Ximenes Aguiar. II. Título.

CDU 502.34/.36

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE UnB PLANALTINA
MESTRADO EM MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL**

Termo de Aprovação

**“PLANO ABC - AGRICULTURA DE BAIXO CARBONO: SUA
ELABORAÇÃO NO ÂMBITO DO GOVERNO FEDERAL E SUA
IMPLEMENTAÇÃO NO MUNICÍPIO DE FORMOSA-GO.”**

Priscylla Dayse Almeida Gonçalves Mendes

Banca Examinadora

Prof. Dr. Marcelo Ximenes Aguiar Bizerril (UnB/FUP)

Prof^a. Dra. Janaína Deane de Abreu Sá Diniz
Membro Titular (UnB/FUP)

Prof. Dr. Irineu Tamaio
Membro Interno não vinculado ao Programa (UnB/FUP)

AGRADECIMENTOS

A Deus, minha maior inspiração!

Ao meu amado esposo Crhistopher, por estar ao meu lado em todos os momentos da minha vida e por ter acreditado em mim, incondicionalmente. Obrigada, meu amor, por suportar minha ausência e por estar sempre com um sorriso acolhedor. Amo-te!

À minha querida família em Maceió. À minha mainha, Nadja, por ter segurado a saudade de uma filha tão longe e por sempre querer e buscar para mim o meu melhor. Aos meus irmãos, Polly e Pablo, à minha cunhada, Camila, à minha tia, Niedja, e a todos os meus tios, por comemorar minhas vitórias! Ao meu pai, Audi, minha tia Lú e meus irmãos, Luan e Arthur, por todo o apoio e incentivo. Em especial, aos meus avós, Arnaldo e Neves, pelas lágrimas de saudade nas raras ligações telefônicas e por toda a confiança em meu sucesso. Eu amo todos vocês!

Aos meus amigos, a todos os meus verdadeiros amigos, que acreditaram em mim mesmo quando nem eu mesma acreditava, por compreender minhas tantas ausências nas conversas e comemorações, presencial ou *on line* (rsrs...).

À minha terapeuta, Sofia Nantes, por me ensinar a encarar a vida de outro jeito!

Aos meus colegas do MADER, por compartilhar comigo todos os percalços do caminho de um estudante de mestrado! Em particular, à Nayara, por me acompanhar às idas à FUP, pelo apoio na minha qualificação e por me escutar e incentivar tantas vezes.

Ao meu orientador, Prof. Marcelo, por toda a paciência em responder minhas dúvidas, em me orientar mesmo naquilo que mais parecia lógico! Por sua compreensão, apoio e, principalmente, pelo seu exemplo profissional.

Aos profs. da Banca de Qualificação, Profa. Janaína Diniz e Prof. Sérgio Sauer, por suas sugestões tão importantes, que deram uma direção mais concreta ao trabalho.

Aos demais professores do MADER, pelas muitas aulas produtivas e por me inspirarem na compreensão de novos caminhos, de novos conhecimentos. Obrigada por sua valiosa contribuição!

Ao pessoal da coordenação do MADER, por nos atender de maneira tão prestativa e acolhedora, quando a gente mais precisava.

Ao Banco do Brasil, por ter me apoiado no início dessa jornada, me liberando para assistir as aulas. Em especial, aos colegas Júnior Chimento e Beltrão, pela compreensão e dedicação em uma fase de tantas mudanças na minha vida. Aos demais colegas do Banco, por todo incentivo em apostar em mim!

A todos os entrevistados dessa pesquisa, pela disponibilidade em nos atender tão prontamente.

À CAPES, pelo financiamento deste trabalho desde agosto de 2014.

Aos professores da Banca de Defesa, Prof. Irineu Tamaio e Profa. Janaína Diniz, pelas valiosas sugestões e disposição em avaliar esse trabalho com tamanho zelo!

À UnB e ao MADER, pela oportunidade de crescimento pessoal e profissional, e por proporcionar um ambiente acadêmico bastante interativo!

A todos, o meu muito OBRIGADA!

RESUMO

As discussões internacionais sobre mudanças climáticas levaram o Brasil a propor uma Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) que pudesse abarcar vários setores da economia nacional, com destaque para a Agropecuária e Mudança no Uso da Terra e Florestas, os quais constituem-se com as maiores fontes de emissões de gases de efeito estufa (GEE) no Brasil. Para atender esses setores, foi criado o Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura (Plano ABC), com o intuito de propor boas práticas de produção agropecuária que contribuíssem para a redução dos GEE. Nesse contexto, o papel do Estado nas relações com os diversos grupos com os quais se relaciona, em especial com a sociedade civil, torna-se relevante. O objetivo do presente trabalho foi estudar o processo de elaboração do Plano ABC, no âmbito do governo federal, e o processo de implementação na região da pesquisa selecionada, o município de Formosa, em Goiás. Propõe-se discutir o conteúdo do Plano ABC, compreender a dinâmica da participação dos principais atores envolvidos e relatar o perfil e a percepção do público beneficiário acerca do Plano ABC e também de seu principal instrumento financeiro, o Programa ABC. Para isso, utilizou-se a análise documental do Plano ABC (publicação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em 2012) e também entrevistas com os atores envolvidos, inclusive os beneficiários. Os principais resultados apontam para a valorização de parcerias com várias instituições e diálogos entre o Estado brasileiro e a sociedade civil; ações de divulgação ainda incipientes, com apoio nos atrativos do Programa ABC em detrimento de outros meios; menor esforço em promover junto aos produtores rurais uma sensibilização quanto às questões ambientais; alta satisfação dos beneficiários acerca do crédito do Programa ABC, porém baixa ou nenhuma percepção desses sobre várias ações previstas no Plano; indisponibilidade de informações consistentes acerca dos resultados do Plano ABC, em termos de crédito e adoção das práticas propostas. Essa pesquisa traz também contribuições ao estudo dos processos de elaboração e de implementação de políticas públicas no Brasil.

Palavras-chave: Mudanças climáticas; Políticas públicas; Política Nacional sobre Mudança do Clima; Plano ABC.

ABSTRACT

The international discussions about climate changes took Brazil to propose a National Policy about climate change (PNMC) that could encompass several sectors of the national economy, with emphasis on agriculture and change in land and forest use, on which constitute themselves with the emission sources of greenhouse gases (GEE) in Brazil. To attend these sectors, it was created the Sector Plan for Mitigation and Adaptation to Climate Change to the consolidation of an economy of low carbon emission in agriculture (ABC Plan), in order to offer good agricultural production practices that could contribute to the reduction of the GEE. In these contexts, the role of the state in the relations with the groups with which it interacts, especially with the civil society becomes relevant. The purpose of this study was to investigate the process of elaboration of the ABC Plan, within the federal government, and the process of implementation in the region of the selected research, the city of Formosa, state of Goiás. It proposes to discuss the content of the ABC Plan, understand the dynamics of participation of the main actors involved and to relate the profile and the perception of the beneficiary public about the ABC plan as well as its main financial instrument, the ABC Program. For that was carried out a documental analysis of the ABC Plan (publication of the ministry of Agriculture, Livestock and Supply in 2012) and also interviews with the actors involved, including beneficiaries. The main results point to the enhancement of partnerships with many institutions and dialogues between the Brazilian State and the civil society; still incipient dissemination actions, with the help in the attractions of the ABC Program at the expense of other means; less effort to promote with rural producers an awareness of environmental issues; high satisfaction of the beneficiaries about the credit of the ABC Program, however low or no perception of these about many actions in the plan; unavailability of consistent information about the results of the ABC Plan, in terms of credit and adoption of the proposed practices. This research also brings contribution to the study of the processes of preparation and implementation of Public Policies in Brazil.

Key-words: Climate changes; Public Policy; National Policy about Climate Changes; ABC Plan.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização do Bioma Cerrado no Brasil	26
Figura 2 – Emissões de CO ₂ por setor (2005)	33
Figura 3 – Emissões de CH ₄ por setor (2005)	33
Figura 4 – Emissões de N ₂ O por setor (2005)	34
Figura 5 – Mapa de localização do município de Formosa-GO	49
Figura 6 – Processo tecnológico, compromisso nacional relativo (aumento da área de adoção ou uso) e potencial de mitigação por redução de emissão de GEE (milhões de MgCO ₂ eq) ...	59
Figura 7 – Imagens das técnicas de mitigação propostas pelo Plano ABC	69

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Principais atores institucionais que participaram da elaboração do Plano ABC e o amparo legal	47
Quadro 2 – Duração das entrevistas dos atores institucionais e regionais/locais	52
Quadro 3 – Agrupamento das informações das entrevistas dos atores institucionais e regionais/locais	55
Quadro 4 – Categorias e variáveis para análise do Perfil dos Beneficiários	56
Quadro 5 – Categorias e variáveis para análise da Percepção dos Beneficiários	56
Quadro 6 – Principais ações, responsáveis, parceiros e investimentos previstos para Recuperação de Pastagens Degradadas	60
Quadro 7 – Principais ações, responsáveis, parceiros e investimentos previstos para Integração lavoura-pecuária-floresta (ILPF) e Sistemas Agroflorestais (SAFs)	61
Quadro 8 – Principais ações, responsáveis, parceiros e investimentos previstos para Sistema de Plantio Direto (SPD)	63
Quadro 9 – Principais ações, responsáveis, parceiros e investimentos previstos para Fixação Biológica de Nitrogênio (FBN)	65
Quadro 10 – Principais ações, responsáveis, parceiros e investimentos previstos para Florestas Plantadas	67
Quadro 11 – Principais ações, responsáveis, parceiros e investimentos previstos para Tratamento de Dejetos Animais	68
Quadro 12 – Principais ações, responsáveis, parceiros e investimentos previstos para Adaptação às Mudanças Climáticas	71
Quadro 13 – Principais ações transversais do Plano ABC, responsáveis, parceiros e investimentos previstos	73
Quadro 14 – Principais ações de monitoramento do Plano ABC, responsáveis, parceiros e investimentos previstos	77
Quadro 15 – Número de contratos aprovados e valor desembolsado pelo Programa ABC na agência de Formosa (GO) nas últimas três safras	91
Quadro 16 – Localização das propriedades rurais dos entrevistados	116
Quadro 17 – Conhecimento dos beneficiários sobre o Plano ABC	120
Quadro 18 – Motivação dos beneficiários para utilizar o crédito do Programa ABC	121
Quadro 19 – Dificuldades apontadas pelos beneficiários no acesso ao crédito do Programa ABC.....	123

Quadro 20 – Principais comentários dos entrevistados satisfeitos com as ações de divulgação do Plano ABC	124
Quadro 21 – Principais comentários dos entrevistados insatisfeitos com as ações de divulgação do Plano ABC	125
Quadro 22 – Principais comentários dos entrevistados sobre a opinião acerca da tendência do Plano ABC	126

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Área das propriedades rurais dos entrevistados (em ha)	116
Gráfico 2 – Tempo na atividade rural	117
Gráfico 3 – Quantidade de bancos que possui relacionamento	118
Gráfico 4 – Conhecimento sobre o Plano ABC	119
Gráfico 5 – Avaliação do processo de análise/liberação de crédito do Programa ABC	122
Gráfico 6 – Avaliação das ações de divulgação do Plano ABC na região da pesquisa	124
Gráfico 7 – Opinião dos beneficiários acerca da tendência do Plano ABC	125
Gráfico 8 – Satisfação dos beneficiários acerca do Programa ABC	126

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC	Agricultura de Baixo Carbono
ABIMAQ	Associação Brasileira de Indústria de Máquinas e Equipamentos
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
ANPII	Associação Nacional de Propriedade Industrial e Intelectual
ASA	Articulação no Semi-Árido Brasileiro
ASBRAER	Associação Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
Astecs	Empresas de Assistência Técnica Privadas
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BACEN	Banco Central do Brasil
BANCOOB	Banco Cooperativo do Brasil
BASA	Banco da Amazônia
BB	Banco do Brasil
BM&F	Bolsa de Mercadorias e Futuros
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Nacional
BRB	Banco de Brasília
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CIM	Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima
CNA	Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
Coopertinga	Cooperativa Agropecuária da Região do Piratinga
COP	Conferência das Partes
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CREA	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
DEPROS/SDC	Departamento de Sistemas de Produção e Sustentabilidade/Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAEG	Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás
FBN	Fixação Biológica de Nitrogênio
FBMC	Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas

FCO	Fundo Constitucional do Centro-Oeste
FEBRABAN	Federação Brasileira de Bancos
FEBRAPDP	Federação Brasileira de Plantio Direto na Palha
FGV	Fundação Getúlio Vargas
GEE	Gases de Efeito Estufa
GEX	Grupo Executivo
GTPS	Grupo de Trabalho da Pecuária Sustentável
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ILPF	Integração Lavoura-pecuária-floresta
INC/FCCC	<i>Intergovernmental Negotiating Committee/Framework Convention on Climate Change</i>
INMET	Instituto Nacional de Meteorologia
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPCC	<i>Intergovernmental Panel on Climate Change</i>
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MBRE	Mercado Brasileiro de Redução de Emissões
MCR	Manual de Crédito Rural
MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC	Ministério da Educação
MF	Ministério da Fazenda
MI	Ministério da Integração Nacional
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MRV	Monitoramento, Reporte e Verificação
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
OEPAS	Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuária
ONG	Organização não-governamental
OSFL	Organização sem Fins Lucrativos
PAP	Plano Agrícola e Pecuário

PNMC	Política Nacional sobre Mudança do Clima
PPCDAm	Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal
PPCerrado	Plano de Ação para Prevenção e Controle dos Desmatamentos e das Queimadas no Cerrado
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PTI	Parque Tecnológico Itaipu
REDD	Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação
RIDE/DF	Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno
SAE	Secretaria de Assuntos Estratégicos
SAF	Sistema Agroflorestal
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SEPLAN-GO	Secretaria de Planejamento do Estado de Goiás
SICCOB	Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural
SPD	Sistema Plantio Direto
SUDECO	Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TT	Transferência de Tecnologia
Unicamp	Universidade Estadual de Campinas

LISTA DE SÍMBOLOS

CO	Monóxido de Carbono
CO ₂	Dióxido de Carbono
CH ₄	Metano
HA	Hectares
N	Elemento Químico Nitrogênio
N ₂	Nitrogênio Gasoso
N ₂ O	Óxido Nitroso
NO _x	Óxidos de Nitrogênio
Ton CO ₂ eq	Toneladas Equivalentes em Dióxido de Carbono

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	20
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO E PROBLEMA DE PESQUISA.....	20
1.2 JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA DA PESQUISA	22
1.3 OBJETIVOS	24
1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO	24
2 REVISÃO DA LITERATURA	25
2.1 MUDANÇAS CLIMÁTICAS NO BRASIL.....	25
2.2 ESTADO, POLÍTICAS PÚBLICAS E SOCIEDADE CIVIL.....	37
3 MÉTODOS	45
3.1 DO OBJETO DE ESTUDO E DOS SUJEITOS DA PESQUISA	46
3.2 DA REGIÃO DA PESQUISA	48
3.3 DAS TÉCNICAS DE COLETA DOS DADOS.....	50
3.4 DA ANÁLISE DOS DADOS.....	54
4 O PLANO ABC	57
4.1 RECUPERAÇÃO DE PASTAGENS DEGRADADAS.....	59
4.2 INTEGRAÇÃO LAVOURA-PECUÁRIA-FLORESTA (ILPF) E SISTEMAS AGROFLORESTAIS (SAFS).....	61
4.3 SISTEMA PLANTIO DIRETO (SPD)	63
4.4 FIXAÇÃO BIOLÓGICA DE NITROGÊNIO (FBN).....	64
4.5 FLORESTAS PLANTADAS	66
4.6 TRATAMENTO DE DEJETOS ANIMAIS	68
4.7 ADAPTAÇÃO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS	70
4.8 AÇÕES TRANSVERSAIS DO PLANO ABC	72
4.9 MONITORAMENTO DO PLANO ABC	76
4.10 O CRÉDITO RURAL NO BRASIL E O PROGRAMA ABC	77

5 ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO ABC: PARTICIPAÇÃO E PERCEPÇÃO DOS ATORES	81
5.1 CASA CIVIL.....	81
5.2 MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – FUNDO CLIMA.....	83
5.3 EMPRESAS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA PRIVADA (ASTECS).....	85
5.4 BANCO DO BRASIL.....	90
5.5 PREFEITURA DE FORMOSA – SECRETARIA DE AGRICULTURA E PECUÁRIA.....	94
5.6 MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO.....	95
5.7 MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE.....	99
5.8 MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO.....	104
6 PERFIL E PERCEPÇÃO DO PÚBLICO BENEFICIÁRIO	115
6.1 PERFIL DO PÚBLICO BENEFICIÁRIO.....	115
6.2 PERCEPÇÃO SOBRE O PLANO E O PROGRAMA ABC.....	119
7 DISCUSSÃO	127
7.1 A ELABORAÇÃO DO PLANO ABC E O PAPEL DO ESTADO.....	127
7.2 A IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO ABC E O PÚBLICO BENEFICIÁRIO.....	129
8 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	134
REFERÊNCIAS	137
APÊNDICE	149
APÊNDICE A – ROTEIROS DAS ENTREVISTAS COM OS ATORES INSTITUCIONAIS.....	149
APÊNDICE B – ROTEIROS DAS ENTREVISTAS COM OS ATORES REGIONAIS/LOCAIS.....	152
APÊNDICE C – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS COM OS PRODUTORES RURAIS (ADAPTADO PARA ANÁLISE).....	155
ANEXOS	158
ANEXO A – FINANCIAMENTO RURAL – PROGRAMAÇÃO E APLICAÇÃO DE RECURSOS – SAFRAS 2012/2013 (EFETIVA) E 2013/2014.....	158

ANEXO B – BRASIL: CRÉDITO RURAL – PROGRAMAS DE INVESTIMENTO COM RECURSOS DO SISTEMA BNDES – DESEMBOLSOS EFETUADOS EM 2013	159
ANEXO C – BRASIL: CRÉDITO RURAL – PROGRAMAS DE INVESTIMENTO COM RECURSOS DO SISTEMA BNDES – DESEMBOLSOS EFETUADOS EM JANEIRO A AGOSTO DE 2014.....	160
ANEXO D – CENSO AGROPECUÁRIO 2006 – CONDIÇÃO DO PRODUTOR – TOTAL – MASCULINO E FEMININO – ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS – COMPARAÇÃO ENTRE OS MUNICÍPIOS: GOIÁS	161

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO E PROBLEMA DE PESQUISA

As mudanças climáticas constituem um tema bastante presente nas discussões e eventos internacionais, inclusive no Brasil. Por ter uma ampla diversidade ambiental de biomas, o Brasil possui um grande desafio de conservação de sua biodiversidade. Nesse contexto, destaca-se o bioma Cerrado, o segundo maior da América do Sul, que possui grande vulnerabilidade às mudanças do clima, sendo considerado o bioma mais ameaçado do país pela ação antrópica (Aquino *et al.*, 2008; Féres *et al.*, 2011).

O debate científico sobre os efeitos do aquecimento global é pautado no longo histórico de degradação antrópica do meio ambiente, tanto no Brasil como em outros países. No Brasil, a despeito da presença dessa degradação em vários momentos da história, entende-se ter sido esse desgaste ambiental amplamente incentivado pela *modernização conservadora* à época da ditadura militar no país, quando o Estado reforçou o crescimento econômico dissociado da preocupação acerca das questões ambientais, o que perdura até hoje.

A partir do diagnóstico ambiental resultante dessa histórica deterioração do meio ambiente, pesquisas internacionais sobre o clima sugerem uma mudança nas práticas produtivas, em diversos setores, para minimizar os efeitos das mudanças climáticas, especialmente quanto à redução das emissões de gases de efeito estufa, os chamados GEE. Para isso, foram propostos acordos internacionais para os países desenvolvidos, com destaque para o acordo resultante da 15ª Conferência das Partes, realizada em 2009, em Copenhague, Dinamarca.

No entanto, alguns países em desenvolvimento, como o Brasil, dispuseram-se voluntariamente para contribuir com a redução das emissões de GEE, a partir de estudos internacionais e também nacionais feitos para identificar as fontes de emissão de GEE. O principal estudo nacional realizado foi o Inventário de Emissões e Remoções Antrópicas de Gases de Efeito Estufa não Controlados pelo Protocolo de Montreal (MCTI, 2004; MCTI, 2010), que diagnosticou, dentre outros setores, a situação dos setores da Agropecuária e de Mudança no Uso da Terra e Florestas.

Com um compromisso voluntário, o governo brasileiro procurou criar medidas de mitigação e de adaptação às mudanças climáticas, através da criação do Plano Nacional sobre Mudança do Clima, da Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), instituída através da Lei 12.187/2009, do Decreto 7.390/2010, complementar à referida lei, e também de outras medidas regulamentares.

A Política Nacional sobre Mudança do Clima constitui-se um marco legal para o Brasil. É uma política ampla, que prevê a criação de diversos planos setoriais, como o Plano para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura, mais comumente chamado de Plano ABC, o qual propõe a adoção de boas práticas de produção agrícola através de seis técnicas de mitigação de GEE e também ações de adaptação às mudanças climáticas, tendo como principal instrumento financeiro o Programa ABC, criado especialmente para atender demandas de crédito dos produtores rurais.

A PNMC também propõe a compatibilidade com outras políticas e programas governamentais, como a Educação Ambiental. Nesse ambiente, a Educação Ambiental possui seu papel, na medida em que propõe a conservação do meio ambiente através da disseminação de informações, de práticas educativas e de um diálogo democrático com a sociedade civil, ações consonantes com as diretrizes da Política.

Desse modo, o papel que o Estado se propõe a realizar torna-se fundamental no incentivo à sustentabilidade, na medida em que o próprio Estado abriga as relações sociais da sociedade civil e política mutuamente, sendo essas relações caracterizadas pela organização ou pelo conflito, como relata o conceito gramsciano de Estado Ampliado. O Estado não é um sujeito isolado, mas é a própria sociedade em todas as suas interações (Dias e Serafim, 2011).

Diante de um cenário de conflitos sociais, de disputas pela hegemonia e da interpelação de grupos sociais marginalizados, o Estado vale-se da criação e da implementação de políticas que procurem minimizar as desproporções. Tais políticas constituem-se objeto de análise, tendo seus resultados e impactos cada vez mais amplamente avaliados.

A evolução na criticidade da avaliação de políticas públicas demonstra uma crescente preocupação do Estado com o público beneficiário de suas políticas, com a expectativa de que

fossem estimuladas a clareza na administração pública e a satisfação desse público (Faria, 2005).

A reflexão sobre as políticas públicas no Brasil deve levar em consideração outros fatores que interferem em sua implementação, como a cultura política e o papel das instituições sociais e dos atores que nesse ambiente se inserem (Frey, 2000). Ressalta-se a importância dos diálogos com a sociedade civil, bem como das relações do Estado com seus diversos públicos, os chamados *stakeholders*.

A emergência e a dinamicidade do tema sobre mudanças climáticas no cenário ambiental brasileiro exigem uma reflexão atual sobre a configuração das políticas públicas, principalmente quanto às ações do Estado, sejam isoladas ou em parceria com outras instituições.

Ademais, a delimitação do presente estudo concentra-se na Política Nacional sobre Mudança do Clima, mais especificamente no plano setorial da agricultura. O problema que se coloca reside na compreensão do processo de elaboração do Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura (Plano ABC) no âmbito do Governo Federal e de sua implementação no município de Formosa, localizado no estado de Goiás.

1.2 JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA DA PESQUISA

O tema da pesquisa foi escolhido com base na ênfase atual que se tem dado ao tema Mudanças Climáticas nas discussões internacionais, seja na academia ou na sociedade civil, bem como as implicações decorrentes de ações antrópicas sobre o meio ambiente, especialmente quanto às emissões de gases de efeito estufa (GEE).

Diante desses debates, o Brasil assumiu, voluntariamente, o compromisso de contribuir para a redução desses gases, valendo-se de várias regulamentações internas de estímulo a boas práticas produtivas, em vários setores da economia. O Inventário de Emissões e Remoções Antrópicas de Gases de Efeito Estufa não Controlados pelo Protocolo de Montreal diagnosticou

fontes de emissões de GEE em seis setores, sendo dois deles a Agropecuária e a Mudança do Uso da Terra e Florestas.

A forte representatividade de atividades ligadas ao meio rural como emissoras de GEE permite inferir a necessidade de estudos sobre as mudanças climáticas originadas no campo brasileiro, sob várias perspectivas.

Desse tema, a pesquisa pautou-se pela necessidade de se entender o processo de elaboração e de implementação de uma política pública ligada à mudança do clima no Brasil, a saber, a Política Nacional sobre Mudança do Clima, estabelecida através da Lei 12.187/2009. No entanto, o aspecto em foco foi o Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura (Plano ABC).

A abordagem da pesquisa foi exploratória, na tentativa de ampliar o conhecimento sobre o Plano ABC, ainda atual e carente de publicações mais específicas, e também qualitativa, tomando o município de Formosa, estado de Goiás, como um estudo de caso abrangente.

O município selecionado para a pesquisa, Formosa, está localizado no estado de Goiás, região Centro-Oeste do Brasil, que é coberta principalmente pelo bioma Cerrado, palco de ações antrópicas mais severas.

Outro aspecto relevante na seleção da região da pesquisa se refere aos desembolsos do Programa ABC, que é o instrumento criado para financiar recursos aos produtores rurais que, porventura, adotem as práticas do Plano ABC; e que foi um dos aspectos avaliados na pesquisa. A região Centro-Oeste possui a maior participação na liberação de recursos do Programa ABC do país, e o estado de Goiás teve a maior participação da região, com mais de 65% dos desembolsos do Programa com recursos do Sistema BNDES no Centro-Oeste (MAPA, 2014-A).

A despeito da importância produtiva de outros municípios do estado, a seleção do município de Formosa deu-se, primeiramente, pela representatividade na agropecuária e, em segundo lugar, pela facilidade no acesso às informações regionais/locais necessárias para a pesquisa.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Geral

Estudar o processo de elaboração do Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura (Plano ABC), no âmbito do governo federal, e de sua implementação no município de Formosa, Goiás.

1.3.2 Específicos

- ✓ Discutir o conteúdo do Plano ABC, descrevendo as principais ações previstas para as técnicas de mitigação de gases de efeito estufa e de adaptação às mudanças climáticas, as ações transversais e de monitoramento, bem como a normatização do Programa ABC, instrumento financeiro criado especificamente para estimular o financiamento das técnicas do Plano ABC pelos produtores rurais;
- ✓ Compreender a dinâmica da participação dos principais atores institucionais envolvidos no processo de elaboração do Plano ABC, além dos atores regionais ou locais que participam da sua implementação no município de Formosa (GO), bem como a percepção desses atores acerca do Plano ABC e/ou do Programa ABC;
- ✓ Relatar o perfil e a percepção do público beneficiário, a respeito do conhecimento, da divulgação e da tendência do Plano ABC, bem como da motivação, do processo de crédito e da satisfação acerca do Programa ABC.

1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

O trabalho está estruturado em oito capítulos, sendo o primeiro capítulo essa Introdução, onde apresenta-se a contextualização e o problema da pesquisa, sua justificativa e relevância, além dos objetivos e da estrutura do trabalho.

O capítulo dois descreve a Revisão da Literatura, com um tema sobre as mudanças climáticas no Brasil, incluindo debates sobre o Cerrado brasileiro e a expansão da fronteira agrícola, o Brasil no contexto internacional das mudanças climáticas, e também Educação Ambiental e mudanças climáticas no Brasil. Ainda nesse capítulo, também é abordado o tema

Estado, políticas públicas e sociedade civil, incluindo um debate sobre os *stakeholders* do setor público e a participação social.

No capítulo três, relaciona-se os Métodos utilizados na pesquisa, detalhando o objeto de estudo, os sujeitos e a região da pesquisa, além das técnicas de coleta e análise dos dados.

Os capítulos quatro, cinco e seis referem-se aos resultados obtidos na pesquisa, de acordo com os objetivos propostos no trabalho.

No capítulo quatro há uma descrição do Plano ABC, das seis técnicas de mitigação de GEE, e também ações de adaptação, ações transversais e ações de monitoramento, além da discussão sobre crédito rural no Brasil e o Programa ABC.

O capítulo cinco descreve a participação e a percepção de algumas instituições na elaboração e na implementação do Plano ABC na região da pesquisa, abrangendo atores institucionais e regionais/locais.

O capítulo seis relata o perfil do público beneficiário do Plano ABC na região da pesquisa, sob a perspectiva do Programa ABC, além de informações sobre sua percepção sobre esses temas.

No capítulo sete, é feita uma discussão dos resultados obtidos e apresentados nos capítulos anteriores. Nesse item, procurou-se fazer uma análise mais ampla, destacando as principais questões observadas e correlacionando com a ideia central da pesquisa.

O capítulo oito apresenta as conclusões produzidas com a pesquisa e também algumas recomendações para futuros estudos.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 MUDANÇAS CLIMÁTICAS NO BRASIL

2.1.1 O Cerrado brasileiro e a expansão da fronteira agrícola

Por ser uma região tropical, o clima no Brasil caracteriza-se predominantemente por temperaturas mais altas, o que pode ser um fator a acentuar os efeitos do aquecimento global,

pois como destacam Féres *et al* (2011), em áreas mais quentes, as culturas agrícolas podem sofrer bastante, gerando quedas de produtividade.

O Brasil possui uma ampla diversidade ambiental, abrigando diversos biomas, com clima, fauna e flora característicos. Dessa forma, esses biomas podem responder, de maneiras diferentes, aos efeitos das mudanças climáticas. Féres *et al.* (2011), tomando como base alguns estudos, discutem alguns desses efeitos, enfatizando que áreas mais quentes e com baixa pluviosidade como o Cerrado, na região Centro-Oeste, comparadas às áreas do Sul do Brasil, por exemplo, podem ser mais vulneráveis aos efeitos do aquecimento global.

A análise desses autores mostra também que a produção agrícola brasileira tenderia a adotar culturas mais resistentes a elevadas temperaturas como forma de adaptação, diminuindo a redução da produtividade e lucratividade (Féres *et al.*, 2011).

Da diversidade ambiental brasileira, destaca-se o bioma Cerrado como o segundo maior bioma da América do Sul, o qual ocupa cerca de 22% do território brasileiro e abrange os estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Tocantins, Bahia, Maranhão, Piauí, Rondônia, São Paulo, Paraná e o Distrito Federal, além de parte dos estados do Amapá, Roraima e Amazonas (Figura 1) (MMA, 2014).



Figura 1: Localização do Bioma Cerrado no Brasil
Fonte: MMA/IBAMA, 2011.

Apesar de seu grande valor ambiental, o Cerrado vem sofrendo bastante a ação antrópica intensa na abertura de novas áreas, sendo o bioma mais ameaçado do país (Aquino *et al.*, 2008). O Cerrado, inicialmente, não atraía interesse para a expansão da fronteira agrícola no Brasil. A partir de 1970, com a extenuação das áreas potenciais do Sul e do Sudeste, a região começou a ser ocupada (Duarte, 1998-B).

A histórica *modernização da agricultura*¹ no Brasil, amplamente incentivada à época do militarismo, trouxe consigo uma ocupação desmedida de áreas antes inexploradas em benefício do desenvolvimento capitalista (Martins, 1994). Essa “modernização” foi acompanhada por um enorme crescimento econômico, crédito subsidiado pelo governo e incentivos fiscais (Delgado, 2010). Entende-se que o momento histórico da *modernização conservadora* da agricultura no Brasil, reforçado na época da ditadura, cada dia mais apresenta-se fortalecido pelo modelo econômico adotado pelo Brasil, que privilegia o acúmulo e a concentração de capital em detrimento da conservação ambiental.

Essa impensada posse das terras brasileiras, junto com a chamada “globalização” e a necessidade de desenvolvimento econômico e tecnológico, acarretou vários problemas nas relações ambientais (Duarte, 1998-A; Faria, 1998). Duarte (1998-A) discute a importância dessas relações no meio rural, em especial nos cerrados brasileiros: “torna-se urgente a discussão e análise sobre a questão ambiental na região dos cerrados e a busca de alternativas locais e regionais que possibilitem o seu desenvolvimento dentro dos padrões de sustentabilidade” (Duarte, 1998-A, p. 16).

As críticas sobre a *modernização conservadora* atual trazem consigo o conceito de “economia verde”, onde há respeito aos limites dos ecossistemas e ética nos processos de tomada de decisão, conforme discute Abramovay (2012). A “economia verde” no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza foi um dos temas discutidos na Rio+20, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada em junho de 2012, no Rio de Janeiro.

¹ Outros termos podem ser usados como sinônimos de *modernização da agricultura*, como *modernização conservadora*, amplamente utilizado nesse trabalho, ou *Revolução Verde*. Para consultar mais detalhes sobre esse movimento, consultar Martins (1994) e Delgado (2010).

Constitui-se um desafio a conservação ambiental, evitando o desmatamento do Cerrado e praticando o manejo correto das áreas que já estão em uso, o que promove a sustentabilidade (Aquino *et al.*, 2008). Outro desafio é aumentar o conhecimento sobre a importância da biodiversidade, em especial no apoio à tomada de decisões. As políticas públicas devem considerar esse conhecimento, já que as mudanças na paisagem do Cerrado provavelmente refletem sobre o clima (Klink e Machado, 2005).

A biodiversidade do Cerrado possui vasta capacidade de absorção de carbono, por grande parte de sua biomassa ser subterrânea, o que pode ter alto valor para o equilíbrio ecológico do planeta (MI, 2014).

2.1.2 O Brasil no contexto internacional das mudanças climáticas

A ação humana sobre o meio ambiente, com o intuito de expandir a agropecuária, responde por grande parte das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) de origem antrópica no Brasil. As mudanças no uso do solo, seja com sistemas que privilegiem a gradagem e a consequente erosão do solo ou a simples instalação de pastagens em áreas virgens, reduzem o sequestro de carbono (Boddey *et al.*, 2012). E já é sabido que esses gases, provenientes de emissões antrópicas, promovem o aquecimento global (Oliveira-Filho e Medeiros, 2008).

Apesar das divergências científicas e políticas acerca do aquecimento global, há um consenso sobre a mudança danosa do clima e que todos serão afetados. O efeito estufa, por sua vez, possui um papel essencial na mudança climática da Terra (Abranches, 2010). Esse assunto, apesar de não ser recente, tem levado muitas pessoas aos eventos internacionais sobre o tema, que passou a interessar não somente aos cientistas.

A urgência do tema, provocada pelas evidências científicas, despertou a Assembleia Geral das Nações Unidas para estabelecer um tratado mundial sobre o assunto. Em 1990, a Assembleia criou o Comitê Intergovernamental de Negociação para a Convenção-Quadro sobre Mudança do Clima (INC/FCCC). O Comitê, em junho de 1992, na Cúpula da Terra no Rio de Janeiro (Eco-92), propôs os termos da Convenção, assinada durante o evento por autoridades de 154 países e a Comunidade Europeia, e que entraria em vigor em 21 de março de 1994 (MCTI, 1992).

Em 1995, em Berlim, o órgão supremo da Convenção, a Conferência das Partes (COP), se reuniria pela primeira vez, e, a partir de 1995, a COP realizou reuniões anuais em várias partes do mundo para discutir a Mudança do Clima.

Em dezembro de 1997, na COP3, em Quioto, Japão, adotou-se um protocolo, o qual determina que os países industrializados reduzissem suas emissões de GEE em pelo menos 5% comparado aos níveis do ano de 1990, com prazo até o período de 2008 a 2012 (MCTI, 1997).

A prioridade das metas para esses países industrializados (ou desenvolvidos) se deveu ao fato de que o setor industrial era mais relevante à época. Porém, com o passar do tempo, as discussões foram ampliadas e o papel da agricultura teve sua importância reconhecida (Mozzer, 2011).

Participante de toda essa reflexão global sobre as mudanças climáticas, o Brasil instituiu várias leis e decretos, para discutir e incentivar a redução do aquecimento global. A legislação brasileira abrange, dentre outras ações: a aprovação do texto da Convenção-Quadro (BRASIL, 1994); a promulgação da Convenção (BRASIL, 1998); a criação de uma Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, para articular as ações do governo na área (BRASIL, 1999-B); e a criação do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, para conscientizar e mobilizar a sociedade (BRASIL, 2000-A).

O Brasil, comprometido com a Convenção, possuía a obrigação de elaborar e de atualizar periodicamente um inventário nacional de emissões e remoções antrópicas de GEE. O primeiro inventário foi parte da Comunicação Inicial do Brasil à Convenção, tendo vários setores inventariados, como Energia, Processos Industriais, Uso de Solventes e outros Produtos, Agropecuária, Mudança no Uso da Terra e Florestas, e Tratamento de Resíduos (MCTI, 2004).

O 1º Inventário de Emissões e Remoções Antrópicas de Gases de Efeito Estufa não Controlados pelo Protocolo de Montreal foi submetido à Convenção-Quadro em dezembro de 2004, com dados do ano base de 1994, considerando vários GEE, como o dióxido de carbono (CO₂). A metodologia que embasou a elaboração do Inventário foi a do *Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC)*, porém foi adaptada através de outras pesquisas que melhor se adequassem à realidade brasileira (BRASIL, 2008).

O governo brasileiro, em 2007, instituiu o Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima (CIM), de cunho permanente, e coordenado pela Casa Civil da Presidência da República. O CIM tem por atividades a orientação na elaboração, implementação, monitoramento e avaliação do Plano Nacional sobre Mudança do Clima, além de promover sua disseminação e revisão periódica. Essa orientação será feita ao Grupo Executivo sobre Mudança do Clima (GEX), instituído no âmbito do CIM, e coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente (BRASIL, 2007).

Publicado em dezembro de 2008, o Plano Nacional sobre Mudança do Clima está estruturado sob quatro eixos: mitigação; vulnerabilidade, impacto e adaptação; pesquisa e desenvolvimento; e capacitação e divulgação. Seus objetivos, dentre outros, passam pelo fomento a aumentos de eficiência no desempenho dos setores da economia, buscando sempre alcançar as melhores práticas, e também pela identificação dos impactos ambientais originados das mudanças climáticas (BRASIL, 2008).

Concomitante à publicação do Plano Nacional, um projeto de lei já estava em andamento, o qual propunha a criação da Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC (BRASIL, 2008). Na 15ª Conferência das Partes (COP15), realizada em Copenhague, na Dinamarca, em dezembro de 2009, o governo brasileiro já se propunha voluntariamente com as metas de redução das emissões dos GEE, já previstas no projeto de lei da PNMC (Seroa da Motta, 2011).

Aprovada logo após o Acordo de Copenhague, a PNMC se constitui um marco legal no contexto das mudanças climáticas no Brasil. Ela vai além dos compromissos internacionais voluntários propostos, mas os compromissos internos com a sociedade brasileira se apresentam mais relevantes (Seroa da Motta, 2011; Magalhães e Braga Júnior, 2013). A PNMC tem como objetivos, dentre outros, a redução das emissões antrópicas de GEE em relação às suas diferentes fontes e a implementação de medidas para promover a adaptação à mudança do clima (BRASIL, 2009-B).

Enquanto o Brasil vivenciava avanços nas discussões sobre mudança do clima, o cenário internacional moldou-se cada vez mais para acentuar a preocupação com essas mudanças. Tal inquietação refletiu-se, de maneira singular, previamente e durante a COP15. Como discute Abranches (2010),

no campo político e cultural, vários acontecimentos chamaram a atenção da opinião pública mundial, pelo menos a mais informada, sobre o desafio climático. O Oscar concedido ao filme de Al Gore, *Uma verdade inconveniente*, lançado em setembro de 2006, explicando o aquecimento global e alertando para as suas consequências potencialmente catastróficas. A grande repercussão do relatório Stern, que mostrava que o custo econômico de mitigar a mudança climática é suportável e não representaria o sacrifício do bem-estar da sociedade. Em fevereiro de 2007, o IPCC divulgou seu Quarto Relatório dizendo que não existia praticamente mais incerteza sobre a origem humana fundamental do aquecimento global e que a Terra está aquecendo mais rapidamente do que se previa. Al Gore e o IPCC ganham o prêmio Nobel da Paz, amplificando o impacto das mensagens de ambos. [...] Estava preparado o cenário para a COP15: um relatório científico que continuava a representar o consenso majoritário da comunidade científica, apesar dos ataques e das dúvidas pontuais. Uma onda de esperança e de motivação atravessava todos os setores da sociedade global envolvidos na questão da mudança climática. Sinais políticos positivos nos Estados Unidos, na China, na Índia e no Brasil. O acordo final parecia possível (Abranches, 2010, pp. 73 e 75).

Durante o evento de Copenhague, o Brasil estabeleceu um compromisso de reduzir entre 36,1% e 38,9% de suas emissões de GEE em relação às emissões brasileiras projetadas até 2020, incluindo nestas 1.404 milhões de tonCO₂eq para o setor Mudança de Uso da Terra e 730 milhões de tonCO₂eq para o setor Agropecuária, previstas através do Decreto nr. 7.390/2010.

As propostas, dentre outras, foram de reduzir em 80% a taxa de desmatamento na Amazônia e em 40% no Cerrado, além de adotar boas práticas na agropecuária, como a recuperação de pastagens degradadas e o uso do Sistema de Plantio Direto (MAPA, 2012).

Em 2010, o Brasil atualizou o Inventário, cobrindo a análise de emissões por setor no período de 1990 a 2005 e ampliando a qualidade de sua base de dados. Além disso, vale destacar o processo de consulta pública realizada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, pondo sob opiniões e críticas de vários especialistas os relatórios setoriais de referência que compõem o Inventário (Avzaradel, 2011). Segundo informações do MCTI, uma terceira versão será apresentada na próxima Conferência, a COP20, em dezembro de 2014, que acontecerá em Lima, no Peru (Rocha, 2014).

Apesar das pesquisas feitas para elaboração do Inventário sobre as melhores práticas de mitigação de GEE, existe ainda a necessidade de ampliar a pesquisa no tema para que se façam sugestões futuras mais adequadas (Boddey *et al.*, 2012).

Dos setores avaliados pelo Inventário como emissores de GEE, a agropecuária possui grande importância, pois a natureza de suas práticas produtivas contribui significativamente

para tal, bem como o consumo intenso de combustíveis fósseis em seus processos de produção (Mozzer, 2011).

Com base de dados no ano de 2005, o Inventário aponta que não há emissões de dióxido de carbono (CO_2) pelo setor Agropecuária (Figura 2), que envolve as ações de manejo das atividades agropecuárias. Porém, a aplicação de calcário nos solos, usado muitas vezes na atividade agrícola, é responsável por 0,5% das emissões de CO_2 ; ação essa enquadrada pelo Inventário no setor Mudança no Uso da Terra e Florestas, que representa, basicamente, o desmatamento de novas áreas.

A emissão de metano (CH_4), nesse setor, responde por 70,5%, causada principalmente pela fermentação entérica de bovinos (Figura 3). Já o óxido nitroso (N_2O) chega a alcançar o nível de 87,2%, devido, em maior parte, à deposição de dejetos em pastagem, além de aplicação de fertilizantes (Figura 4). Os GEE indiretos alcançam 6,8% para o monóxido de carbono (CO) e 7% para óxidos de nitrogênio (NO_x), devido à queima de resíduos na cultura da cana-de-açúcar (MCTI, 2010).

Sobre o setor Mudança no Uso da Terra e Florestas, o Inventário mostra que, dentre as maiores contribuições, é o principal emissor líquido de dióxido de carbono (CO_2), respondendo por 77% dentre as emissões líquidas totais (Figura 2), causada principalmente pela mudança das áreas de florestas em áreas de uso agropecuário; responde também por quase 17% das emissões de metano (CH_4) (Figura 3) e por 3,8% das emissões de óxido nitroso (N_2O), causadas especialmente por queima de biomassa nas áreas de desflorestamento (Figura 4); é responsável por 64,4% das emissões de monóxido de carbono (CO) e 22,3% das emissões de óxidos de nitrogênio (NO_x), esses dois últimos chamados de gases de efeito estufa indiretos (MCTI, 2010).

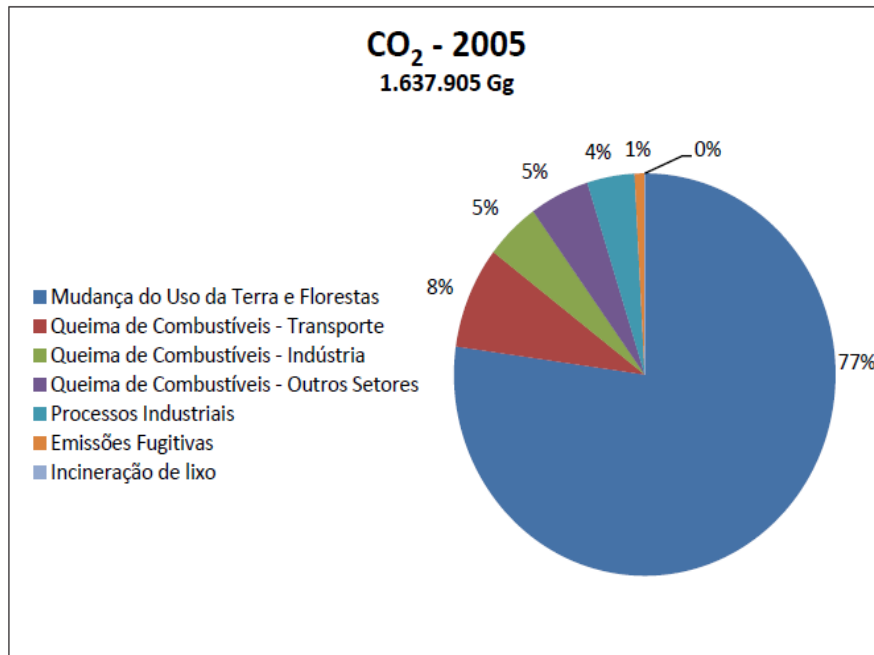


Figura 2: Emissões de CO₂ por setor (2005).
Fonte: MCTI, 2010.

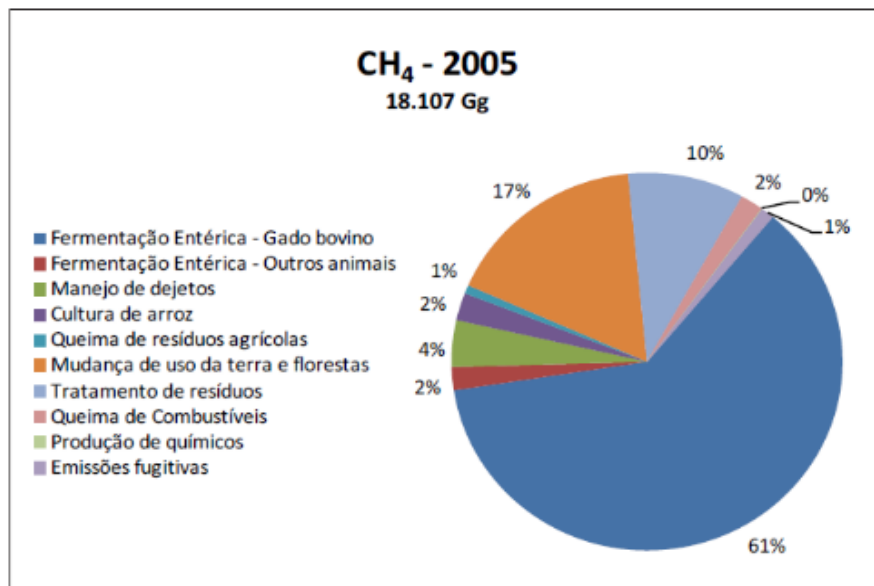


Figura 3: Emissões de CH₄ por setor (2005).
Fonte: MCTI, 2010.

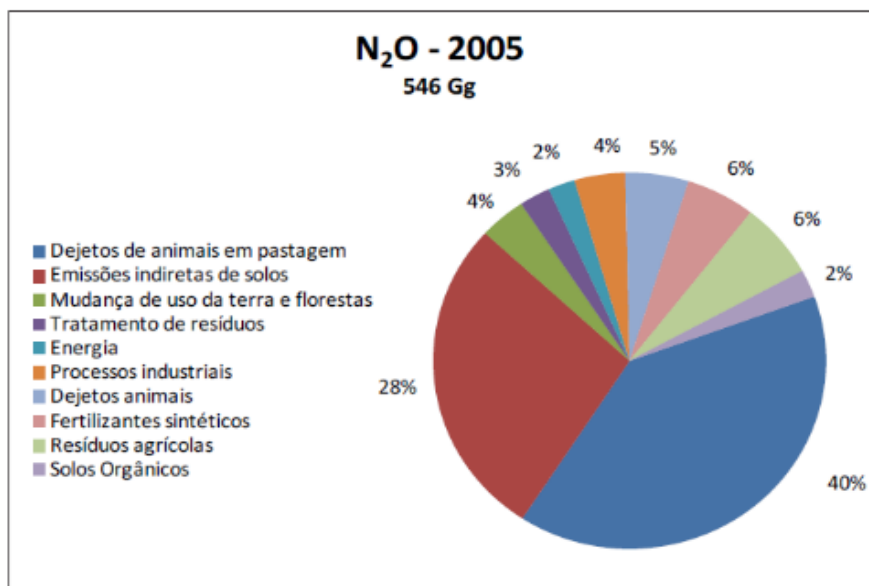


Figura 4: Emissões de N₂O por setor (2005).
Fonte: MCTI, 2010.

As emissões brasileiras dispostas no Inventário mostram, em geral, que o Brasil difere de outros países por que o desmatamento é a causa de maior parte das emissões, concentrando assim o esforço em seu controle (Avzaradel, 2011; Seroa da Motta, 2011; Magalhães e Braga Júnior, 2013).

A crescente demanda por alimentos e biocombustíveis leva o setor agropecuário brasileiro a sofrer pressão para aumento de sua produção e, conseqüentemente, para abertura de novas áreas. O desafio que se impõe à agropecuária é avançar em boas práticas para evitar esse desmatamento, aumentando sua produtividade (Amaral *et al.*, 2011; Magalhães e Braga Júnior, 2013).

Diante dessa conjuntura, o agronegócio investiu em uma campanha na mídia de valorização de suas práticas. Através do movimento Sou Agro², peças publicitárias buscaram construir uma boa imagem do agronegócio no Brasil, contando com apoio político, financeiro e institucional. A ideia era provar que o agronegócio não é destruidor do meio ambiente ao mesmo tempo que possui capacidade de alimentar o mundo, tratando essas práticas como

² Ver também: <http://souagro.com.br/sou-agro/movimento>.

inseparáveis. Porém, ainda não há uma assimilação efetiva dessas práticas de conservação do meio ambiente (Bruno, 2012).

De outro modo, de acordo com o debate de Wanderley (2009), a agricultura familiar³ parece que se apresenta como uma alternativa mais consistente de produção sustentável, ou melhor, de um modo de vida sustentável e diverso. Essa heterogeneidade característica da agricultura familiar constitui-se um grande desafio para as políticas públicas. Para Ploeg (2009), os camponeses [ou agricultores familiares]⁴ possuem potencial de alimentar o mundo, mas, para que haja níveis superiores de produtividade e produção, eles precisam de um “espaço sociopolítico e econômico” aceitável.

Wanderley (2009) aponta que a sociedade brasileira precisa reconhecer o potencial do agricultor familiar de “assumir, efetivamente, seu papel enquanto ator social, protagonista da construção de outra agricultura e de um outro meio rural no nosso país” (Wanderley, 2009, p. 44).

A despeito de todas as questões levantadas acerca das mudanças climáticas no Brasil, em especial no meio ambiente rural, a Educação Ambiental toma sobre si um importante papel nesse contexto, como discutido mais adiante.

2.1.3 Educação Ambiental e mudanças climáticas no Brasil

Diante da configuração atual do cenário brasileiro quanto às discussões e demandas ambientais, a educação ambiental surge como um processo educativo, um conhecimento ambiental pautado na ética e em regras de convívio social, onde há a distribuição entre benefícios e prejuízos do uso e da apropriação da natureza (Sorrentino *et al.*, 2005).

³ Apesar das diversas discussões que permeiam os conceitos de agricultor familiar, empreendedor familiar rural, pequeno agricultor e agricultor camponês, selecionou-se o termo agricultor (ou agricultura) familiar, ou ainda empreendedor (ou empreendimento) familiar rural, com base na lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006 (BRASIL, 2006).

⁴ [grifo nosso]. Entende-se que Ploeg (2009) utiliza o termo “camponeses”, aqui, como sinônimo do termo “agricultores familiares” previsto na Lei 11.326/2006, conforme sugere o próprio título da obra “Agricultura familiar camponesa na construção do futuro”, a qual abriga o capítulo utilizado nessa revisão da literatura.

A Educação Ambiental no Brasil propõe a associação da conservação do meio ambiente com a ideia de um bem comum, de uma relação social e de uma construção coletiva. Conforme preconiza a lei 9795/1999, Educação Ambiental pode ser conceituada como

os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999-A, cap. 1, art. 1º).

A lei que trata da Política Nacional sobre Mudança do Clima (Lei 12.187/2009) prevê como diretriz “a promoção da disseminação de informações, a educação, a capacitação e a conscientização pública sobre mudança do clima” (BRASIL, 2009-B, art 5º, inciso XII). Além disso, o texto da lei orienta que os princípios, objetivos, diretrizes e instrumentos de outras políticas públicas devem ser compatíveis com os propostos na Política Nacional sobre Mudança do Clima. Apesar de o texto da lei não deixar claro que o termo “educação” citado refere-se à Educação Ambiental, entende-se que a Educação Ambiental assume um papel relevante no contexto das mudanças climáticas.

A EA pode proporcionar condições de inserir as pessoas no cerne da questão, potencializando o senso de urgência e a necessidade de transformação imediata, de modo que os impactos resultantes das Mudanças Climáticas possam ser minimizados. Para isso, é essencial uma ação de política pública que aponte princípios e diretrizes a fim de qualificar, fortalecer e instrumentalizar não só os educadores ambientais, mas também as lideranças comunitárias, os gestores públicos e empresariais, de forma que estejam atentos para a complexidade das Mudanças Climáticas globais, criando condições concretas para a busca de diferentes caminhos éticos, sociais, políticos e de transformação individual e coletiva, requisitos essenciais ao enfrentamento desse complexo desafio (Tamaio, 2013, p.13).

Apesar das iniciativas em promover ações de educação ambiental, ainda observa-se uma carência de informações, ações de conscientização e legislação ambiental efetiva, especialmente no meio rural. A Educação Ambiental no campo, como em outros setores, adquiriu uma conotação autocrática, meramente proibitiva e fiscalizatória, sem ao menos propor uma alternativa diferente da prática econômica deliberada do lucro (Lucca e Brum, 2013).

A proposta para sua renovação está na ampliação do conhecimento sobre Educação Ambiental e sua disseminação, no enriquecimento de práticas que enfatizem uma transformação social, no envolvimento da mídia para contrapor a hegemonia presente e no movimento articulado com esferas contra hegemônicas (Layrargues, 2012).

A Educação Ambiental deve partir de uma construção social, fundada em ideais democráticos e emancipatórios, e não de um indivíduo isolado (Carvalho, 2004; Lucca e Brum, 2013), além de incentivar o empoderamento das classes submetidas [à elite capitalista], o fortalecimento de sua resistência, e a possibilidade de ação política (Sorrentino *et al.*, 2005).

Nesse ambiente de disputa pela hegemonia, o Estado constitui-se um importante ator. O desafio que se impõe ao Estado está na promoção de um diálogo democrático com a sociedade, em seus diferentes sujeitos (Sorrentino *et al.*, 2005).

2.2 ESTADO, POLÍTICAS PÚBLICAS E SOCIEDADE CIVIL

2.2.1 Estado e Políticas Públicas

Tomando uma descrição mais técnica, Estado é “o agrupamento de indivíduos, estabelecidos ou fixados em um território determinado e submetidos à autoridade de um poder público soberano, que lhes dá autoridade orgânica” (Silva, 2008, p. 313). Porém, nossa análise será embasada em uma abordagem mais histórica. Nessa interpretação, podemos contextualizar as diversas visões clássicas sobre Estado.

A primeira delas, o liberalismo, surgiu no século XIX como uma contraposição ao Estado Absoluto, autoritário, que evidenciava apenas a aristocracia e o clero. Sua defesa baseava-se no que muitos teóricos chamam de “Estado mínimo”, onde seu papel era apenas regular as relações de mercado. Para os liberais, a sociedade seria composta de pessoas com interesses individualistas, as quais negociam sua força de trabalho para alcançarem seu bem-estar e de sua família, e, conseqüentemente, o bem-estar coletivo. Essa simplificação da atuação do Estado o coloca em uma posição alienada às relações sociais (Silva e Souza, 2010).

Como bem discute Mendonça (2012), há dois problemas principais nesse modelo liberal: o Estado é entendido como governo, considerando apenas seu caráter político; o Estado é um sujeito distinto de vínculo com os vários grupos sociais.

As teorias de Karl Marx, ainda no século XIX, promoveram um rompimento com a visão liberal. O materialismo de Marx utiliza a economia para explicar os fenômenos que acontecem na cultura e na política. Nesse sentido, o marxismo vai de encontro ao “indivíduo

isolado” e defende que existem na sociedade as classes sociais, onde uma minoria controla a produção utilizando a força trabalhadora do proletariado e dominando sobre ela, e essa dominação é reforçada pelo Estado (Silva e Souza, 2010).

Entende-se que, como a visão liberal, a sociedade aqui ainda não é vista como um todo. Apenas, o foco saiu de um indivíduo isolado para uma estrutura de classes. Para Silva e Souza (2010), um fundamento marxista é o de que “o Estado não representa, nem pode representar, a vontade geral e não visa à realização do bem comum” (p. 14), mas atende a uma classe dominante.

Para Marx, o Estado e a sociedade civil não se constituem na mesma definição, mas a estrutura econômica e a sociedade civil são a mesma coisa, e o Estado é fruto dela. Nesse conceito, o Estado e a sociedade civil são distintos, mas também aquele não é um sujeito de todo independente (Montaño, 2003).

Antonio Gramsci, porém, propõe que o Estado não é um sujeito alienado da sociedade civil. Ele não nega a ideia marxista de classes, porém reconceitualiza o termo Estado, utilizando o vocábulo Estado Ampliado, definido pelo conjunto das relações sociais nas sociedades civil e política mutuamente, seja pela organização ou pelo conflito (Montaño, 2003; Dias e Serafim, 2011; Pronko e Fontes, 2012; Mendonça, 2012).

Cabe aqui examinar um outro conceito, o de hegemonia, implícito nas discussões anteriores. Apesar de ter uma conotação inicialmente militar, o conceito de hegemonia ganhou caráter político ao ser tratado por Marx e, posteriormente, por Gramsci, como bem discutem Pronko e Fontes (2012):

A hegemonia liga os diferentes momentos da vida social, unificando-os sob a direção de determinada fração da classe dominante, uma vez que, sendo permanentemente produzida na sociedade civil, ela se consolida na sociedade política, no domínio direto expresso no Estado (Pronko e Fontes, 2012, p. 396).

No marxismo, a hegemonia estava presente nas lutas de classe e na dominação da burguesia. Gramsci, porém, aprofundou e sistematizou o termo. Para ele, a hegemonia se impõe não só pela força (coerção), mas também moral e intelectualmente (convencimento), em todas as relações sociais, o que muda a maneira como se dão as relações de poder. E, para equilibrar essa relação, deve haver um processo inverso, a contra hegemonia (Pronko e Fontes, 2012; Mendonça, 2012).

Historicamente, o Estado adquiriu diferentes conotações e responsabilidades, à medida que foi assumindo várias atribuições. Antes, o papel do Estado limitava-se apenas à arrecadação de tributos e ao controle disso, como os ministérios de Finanças e Justiça na França. Com a evolução econômica e social, reforçada por demandas da sociedade, o Estado absorve inúmeras funções, até mesmo antes realizadas pela Igreja (Bursztyn, 1994; Azevedo *et al.*, 2007).

Seguindo a tendência internacional, no Brasil, desde os anos 1930, observa-se um crescimento e a consolidação do Estado, sendo este propulsor dos processos de desenvolvimento. No período pós 2ª guerra, o Estado ganha visibilidade ao ampliar suas atividades produtivas (Bursztyn, 1994).

Com o fortalecimento do movimento de industrialização no Brasil, o governo acabou por privilegiar uma economia urbana e industrial, em detrimento das populações mais pobres, o que levou à criação de vários movimentos contra hegemônicos – sindicais, camponeses e de partidos de esquerda. Em contraposição a esses movimentos sociais, em 1964, com o Golpe Militar, retomou-se a valorização da classe dominante capitalista e industrial, com a promoção da chamada *modernização conservadora* (Delgado, 2010).

Nesse período, foi observada uma grande concentração de terras nas mãos de alguns produtores. O governo buscava formar uma base sólida, através de um pacto político com os grandes proprietários, também com uma perspectiva social e econômica duradoura (Martins, 1994).

O Estado constituiu-se o maior financiador do pacote tecnológico da *modernização conservadora*, uma imposição com a promessa do progresso, o que reforçava a concentração de terra (Wanderley, 2009). Estimulada pelo Estado, a *modernização conservadora* transferiu para o domínio privado mais de 60 milhões de hectares, como discute Dias (2006):

A concentração fundiária se acelerou com este padrão de ações ativas do poder público. Quando o Estado adicionou um programa de investimentos em infra-estrutura de transportes, promoveu o maior ganho especulativo com a posse de terras de nossa história, numa nítida ação de cooptação dos antigos donos de terras e dos novos empresários rurais ao “lento, seguro e firme” processo de transição para a democracia promovida pelo regime militar (Dias, 2006, p. 349).

Essa época foi marcada por um crescimento econômico de grande vulto, com crédito subsidiado, incentivo fiscal e estímulo à pesquisa agrícola, à melhoria dos preços e às

exportações, junto com o fomento à abertura de novas áreas de fronteira agrícola, com o objetivo de ampliar a produção e atender à nova demanda capitalista (Delgado, 2010). A agenda pública brasileira foi moldada a partir desse novo modelo de desenvolvimento (Trevisan e van Bellen, 2008).

O movimento da *modernização conservadora* trouxe uma nova compreensão da agricultura. Esse período coincide com os “anos dourados” da expansão do capitalismo (1950-1975), onde a noção de desenvolvimento rural trazia consigo a urgência da modernização, com a forte integração das famílias rurais a um novo padrão tecnológico (Navarro, 2001).

Apesar da carga histórica de sua lógica extensiva, antissocial e predatória, foi feito como que um voto de confiança, uma aposta de que a grande propriedade seria capaz de vencer suas limitações técnico-econômicas e adotar uma dinâmica empresarial moderna, bastando para isso apenas o apoio financeiro do Estado (Wanderley, 2009, p.36).

Após o fim do regime militar, observou-se ainda obstáculos à execução de políticas sociais, com um descrédito em relação ao Estado, ao tempo que despertou maior interesse social acerca das ações públicas (Trevisan e van Bellen, 2008).

Diante desse cenário, a Nova-República estabeleceu o plano Prioridades Sociais para 1985, com o intuito de tentar corrigir os resultados sociais insatisfatórios gerados pelas políticas econômica e social dos governos anteriores (Figueiredo e Figueiredo, 1986).

Nos anos 1990, porém, o setor público brasileiro passa por várias crises, como a crise fiscal e de endividamento público, e também uma crise internacional de paradigma, o que leva à revisão do papel do Estado. Apesar da insatisfação social observada à época, abriga a ideia de que não se deve simplificar e transferir as obrigações estatais apenas. Medidas de *desestatização* não devem ser acompanhadas de desregulamentação, mas de um controle sobre as instituições demandadas, de forma a garantir a democratização do acesso aos serviços públicos (Burszty, 1994).

Outras medidas podem ser tomadas com vistas a tentar recuperar o prestígio do Estado, como a descentralização de suas atividades com as esferas estatal e municipal. A descentralização recupera o poder de governabilidade do Estado, perdido por não conseguir cumprir suas funções. Porém, a simples mudança na esfera de atuação do poder público não

garante o sucesso de suas atividades. Deve-se, por isso, observar a ética nas práticas das instâncias locais (Azevedo *et al.*, 2007).

Nesse ambiente, o papel do Estado torna-se essencial na definição e implementação de suas políticas. Política pública pode ser entendida como as ações do governo, suas reflexões e, se preciso, propostas de mudanças (Souza, 2006). Ou, como ressalta Höfling (2001), “(...) é o Estado implantando um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade” (Höfling, 2001, p. 31).

Na ideia de Estado Ampliado, as ações e decisões saem do plano individual para o coletivo, a sociedade é plenamente atendida e a desproporção econômica minimizada. Certamente essa mudança ocasiona acirrados conflitos de interesse, polarizados entre as classes tradicional dominante e subalterna, capitalistas e trabalhadores (Pronko e Fontes, 2012; Mendonça, 2012).

A abrangência dos resultados gerados nesse contexto vai de encontro ao pensamento marxista ortodoxo de que o Estado age em função da classe dominante, e essa relação de poder minimiza os direitos sociais, reforçando o conflito. Nas palavras de Molina (2012): “uma das consequências da nova ordem de capital, e do novo papel que ela vai imprimindo no Estado, é exatamente a redução do âmbito dos direitos na sociedade” (2012, p. 590).

Com os avanços tecnológicos nas comunicações, as relações de dominação tornam-se mais abstratas e sutis, excluindo silenciosamente a população que não consegue se inserir no sistema econômico e também social (Carvalho, 2008). Sob a ótica gramsciana, é importante a participação dos intelectuais nesse processo, responsáveis por dar validade à dominação hegemônica, associando-a à esfera política (governo) para, assim, promover ampla aceitação na sociedade (Pronko e Fontes, 2012).

Nesse ambiente, constitui-se de suma importância a *mídia*, por ser a “principal difusora do prestígio e do reconhecimento social nas sociedades contemporâneas” (Miguel, 2002, p. 162). Apesar da responsabilidade com a verdade e a objetividade estar implícita no meio jornalístico, a mídia acaba submetendo-se a interesses políticos e econômicos. Os meios de comunicação refletem a tendência monopolista e o compromisso em dar espaço ao sistema capitalista (Miguel, 2002; Layrargues, 2012).

A democratização da mídia passa, porém, por um espaço plural, onde vários grupos sociais, em especial os dominados, participam do debate político e criam sua própria compreensão de suas privações e interesses (Miguel, 2002). O papel dos movimentos sociais é essencial para que se desenvolvam práticas de comunicação com ação transformadora (Peruzzo, 2002).

A não aceitação do monopólio capitalista leva os movimentos a interpelarem o Estado a construir e estabelecer políticas sociais. A criação de leis por si só não resolve o problema da desigualdade, se não houver também a implementação de políticas públicas (Carvalho, 2008).

Desse modo, as ações do governo podem ser descritas para além da formulação de suas políticas, tendo as fases de implementação e de controle (ou avaliação) posteriores a estas, como em todo processo político, sendo a avaliação etapa indispensável (Frey, 2000).

A avaliação sistemática, contínua e eficaz desses programas [sociais] pode ser um instrumento fundamental para se alcançar melhores resultados e proporcionar uma melhor utilização e controle dos recursos neles aplicados, além de fornecer aos formuladores de políticas sociais e aos gestores de programa dados importantes para o desenho de políticas mais consistentes e para a gestão pública mais eficaz (Da Costa e Castanhar, 2003, p. 971).

É consenso entre vários estudiosos que o processo de avaliação de políticas públicas passou por vários momentos históricos, representando cada vez mais o interesse da sociedade (ver Frey, 2000; Da Costa e Castanhar, 2003; Faria, 2005; Flexor e Leite, 2007; Trevisan e van Bellen, 2008).

Inicialmente, as políticas públicas eram avaliadas apenas em seu uso instrumental, para atender unicamente seus formuladores. Posteriormente, outras dimensões foram levadas em conta, descrevendo a evolução da criticidade na reflexão dessas políticas. A expectativa criada era a de que fossem estimuladas a clareza nos atos da administração pública e também a satisfação do público beneficiário (Faria, 2005). Alguns critérios e indicadores⁵ podem permitir uma avaliação contínua e eficaz do desempenho de programas públicos (Da Costa e Castanhar, 2003).

⁵ Sobre indicadores, ver Guimarães e Jannuzzi (2004) e Jannuzzi (2005).

Refletir acerca de uma política social implica em inseri-la totalmente na realidade, com todas as suas dinâmicas. Para mudar a compreensão sobre as políticas públicas sociais, a avaliação deve abordar elementos que se interajam, que sejam articulados, quais sejam a história, a economia e a política (Boschetti, 2009). Na verdade, a mudança observada nos últimos anos acerca do crescente interesse em avaliar políticas públicas deve-se em muito às mudanças históricas, políticas e econômicas vividas pela sociedade (Trevisan e van Bellen, 2008).

2.2.2 Estado e sociedade civil: os *stakeholders* do setor público e a participação social

Depois do fim dos anos 1970, as relações das organizações com a sociedade têm assumido um novo aspecto, transferindo a responsabilidade individual para a corporativa. Com a globalização, as grandes corporações se empoderaram ao mesmo tempo em que também cresceu sua responsabilidade social, ética e política (Faria e Sauerbronn, 2008).

Com as novas exigências, algumas empresas de países desenvolvidos adotaram a estratégia de transferir atividades “socialmente indesejáveis” para países menos desenvolvidos, como o Brasil, contando ainda com incentivos fiscais desses países. Contudo, ativistas e organizações não-governamentais tem reagido a essas práticas (Faria e Sauerbronn, 2008).

Como uma organização, o Estado também está sujeito a questionamentos sobre sua governança (Fontes Filho, 2003; Francisco e Alves, 2010. Entendemos em Francisco e Alves (2010) que, assim como as Organizações Sem Fins Lucrativos (OSFL), as organizações governamentais também precisam divulgar informações sobre suas ações.

Essas informações não podem se limitar a dados financeiros isolados, que são insuficientes para uma efetiva avaliação de desempenho das ações públicas (Flexor e Leite, 2007; Francisco e Alves, 2010).

Com as pressões para aumentar a eficiência de suas atividades, as instituições estatais resolveram replicar os modelos de melhoria de gestão utilizados pelo setor privado, valorizando práticas socialmente responsáveis e prestando contas dessas práticas para diversos grupos,

como preconiza a *Teoria dos stakeholders*⁶. Entretanto, a adoção desses modelos requer ressalvas, devido às peculiaridades do setor público (Fontes Filho, 2003).

Os gestores públicos precisam legitimar suas ações, responsabilizando-se por apresentar um resultado que se adeque às expectativas dos *stakeholders* (Fontes Filho, 2003). Apesar de interesses tão diversos, impõe-se para os gestores o desafio de encontrar soluções que atendam a maioria dos *stakeholders*, apoiando-os na tomada de decisão (Francisco e Alves, 2010).

Partindo para um âmbito mais genérico, várias práticas foram executadas nos países *em desenvolvimento* para promover uma gestão participativa da sociedade na construção das políticas públicas, especialmente sociais (Souza, 2006). No caso do Brasil, a participação social nasce da luta pela democracia, demandada pela sociedade civil (Abers *et al.*, 2014).

Nesse cenário, a gestão participativa constitui-se um desafio e uma necessidade para os governos, em uma realidade diversa, enigmática e dinâmica. A reflexão das políticas públicas no Brasil deve observar as condições que possam interferir em sua implementação, como a cultura política e a participação das instituições sociais e dos outros sujeitos que nesse ambiente se inserem (Frey, 2000).

Os repertórios⁷ da interação sociedade-Estado que perpassam o conflito, como a participação institucionalizada, abrem espaço para os movimentos sociais brasileiros através de novos ambientes de negociação e diálogo (Abers *et al.*, 2014).

Com a ascensão da esquerda ao poder, observou-se uma maior presença de ativistas no governo na formalização desses espaços participativos, tornando o país uma referência internacional nas discussões sobre participação. Porém, a posse do novo governo não foi o que motivou essa interação. Na verdade, as condições já estavam criadas (Abers *et al.*, 2014).

Conforme Azevedo *et al.* (2007), o Estado brasileiro já vem observando uma maior participação política de sua população desde a década de 1990. A busca pelo aumento da

⁶ A Teoria dos *Stakeholders* estuda os grupos que, de alguma forma, possuem relação com a organização considerada. Sugere-se consultar Campos (2014) e documento disponível em < http://mees.paginas.ufsc.br/files/2012/06/Teoria_do_Stakeholder_Prof_Eliseu_Machado_25_05_2012.pdf >, que possuem uma ampla discussão sobre o tema.

⁷ Acerca da definição do termo repertório, ver Abers *et al* (2014, p. 330).

participação social na esfera política, reforçada pela demanda por um poder descentralizado, propõe a criação de um *Estado em rede*.

A ideia do *Estado em rede* redefine o Estado-nação (ou poder central), à medida que ele compartilha sua autoridade com uma rede de instituições. Com isso, as políticas públicas tornam-se mais próximas dos cidadãos e os espaços de participação tendem a ficar mais claros, proporcionando à população um sentimento de maior aptidão a intervenções e reforçando as oportunidades de participação política (Azevedo *et al.*, 2007).

Na política ambiental, a participação da sociedade civil não parece uniforme quando se fala em descentralização. Em algumas áreas, como o licenciamento ambiental, a prática está mais avançada do que em outras, apesar de que boa parte dos municípios brasileiros ainda não assumiu a ideia efetivamente. Nesse cenário, um desafio que se mostra é harmonizar o interesse de o estado repassar a gestão do meio ambiente para os municípios e a falta de interesse destes em assumi-la. O processo de transferência da competência executiva da política ambiental não tem sido construído de maneira ideal, pois as condições de governança são criadas depois da implantação da descentralização (Azevedo *et al.*, 2007).

De todo modo, “a descentralização irá realmente tornar-se uma conquista de autonomia dos estados e municípios na gestão de seus recursos naturais à medida que passa a existir pressão social” (Azevedo *et al.*, 2007, p. 51).

Contudo, as questões do campo e de seus sujeitos precisam ser institucionalizadas, deixar de constar apenas nas pautas dos Movimentos Sociais para ser parte da agenda pública brasileira (Molina, 2010), como parece propor a Política Nacional sobre Mudança do Clima.

3 MÉTODOS

A presente pesquisa caracteriza-se por ter um método que permite qualificar o fenômeno estudado em um contexto de interação social. Na *dialética*, o conhecimento não é compreendido de maneira isolada, mas dentro da dinâmica social, considerando vários aspectos históricos (Gil, 2006; Severino, 2007).

A abordagem da pesquisa caracteriza-se por ser exploratória e qualitativa, através da qual se pretendeu aproximar-se do tema, ainda pouco estudado na literatura, além de construir uma ampla discussão sobre os atores envolvidos no processo de elaboração do Plano ABC e também no decurso de sua implementação, tomando como base a região selecionada.

3.1 DO OBJETO DE ESTUDO E DOS SUJEITOS DA PESQUISA

A pesquisa tem como principal objeto de estudo o Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono, comumente conhecido como Plano ABC. A partir desse objeto principal, o trabalho desenvolveu-se também com foco no Programa ABC, que é o instrumento financeiro criado para atender à demanda de financiamento das ações do Plano ABC.

Com o intuito de melhor atender o objetivo deste trabalho, foram selecionados os sujeitos da pesquisa, conforme a demanda de informações gerada em consonância com cada objetivo específico.

Em consulta às leis que amparam o objeto de estudo e assuntos correlatos, identificou-se os principais atores institucionais que participaram da elaboração do Plano ABC, descritos conforme o Quadro 1.

Quadro 1 – Principais atores institucionais que participaram da elaboração do Plano ABC e o amparo legal

Principais atores institucionais	Principal participação	Amparo legal/fonte de informação
Casa Civil	Coordenação do Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima	Decreto 6263/2007 (art. 2º, inciso I)
Ministério do Meio Ambiente	Coordenação do Grupo Executivo sobre Mudança do Clima	Decreto 6263/2007 (art. 4º, inciso I)
Ministério do Meio Ambiente – Fundo Clima	Assegurar recursos de apoio e financiamento	Lei 12.114/2009 (art. 2º), Decreto 7343/2010 e Lei 12187/2009 (art. 6º, inciso II)
Ministério do Desenvolvimento Agrário	Coordenação do plano setorial para a agricultura (Plano ABC), em conjunto com o Ministério da Agricultura	Lei 12187/2009 (art. 11), Decreto 7390/2010 (art. 3º, inciso IV) e Plano ABC
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	Coordenação do plano setorial para a agricultura (Plano ABC), em conjunto com o Ministério do Desenvolvimento Agrário	Lei 12187/2009 (art. 11), Decreto 7390/2010 (art. 3º, inciso IV) e Plano ABC

Fonte: elaboração própria, 2014.

Em consulta a informações do MAPA, observou-se a participação singular do Banco do Brasil nos desembolsos do Programa no país, com recursos da Poupança Rural 6.4 Controlada⁸. Na safra 2013/2014, havia sido previsto para essa instituição um volume de R\$ 4 bilhões de recursos, contra apenas R\$ 500 milhões previstos para liberação via BNDES (Anexo A) (MAPA, 2014-A).

Selecionou-se, então, o Banco do Brasil na busca de informações regionais sobre o Plano ABC, obtidas através de entrevista à Superintendência do BB no Distrito Federal, a qual atende o município de Formosa. Além disso, entendeu-se ser importante ter informações mais locais, com entrevista à agência do BB no município da pesquisa.

A partir de informações obtidas nas entrevistas com os representantes do Banco do Brasil, selecionamos também três empresas dentre aquelas que prestam assistência técnica aos produtores rurais na região e também submetem projetos do Programa ABC para financiamento. A Prefeitura local também foi selecionada como ator, por ser um representante do governo para atender às políticas públicas do município.

⁸ Os recursos da Poupança Rural estão detalhados no Manual de Crédito Rural publicado pelo Banco Central do Brasil, Capítulo 6, seção 4, e pode ser consultado em <http://www3.bcb.gov.br/mcr/>.

Quanto ao público beneficiário, pela impossibilidade operacional de identificar, na região da pesquisa, os produtores rurais que estão adotando as técnicas do Plano ABC, decidiu-se selecionar aqueles que são potenciais utilizadores dos recursos do Programa ABC, através do Banco do Brasil.

Nesse sentido, a ideia não era realizar uma busca exaustiva de todos os produtores rurais do município de Formosa, mas apenas daqueles indicados pelos principais atores locais do processo, sendo a agência do Banco do Brasil do município e as cinco empresas de assistência técnica mais atuantes na região. As indicações feitas não apenas pelo Banco do Brasil permitiram reduzir ao máximo a possibilidade de se obter um grupo de entrevistados tendenciosos a possuírem um ótimo relacionamento bancário.

A solicitação das indicações ao BB baseou-se na relação de produtores rurais que tivessem acessado o Programa ABC mais recentemente ou que tivessem com proposta em andamento no Banco. O horizonte de tempo proposto ao Banco permitiu facilitar a busca, considerando as limitações operacionais das agências bancárias. Já a indicação feita pelas empresas de assistência técnica teve como base todos os produtores rurais que acessaram os recursos, a qualquer época, ou mesmo aqueles considerados potenciais pelas empresas de assistência técnica, mesmo que esses produtores não tenham obtido recursos através do Banco do Brasil. O objetivo das indicações foi para que se obtivesse o maior número possível de produtores que tivessem acessado o Programa ABC ou que fossem potenciais financiados.

3.2 DA REGIÃO DA PESQUISA

A região selecionada para a pesquisa foi o município de Formosa, estado de Goiás, que está localizado no entorno de Brasília, mais especificamente na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE/DF), conforme ilustra a Figura 5.



Figura 5: Mapa de localização do município de Formosa-GO.
Fonte: IBGE, 2014.

O estado de Goiás é coberto principalmente pelo Cerrado, o qual, em consequência de um longo período de uso abusivo do meio ambiente, foi devastado, resultando na destruição de grande parte da vegetação nativa do estado. Quando se avalia a história ambiental de Goiás, observa-se que a ocupação humana no ambiente natural possui relevante influência na economia e nos modos de vida. Os recursos naturais do estado atraíram diversos interesses ao longo dos períodos históricos, desde a época pré-colonial (Giustina, 2013).

De outro modo, Goiás pode ser referenciado também por sua contribuição ao Plano ABC, através dos recursos liberados do Programa ABC. Em estudos recentes do MAPA, a região centro-oeste teve o maior volume desembolsado do Programa ABC em 2013, cerca de 36% do total dos desembolsos com recursos do Sistema BNDES do país. Desse volume, o estado de Goiás teve a maior participação da região, com 65,1% do total (Anexo B). No período de janeiro a agosto de 2014, a região centro-oeste e Goiás ainda permanecem no topo do ranking, com uma participação ainda maior, sendo o centro-oeste representado por 38,1% do Brasil, e, desse total, 72,53% foi a contribuição do estado de Goiás (Anexo C) (MAPA, 2014-A).

A RIDE/DF é uma das regiões de planejamento de Goiás, segundo divisão feita pela Secretaria de Planejamento do estado (SEPLAN/GO), que corresponde a 10,57% do território goiano e abrange 19 municípios, entre eles Formosa. A agricultura é considerada a mais importante fonte de trabalho e renda para alguns municípios da RIDE/DF, percebendo um crescimento em sua produção agrícola de mais de 44%, no período de 2004 a 2008 (SEPLAN-GO, 2010).

A RIDE/DF é uma área prioritária da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste/SUDECO e foi originada do aumento da relevância econômica da região do entorno de Brasília (SUDECO, 2014). A inauguração de Brasília facilitou a abertura de novas áreas agricultáveis na região e entorno, o que trouxe também maior impacto ambiental (Giustina, 2013).

Com uma população de mais de 100 mil habitantes e uma área total de 5.811,79 km², Formosa possui mais de 500 mil ha de área dentro dos estabelecimentos agropecuários, figurando entre os sete municípios mais representativos de Goiás nesse item (Anexo D) (IBGE, 2014). O município de Formosa tem forte referência na agropecuária, destacando-se também pela comercialização, pois detém instalações de grande porte para armazenar e estocar grãos, com capacidade de suporte bastante relevante dentre os municípios da RIDE/DF (Teixeira e Barreira, 2007).

A localização de Formosa/GO ao norte do Distrito Federal permite que o município se constitua também em uma porta de entrada para outras cidades, especialmente no nordeste goiano. Por outro lado, é clara a dependência que Formosa possui em relação a Brasília, sendo influenciado econômica, cultural e ideologicamente. Apesar da forte influência da Capital Federal, Formosa pode ser considerado um “polo em formação” no entorno de Brasília (Teixeira e Barreira, 2007).

3.3 DAS TÉCNICAS DE COLETA DOS DADOS

Na coleta dos dados sobre o Plano ABC, foi selecionada a única publicação oficial do Plano pelo Ministério da Agricultura, em 2012, e feita uma análise descritiva das principais

informações contidas no plano operativo do Plano ABC. Além disso, foram coletadas informações sobre o Programa ABC em várias fontes secundárias.

Para compreender a dinâmica da participação dos principais atores envolvidos nos processos de elaboração e de implementação do Plano ABC na região da pesquisa, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com esses atores, presencialmente ou por telefone, gravadas em áudio, e também observação direta. Os atores correspondem a instituições governamentais, um banco (Banco do Brasil), que é uma sociedade de economia mista, e a empresas privadas, que são as empresas de assistência técnica (Astecs).

Após uma busca nos sites das instituições e em outros sites especializados sobre os representantes desses órgãos que poderiam fornecer mais e melhores informações acerca do Plano ABC, foram feitos contatos por e-mail, informando o objetivo da pesquisa e solicitando o agendamento da entrevista. Com o retorno desses contatos, logo repassamos a pauta das entrevistas (Apêndice A) para que os entrevistados pudessem se preparar para as reuniões, que eram marcadas presencialmente ou por telefone, de acordo com a disponibilidade das partes.

Os contatos com os atores regionais/locais foram feitos por telefone, inicialmente. Após a confirmação da disponibilidade de um dia e horário para entrevista, enviamos um e-mail com a pauta referente (Apêndice B), assim como enviamos aos atores institucionais.

De um modo geral, não existiram dificuldades na coleta dos dados com esses atores, pois esses se mostraram bastante solícitos e tempestivos no acesso às informações solicitadas na pesquisa. No entanto, enfrentou-se alguns entraves principalmente quanto à expectativa que se tinha em obter uma maior quantidade de informações.

Por exemplo, as entrevistas com o Ministério do Meio Ambiente – Fundo Clima e com a Prefeitura de Formosa – Secretaria de Agricultura e Pecuária não geraram uma quantidade significativa de informações, diferentemente do que era esperado, inclusive com algumas perguntas que foram elaboradas não sendo pertinentes. Porém, as entrevistas propiciaram maiores esclarecimentos sobre o fenômeno estudado, no momento em que observamos uma participação menos relevante desses atores.

O Quadro 2 mostra todos os atores, institucionais e regionais/locais, os representantes entrevistados e suas funções, e a data e a duração das entrevistas. Apenas a agência do BB em Formosa não permitiu a gravação da entrevista, mas permitiu o relato das informações em papel.

Quadro 2 – Duração das entrevistas dos atores institucionais e regionais/locais

Atores	Representantes	Data da entrevista	Duração da entrevista
Casa Civil	Subchefe adjunto da Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Públicas Governamentais; dois assessores da Subchefia descrita.	29/08/2014	41:07 minutos
Ministério do Meio Ambiente	Secretário da Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental.	25/07/2014	31:43 minutos
Ministério do Meio Ambiente – Fundo Clima	Gerente de Projeto do Fundo Nacional de Mudanças do Clima	08/08/2014	35:29 minutos
Ministério do Desenvolvimento Agrário	Assessor do gabinete para temas ambientais	20/08/2014	33:30 minutos
Ministério da Agricultura	Chefe de serviço do Departamento de Sistemas de Produção e Sustentabilidade DEPROS/SDC	02/09/2014	1:36:43 hora
Assistência Técnica - Goiasplan	Proprietário	21/07/2014	30:38 minutos
Assistência Técnica - Agilplan	Proprietário	07/07/2014	15:11 minutos
Assistência Técnica - Pampa	Proprietário	19/08/2014	14:00 minutos
Superintendência do Banco do Brasil no DF	Gerente de mercado Agro	17/07/2014	20:45 minutos
Agência do Banco do Brasil em Formosa	Gerente geral	27/06/2014	-----
Prefeitura de Formosa - Secretaria de Agricultura e Pecuária	Secretário de agricultura e pecuária	15/07/2014	18:27 minutos

Fonte: elaboração própria, 2014.

Para relatar o perfil e a percepção do público beneficiário, foram realizadas entrevistas estruturadas com os produtores rurais atendidos pelo Banco do Brasil e/ou pelas cinco empresas de assistência técnica mais atuantes da região, mesmo que estes possuam propriedades em outros municípios (Ver Quadro 16, p. 116), além da observação direta.

O roteiro elaborado para a realização das entrevistas com esse público teve perguntas mais direcionadas, diferentemente dos roteiros elaborados para as entrevistas com demais atores, para facilitar a tabulação dos dados e a sistematização das respostas (Apêndice C). No entanto, para fins de análise dos dados, permitiu-se fazer alguns ajustes posteriores na forma como as perguntas foram escritas, para que essas pudessem representar melhor as respostas obtidas, além disso pode-se considerar eventuais comentários adicionais e também outras considerações quanto ao tema abordado em cada questão.

O BB indicou 13 produtores rurais para entrevista e as empresas de assistência técnica, juntas, indicaram 18 produtores, perfazendo um total de 31 pessoas a serem entrevistadas. Porém, considerando as dificuldades no acesso aos produtores, só puderam ser realizadas entrevistas com 27 deles, no período de 20/08/2014 a 04/09/2014.

Os contatos feitos com esse público foram, na sua grande maioria, por telefone. Nesse momento, identificamo-nos e apresentamos o objetivo da nossa pesquisa, informando também qual instituição fez a indicação. Também, já era marcada a entrevista presencial, de acordo com a disponibilidade dos entrevistados, considerando apenas a condição de que a entrevista fosse feita em Formosa ou nas proximidades.

Algumas dificuldades foram observadas no acesso a esses produtores. Quanto ao local, foi preciso se deslocar para algumas propriedades rurais próximas a Formosa ou mesmo na residência familiar desses produtores, em vários bairros do município. Quanto ao horário, para alguns produtores, teve-se que fazer vários contatos telefônicos em vários dias, a fim de se obter um horário disponível para entrevista, algumas delas foram feitas à noite.

Vale destacar que, antes do início das entrevistas, apresentamos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), para que o entrevistado pudesse conhecer melhor o objetivo da pesquisa, a instituição promotora e a condição de manter sigilo da identificação do produtor, destacado no documento em sublinhado. O TCLE foi elaborado em duas vias, uma assinada pelo entrevistado e arquivada com o pesquisador, e a outra assinada pelo pesquisador, com um contato telefônico, caso fosse necessário sanar eventuais dúvidas.

3.4 DA ANÁLISE DOS DADOS

Quanto à discussão do conteúdo do Plano ABC, procurou-se descrever, de maneira simples e direta, os objetivos do Plano, e, de maneira mais detalhada, as técnicas de mitigação, as ações de adaptação, as ações transversais e as ações de monitoramento. O detalhamento de todos esses itens permitiu descrever as principais ações previstas, as instituições responsáveis por essas ações, os parceiros e o valor dos investimentos programados.

A discussão dessas informações foi baseada na representação orçamentária, tendo essa variável como um fator que dá relevância às ações, a partir do maior volume de investimentos previstos. Além disso, foram citados os resultados esperados com essas ações, descritos também no Plano ABC.

Outro item importante abordado foi a normatização do Programa ABC, com a enumeração da destinação dos investimentos e a descrição das principais condições de financiamento.

Para a compreensão da dinâmica da participação dos atores na elaboração e implementação do Plano ABC, o áudio das entrevistas com os atores e, no caso da agência do BB em Formosa as informações verbais não gravadas, foram transcritas na íntegra, desprezando alguns trechos característicos de uma conversa informal e alguns outros não compreendidos na escuta do áudio.

Posteriormente, essas informações foram organizadas e reescritas de maneira lógica, de forma que o leitor deste trabalho possa compreendê-las. Foram destacados e transcritos integralmente também alguns comentários considerados relevantes para a pesquisa. Ainda depois disso, as informações foram agrupadas por ator e por assuntos similares, sendo intituladas conforme o seu conteúdo, como se observa no Quadro 3. As entrevistas de alguns atores também foram agrupadas em uma única, como as entrevistas das três empresas de assistência técnica e as entrevistas do Banco do Brasil.

Vale destacar também que as informações obtidas com o Ministério do Meio Ambiente – Fundo Clima e também com a Secretaria de Agricultura da Prefeitura de Formosa revelaram-se menos representativas para o fenômeno estudado, tendo uma contribuição menor nesse processo. Por esse motivo, essas informações não chegaram a ser agrupadas.

Quadro 3 – Agrupamento das informações das entrevistas dos atores institucionais e regionais/locais

Atores	Grupo das informações
Casa Civil	Participação
	Percepção sobre si e sobre outros atores
	Percepção sobre os diálogos com a sociedade civil
	Percepção sobre o Plano ABC
Ministério do Meio Ambiente	Participação
	Percepção sobre a divulgação do Plano ABC
	Percepção sobre a conscientização da sociedade civil
	Percepção sobre os beneficiários do Plano/Programa ABC
	Percepção sobre o Plano ABC e Perspectivas
Ministério do Meio Ambiente – Fundo Clima	---
Ministério do Desenvolvimento Agrário	Participação
	Percepção sobre o Plano ABC e o Plano Safra da Agricultura Familiar
	Percepção sobre o Programa ABC e o crédito para os agricultores familiares
	Percepção sobre as ações do Plano ABC para a agricultura familiar
Ministério da Agricultura	Participação
	Percepção sobre o Programa ABC
	Percepção sobre os beneficiários do Plano/Programa ABC
	Percepção sobre as ações do Plano ABC
	Percepção sobre a divulgação do Plano ABC e a conscientização da sociedade civil
	Projetos para a região centro-oeste/cerrado
	Perspectivas
Prefeitura de Formosa – Secretaria de Agricultura e Pecuária	---
Banco do Brasil	Participação
	Percepção sobre os parceiros
	Percepção sobre os beneficiários do Plano/Programa ABC
	Desembolsos do Programa ABC
Empresas de assistência técnica	Participação
	Percepção sobre a divulgação/capacitação do Plano ABC

	Percepção sobre os parceiros
	Percepção sobre o processo de crédito
	Percepção sobre os beneficiários do Plano/Programa ABC
	Percepção sobre a conscientização da sociedade civil
	Perspectivas sobre o Plano ABC

Fonte: elaboração própria, 2014.

Para relatar o perfil e a percepção do público beneficiário sobre o Plano e o Programa ABC, as informações coletadas nas entrevistas foram agrupadas em categorias relacionadas a algumas variáveis, conforme os Quadros 4 e 5.

Quadro 4 – Categorias e variáveis para análise do Perfil dos Beneficiários

Categorias do Perfil do público beneficiário	Variáveis analisadas
Qualificação pessoal do produtor rural	Sexo
	Idade
Propriedades rurais	Localização das propriedades
	Área das propriedades
Atividade produtiva	Tempo na atividade
	Atividade econômica
Assistência técnica e bancária	Assistido por empresa de assistência técnica
	Banco de maior relacionamento
	Quantidade de bancos de relacionamento

Fonte: elaboração própria, 2014.

Quadro 5 – Categorias e variáveis para análise da Percepção dos Beneficiários

Categorias da Percepção sobre o Plano e o Programa ABC	Variáveis analisadas
Conhecimento sobre o Plano ABC	Conhece o Plano ABC?
	O que conhece sobre o Plano ABC?
	Meios pelos quais tomou conhecimento
Motivação e finalidade do crédito do Programa ABC	Motivação para utilizar o crédito
	Finalidade do crédito
Processo de análise/liberação de crédito do Programa ABC	Avaliação do processo de análise/liberação de crédito

	Dificuldades no acesso ao crédito
Divulgação do Plano ABC	Instituições que mais apoiaram a divulgação
	Avaliação da divulgação
Opinião sobre a tendência do Plano ABC	Opinião sobre a tendência do Plano ABC
Satisfação acerca do Programa ABC	Satisfação acerca do Programa ABC

Fonte: elaboração própria, 2014.

Os dados coletados com o público beneficiário foram tabulados e analisados com o auxílio do software Excel 2013. Foi descrita a frequência das variáveis analisadas, em percentual sobre o total dos entrevistados, fazendo uso de quadros ou gráficos, para uma melhor visualização dos resultados. Em complemento a essas análises, alguns comentários feitos pelos entrevistados, considerados relevantes para a compreensão do fenômeno estudado, foram destacados.

4 O PLANO ABC

O Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura (Plano ABC) é um dos planos setoriais previstos na Política Nacional de Mudança do Clima (BRASIL, 2009-B, art. 11). Ele apresenta, de forma detalhada, quais ações o Brasil pretende adotar para reduzir as emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE).

Previsto no art. 11 da Lei 12.187/2009 e, mais especificamente, no Decreto 7.390/2010, o Plano ABC foi aprovado em maio de 2011 e teve sua versão final publicada em 2012. Ele tem abrangência nacional e sua vigência vai até 2020, com revisões periódicas em períodos regulares não superiores a dois anos (BRASIL, 2010-B).

Ele divide-se, basicamente, em duas partes. A primeira parte, Plano ABC, resume a contextualização do problema das mudanças climáticas, os objetivos, a vigência e a abrangência do Plano, bem como sua base legal, compromissos, estratégias, ações de monitoramento e de adaptação, além de informações sobre financiamento.

A segunda parte, Plano Operativo do Plano ABC, traz a operacionalização do conteúdo discutido na primeira parte, detalhando os programas que compõem o Plano, sendo seis de tecnologias de mitigação e mais um de adaptação. A segunda parte contém também as ações transversais propostas e as ações de monitoramento.

Os objetivos do Plano ABC, para que se melhore a eficiência no uso dos recursos naturais e que se obtenha a adaptação do setor agropecuário às mudanças climáticas, podem ser assim descritos:

- ✓ Contribuir para a consecução dos compromissos de redução da emissão de GEE assumidos voluntariamente pelo Brasil, no âmbito dos acordos climáticos internacionais e previstos na legislação;
- ✓ Garantir o aperfeiçoamento contínuo e sustentado das práticas de manejo nos diversos setores da agricultura brasileira que possam vir a reduzir a emissão dos GEE e, adicionalmente, aumentar a fixação atmosférica de CO₂ na vegetação e no solo dos setores da agricultura brasileira;
- ✓ Incentivar a adoção de Sistemas de Produção Sustentáveis que assegurem a redução de emissões de GEE e elevem simultaneamente a renda dos produtores, sobretudo com a expansão das seguintes tecnologias: Recuperação de Pastagens Degradadas; Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF) e Sistemas Agroflorestais (SAFs); Sistema Plantio Direto (SPD); Fixação Biológica do Nitrogênio (FBN); e Florestas Plantadas;
- ✓ Incentivar o uso de Tratamento de Dejetos Animais para geração de biogás e de composto orgânico;
- ✓ Incentivar os estudos e a aplicação de técnicas de adaptação de plantas, de sistemas produtivos e de comunidades rurais aos novos cenários de aquecimento atmosférico, em especial aqueles de maior vulnerabilidade;
- ✓ Promover esforços para reduzir o desmatamento de florestas decorrente dos avanços da pecuária e de outros fatores.

Para realizar esses objetivos no cumprimento dos compromissos assumidos pelo Brasil (Figura 6), o Plano ABC descreve algumas técnicas de produção agrícola e também ações de adaptação às mudanças climáticas, como já citadas nos objetivos acima. O Plano ABC conceitua essas técnicas, fazendo uma breve descrição dessas boas práticas, como relatado mais adiante.

Processo Tecnológico	Compromisso (aumento de área/uso)	Potencial de Mitigação (milhões Mg CO ₂ eq)
Recuperação de Pastagens Degradadas ¹	15,0 milhões ha	83 a 104
Integração Lavoura-Pecuária-Floresta ²	4,0 milhões ha	18 a 22
Sistema Plantio Direto ³	8,0 milhões ha	16 a 20
Fixação Biológica de Nitrogênio ⁴	5,5 milhões ha	10
Florestas Plantadas ⁵	3,0 milhões ha	-
Tratamento de Dejetos Animais ⁶	4,4 milhões m ³	6,9
Total	-	133,9 a 162,9

Notas: ¹ Por meio do manejo adequado e adubação. Base de cálculo foi de 3,79 Mg de CO₂ eq.ha⁻¹. ano⁻¹.

² Incluindo Sistemas Agroflorestais (SAFs). Base de cálculo foi de 3,79 Mg de CO₂ eq.ha⁻¹.ano⁻¹.

³ Base de cálculo foi de 1,83 Mg de CO₂ eq.ha⁻¹.ano⁻¹.

⁴ Base de cálculo foi de 1,83 Mg de CO₂ eq.ha⁻¹.ano⁻¹.

⁵ Não está computado o compromisso brasileiro relativo ao setor da siderurgia; e, não foi contabilizado o potencial de mitigação de emissão de GEE.

⁶ Base de cálculo foi de 1,56 Mg de CO₂ eq.m⁻³.

Figura 6: Processo tecnológico, compromisso nacional relativo (aumento da área de adoção ou uso) e potencial de mitigação por redução de emissão de GEE (milhões de Mg CO₂ eq)

Fonte: MAPA, 2012.

4.1 RECUPERAÇÃO DE PASTAGENS DEGRADADAS

A pastagem degradada corresponde à perda de cobertura vegetal e diminuição da matéria orgânica do solo, levando à perda de produtividade, do potencial de recuperação natural das pastagens e de resistência a pragas e doenças. Isso ocorre em virtude de um manejo inadequado do solo. A técnica de Recuperação de Pastagens Degradadas contribui para melhorar a qualidade de alimento dos animais, para aumentar a produtividade da atividade e, conseqüentemente, para reduzir as emissões de GEE (MAPA, 2012).

O Quadro 6 resume as principais ações previstas para a técnica de Recuperação de Pastagens Degradadas, com informações sobre os responsáveis, os parceiros e também os investimentos previstos para cumprir essas ações.

Quadro 6 - Principais ações, responsáveis, parceiros e investimentos previstos para Recuperação de Pastagens Degradadas

Principais ações	Responsáveis	Parceiros	Investimentos previstos (R\$ milhões)
Campanha publicitária	MAPA e MDA	Governos estaduais	0,33
Capacitação e Transferência de Tecnologia (TT)	MAPA, MDA e Embrapa	Mapa, Crea, Contag, Embrapa, MDA, Crea, MMA, CNA-Senar, Siscoob-OCB, governos estaduais, secretarias de agricultura, Emater, Asbraer, associações e produtores, universidades, federações, associações de classes, prefeituras, agricultura familiar, empresas privadas	19,48
Mapeamento de áreas prioritárias	SAE, Embrapa e Mapa	Mapa, MDA, MMA, Inpe, Embrapa e SAE	2,1
Insumos	MDA	Conab	137,80
Agentes financeiros	MF	Agentes financeiros	43.979,41

Fonte: adaptado de MAPA (2012).

A ação de maior representação no orçamento previsto para a técnica de Recuperação de Pastagens Degradadas é o financiamento através de linhas de crédito, como o Programa ABC ou o Pronaf, representado pela ação Agentes financeiros.

Em segundo lugar, a ação de maior peso é Insumos, que corresponde à disponibilização de insumos básicos (calcário e sementes) para os estabelecimentos dos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. Essa ação possui um investimento previsto de R\$ 137.800.000,00.

Capacitação e Transferência de Tecnologia (TT) vem em terceiro lugar, com um investimento previsto de R\$ 19.480.000,00. Essas ações de Capacitação e TT incluem a realização de eventos como dias de campo, palestras e oficinas, os quais, de certa forma, também contribuem na divulgação do Plano ABC.

E, com menor peso orçamentário, estão as ações de Mapeamento de áreas prioritárias e Campanha publicitária. Esta última abrange especificamente montagem de material de folheteria.

Os resultados esperados com essas ações são a recuperação de 15 milhões de hectares de pastagem degradada até 2020, e também técnicos e produtores capacitados.

4.2 INTEGRAÇÃO LAVOURA-PECUÁRIA-FLORESTA (ILPF) E SISTEMAS AGROFLORESTAIS (SAFS)

As técnicas de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF) e Sistemas Agroflorestais (SAFs) contribuem também para a recuperação de pastagens, bem como à manutenção e reconstituição da cobertura florestal (MAPA, 2012).

A ILPF integra atividades diferentes na mesma área, fazendo uso do consórcio, sucessão ou rotação de culturas, e buscando harmonia entre todos. Além do sistema agrossilvipastoril, há subdivisões como agropastoril, silvipastoril e silviagrícola. Já os SAFs ocupam o solo com plantas lenhosas perenes associadas a herbáceas, arbustos, arbóreas, e culturas agrícolas e forrageiras, prezando pela diversidade de espécies e interação entre todos os componentes do sistema (MAPA, 2012).

O Quadro 7 aponta as principais ações previstas para as técnicas de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF) e Sistemas Agroflorestais (SAFs), com informações sobre os responsáveis, os parceiros e também os investimentos previstos para cumprir essas ações.

Quadro 7 – Principais ações, responsáveis, parceiros e investimentos previstos para Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF) e Sistemas Agroflorestais (SAFs)

Principais ações	Responsáveis	Parceiros	Investimentos previstos (R\$ milhões)
Campanha publicitária	MAPA e MDA	Governos estaduais	0,19
Capacitação e Transferência de Tecnologia (TT)	MAPA, MDA e Embrapa	Embrapa, Crea, secretarias de Agricultura, Emater, CNA, Contag, Senar, OCB, governos estaduais, federações, associações de classes, prefeituras, agricultura familiar, empresas privadas, universidades, Oepas, produtores	23,6

		rurais, instituições de pesquisa e ensino públicas e privadas	
Pesquisa	Embrapa	Oepas, MCT, instituições de pesquisa e ensino públicas e privadas, Institutos de pesquisas públicos e privados	16,6
Mapeamento de áreas prioritárias	MDA, SAE, Embrapa e Mapa	Mapa, MDA, MMA, Inpe e governos estaduais	0,2
Insumos	MDA	Mapa, Embrapa e governos estaduais	450,00
Agentes financeiros	MF	Agentes financeiros	74.858,23

Fonte: adaptado de MAPA (2012).

A ação com maior orçamento previsto no Quadro 7 foi o financiamento aos produtores rurais, seja por meio do Programa ABC ou das linhas do Pronaf, R\$ 74.858.230.000,00. A segunda ação com maior investimento previsto é Insumos, que é a disponibilização de insumos básicos (mudas) para implantação de ILPF e de SAFs nos estabelecimentos de agricultores familiares e de assentados da reforma agrária, com um orçamento de R\$ 450 milhões.

Capacitação e Transferência de Tecnologia (TT), e Pesquisa vem em terceiro e quarto lugares, respectivamente, somando um investimento de R\$ 40.200.000,00. As ações de Capacitação e TT, igualmente na técnica de Recuperação de Pastagens Degradadas, incluem também a realização de eventos junto aos produtores rurais, o que, de algum modo, acaba também realizando a divulgação do Plano ABC.

Com um menor investimento previsto estão as ações de Mapeamento de áreas prioritárias e Campanha publicitária, que juntas somam apenas R\$ 390.000,00. Na ação Campanha publicitária constam apenas a montagem de material de folheteria.

Os resultados esperados com as técnicas de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF) e de Sistemas Agroflorestais (SAFs) são a implantação de 4 milhões de hectares de área até 2020, além de técnicos e produtores capacitados.

4.3 SISTEMA PLANTIO DIRETO (SPD)

A técnica de Sistema Plantio Direto (SPD) consiste em um conjunto de processos de produção agrícola caracterizados por uma baixíssima remoção do solo, mantendo sua cobertura, aumentando a eficiência da adubação e também o conteúdo de matéria orgânica no solo. Outros benefícios dessa prática passam pela redução do uso de agrotóxicos e do consumo de energia fóssil, já que utiliza menos maquinário na manutenção das culturas (MAPA, 2012).

O Quadro 8 elenca as principais ações previstas para a técnica Sistema de Plantio Direto, citando também os responsáveis pelas ações, os parceiros e os investimentos previstos.

Quadro 8 – Principais ações, responsáveis, parceiros e investimentos previstos para Sistema de Plantio Direto (SPD)

Principais ações	Responsáveis	Parceiros	Investimentos previstos (R\$ milhões)
Campanha publicitária	MAPA e MDA	Embrapa, Oepas, governos estaduais, secretarias de Agricultura/Emater, federações, associações de classes, prefeituras, agricultura familiar, empresas privadas	0,35
Capacitação e Transferência de Tecnologia (TT)	MAPA, MDA e Embrapa	Embrapa, Crea, Senar, secretarias de Agricultura/Emater, governos estaduais, federações, associações de classes, prefeituras, agricultura familiar, empresas privadas, universidades, Oepas, produtores rurais, instituições de pesquisa e ensino públicas e privadas	27,05
Pesquisa	Embrapa	Oepas, MCT, instituições de pesquisa e ensino públicas e privadas, FEBRAPDP, Itaipu Binacional, Abimaq, Institutos de pesquisas públicos e privados	15,9
Mapeamento de áreas prioritárias	Embrapa e SAE	Mapa, MDA, MMA, Inpe e governos estaduais	0,1
Agentes financeiros	MF	Agentes financeiros	49.580,25

Fonte: adaptado de MAPA (2012).

A ação de maior peso é Agentes financeiros, com R\$ 49.580.250.000,00 previstos para o financiamento de produtores rurais através da linha de crédito do Programa ABC. Não há previsão, nesta ação, de orçamento para financiamento de agricultores familiares através do Pronaf.

Em segundo lugar, destaca-se Capacitação e Transferência de Tecnologia (TT), com um orçamento previsto de R\$ 27.050.000,00, incluindo, por exemplo, iniciativas como a realização de seminários, oficinas ou dias de campo, os quais também ajudam a divulgar o Plano ABC.

Outra ação importante para a técnica de Sistema de Plantio Direto é a Pesquisa, com o apoio da Embrapa para desenvolver alternativas ao uso de herbicidas, por exemplo. E, com uma menor representação, estão as ações de Campanha publicitária e Mapeamento das áreas prioritárias, com um orçamento de R\$ 350.000,00 e de R\$ 100.000,00, respectivamente. Similarmente às técnicas de Recuperação de Pastagem Degradada, ILPF e SAFs, a ação Campanha publicitária refere-se apenas à montagem de material de folheteria.

Espera-se adotar o Sistema de Plantio Direto em 8 milhões de hectares no Brasil, além de capacitar técnicos e produtores rurais com uma visão de produção e de sustentabilidade ambiental.

4.4 FIXAÇÃO BIOLÓGICA DE NITROGÊNIO (FBN)

O nitrogênio (N_2) é essencial para os organismos vivos e sistemas ecológicos. Na agricultura não é diferente. As plantas precisam de nitrogênio em condições de ser assimilado por elas, pois este aumenta o conteúdo de matéria orgânica no solo e melhora sua fertilidade. A Fixação Biológica de Nitrogênio pode ser alcançada com a adoção de inoculantes, os quais propiciam um ambiente favorável para que microorganismos consigam converter o N_2 em um nitrogênio assimilável pelas plantas (MAPA, 2012).

O Quadro 9 resume as principais ações previstas para a FBN nas propriedades, com dados sobre os responsáveis, os parceiros e os valores de investimento previstos.

Quadro 9 – Principais ações, responsáveis, parceiros e investimentos previstos para Fixação Biológica de Nitrogênio (FBN)

Principais ações	Responsáveis	Parceiros	Investimentos previstos (R\$ milhões)
Campanha publicitária	MAPA e MDA	Governos estaduais	0,42
Capacitação e Transferência de Tecnologia (TT)	MAPA, MDA e Embrapa	Embrapa, Crea, Senar, secretarias de agricultura/Emater, federações, associações de classes, prefeituras, agricultura familiar, empresas privadas, universidades, governos estaduais, organizações ligadas à agricultura familiar, Oepas, produtores rurais, instituições de pesquisa e ensino públicas e privadas	29,65
Pesquisa	Embrapa	Oepas, MCT, instituições de pesquisa e ensino públicas e privadas	63,8
Insumos	MDA	Embrapa, Incra, Oepas, universidades, Asbraer, ONGs, OCB, ANPII, Senar, Conab	15,65

Fonte: adaptado de MAPA (2012).

A ação mais representativa da técnica de FBN é a Pesquisa, com um investimento previsto de R\$ 63.800.000,00. Essa ação inclui o desenvolvimento de novos inoculantes⁹, de forma intensificada no período de 2012-2016, para pelo menos uma das seguintes culturas: milho, cana-de-açúcar, feijão-caupi, feijão-comum e trigo.

A segunda ação de maior peso é Capacitação e Transferência de Tecnologia (TT), com um investimento previsto de R\$ 29.650.000,00. Aqui, tem-se a capacitação de técnicos e de produtores rurais, além de eventos, que também assumem o papel de divulgadores do Plano ABC.

⁹ Para saber mais sobre inoculantes, ver http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/feijao-caupi/arvore/CONTAG01_2_2882007171552.html.

Em terceiro lugar, tem-se Insumos, onde a proposta é estabelecer um programa de distribuição de inoculantes para agricultores familiares e assentados da reforma agrária. E, com um peso bem menor, tem-se a ação Campanha publicitária, abrangendo apenas montagem de material de folheteria e com um orçamento previsto de apenas R\$ 420.000,00.

Os resultados esperados com as ações de FBN são a ampliação em 5,5 milhões de hectares com aplicação dessa tecnologia, além da redução no uso de nitrogênio (N) de origem fóssil.

4.5 FLORESTAS PLANTADAS

Florestas Plantadas corresponde à produção econômica de florestas. Essa prática promove o sequestro do dióxido de carbono (CO₂) da atmosfera e a redução da pressão de desmatar novas áreas. Além disso, aumenta a oferta de madeira para fins industriais e implementa uma fonte de renda a longo prazo para o produtor rural (MAPA, 2012).

O Quadro 10 descreve as principais ações previstas para essa técnica, juntamente com as instituições responsáveis, os parceiros e os investimentos previstos.

Quadro 10 – Principais ações, responsáveis, parceiros e investimentos previstos para Florestas Plantadas

Principais ações	Responsáveis	Parceiros	Investimentos previstos (R\$ milhões)
Campanha publicitária	MAPA e MDA	Governos estaduais	0,22
Capacitação e Transferência de Tecnologia (TT)	MAPA, MDA e Embrapa	Embrapa, Crea, Senar, Secretarias de Agricultura/ Emater, governos estaduais, Federações, associações de classes, prefeituras, agricultura familiar, empresas privadas, universidades, Oepas, MCT, instituições de pesquisa e ensino públicas e privadas	20,64
Pesquisa	Embrapa	Oepas, MCT, instituições de pesquisa e ensino públicas e privadas	18,8
Mapeamento das áreas prioritárias	SAE e Embrapa	Mapa, MDA, MMA, Inpe e governos estaduais	0,1
Agentes financeiros	MF	Agentes financeiros	14.505,29

Fonte: adaptado de MAPA (2012).

A ação Agentes financeiros é aquela com maior peso orçamentário, com financiamento de produtores rurais apenas através da linha do Programa ABC. Assim como no Sistema de Plantio Direto, não está previsto o atendimento dos agricultores familiares através do Pronaf para a técnica de Florestas Plantadas.

Capacitação e Transferência de Tecnologia (TT) vem em segundo lugar, com um orçamento somado de R\$ 20.640.000,00. Como se repetem em todas as outras técnicas até aqui descritas, as ações de Capacitação e TT para Florestas Plantadas abrangem também a realização de eventos, como por exemplo, dias de campo, seminários e oficinas, que promovem a divulgação do Plano ABC.

Pesquisa vem em terceiro lugar, com um orçamento de R\$ 18.800.000,00. E, em menor participação, estão as ações de Campanha publicitária, que corresponde à montagem de material de folheteria, e Mapeamento das áreas prioritárias, que juntas somam apenas R\$ 320.000,00.

O resultado esperado com as ações para Florestas Plantadas é o aumento da área com reflorestamento em 3 milhões de hectares.

4.6 TRATAMENTO DE DEJETOS ANIMAIS

O tratamento adequado dos dejetos e efluentes animais reduz a emissão de metano (CH₄), um GEE. Além disso, propicia uma renda adicional para o produtor através do composto orgânico produzido para adubação ou pelo biogás, o qual gera energia automotiva, térmica ou elétrica. Além do rendimento extra, a biodigestão e a compostagem reduzem os custos da própria produção, evitando o consumo de energia e o uso de insumos químicos (MAPA, 2012).

No Quadro 11, estão resumidas as principais ações, responsáveis, parceiros e investimentos previstos para o Tratamento de Dejetos Animais.

Quadro 11 – Principais ações, responsáveis, parceiros e investimentos previstos para Tratamento de Dejetos Animais

Principais ações	Responsáveis	Parceiros	Investimentos previstos (R\$ milhões)
Campanha publicitária	MAPA e MDA	Instituições públicas e privadas	0,3
Capacitação e Transferência de Tecnologia (TT)	MDA, Embrapa e Itaipu	Mapa e secretarias de agricultura	1,5
Pesquisa	Embrapa	Instituições de pesquisa e ensino públicas e privadas, MCT	16,0
Incentivos	Itaipu	MDA, Aneel, MF, Casa Civil	---

Fonte: adaptado de MAPA (2012).

A técnica de Tratamento de Dejetos Animais é a que possui menos ações previstas. A ação de maior representatividade orçamentária é a Pesquisa, com um investimento previsto de R\$ 16 milhões.

Em segundo lugar, está Capacitação e Transferência de Tecnologia (TT), com R\$ 1.500.000,00 em recursos previstos. Nessa ação, a proposta é capacitar técnicos de Ater e outros no uso e na gestão de tecnologias de tratamento de dejetos animais, bem como nos aspectos relacionados à adaptação às mudanças climáticas, tema que será abordado com mais detalhes mais adiante.

A ação Campanha publicitária corresponde apenas à montagem de material de folheteria, assim como em todas as outras técnicas de mitigação do Plano ABC, e possui um orçamento previsto de apenas R\$ 300.000,00.

A ação Incentivos é a única ação, dentre as ações previstas em todas as técnicas de mitigação do Plano ABC, que não possui orçamento previsto. Ela refere-se a uma proposta de adequação de mecanismos de incentivos para indústrias que tenham relação com o fornecimento de suprimentos para o setor de biogás e a geração e distribuição de energia, assim como a geração de fertilizante orgânico a partir dos dejetos e efluentes.

Observa-se a presença de uma instituição nova, a Itaipu, como responsável pela ação de Incentivos, além de apoiar também as ações de Capacitação e TT. A Itaipu, por meio da organização Parque Tecnológico Itaipu, possui um Centro de Estudos do Biogás, com cursos de atualização e especialização (PTI, 2015).

Os resultados esperados para o Tratamento de Dejetos Animais são: tratamento de 4,4 milhões de dejetos até 2020, aumento no número de biodigestores implantados, técnicos e produtores capacitados, incremento na organização produtiva de agricultores por meio de cooperativas e associações, e agricultores com incremento de renda a partir da venda de energia elétrica, térmica e automotiva gerada pela utilização do biogás e da compostagem.



Recuperação de Pastagens Degradadas



ILPF e SAFs



SPD



Tratamento de Dejetos Animais



FBN



Florestas Plantadas

Figura 7: Imagens das técnicas de mitigação propostas pelo Plano ABC
Fonte: elaboração própria, a partir de imagens colhidas do Plano ABC (MAPA, 2012).

4.7 ADAPTAÇÃO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Adaptação às Mudanças Climáticas são iniciativas que permitem aos produtores enfrentar as alterações climáticas com menos vulnerabilidade, através da implantação de sistemas diversificados e do uso sustentável da biodiversidade e dos recursos hídricos. Além disso, há o apoio ao processo de transição, à organização da produção, à pesquisa e à garantia de geração de renda. As ações de adaptação priorizam a atuação no segmento da agricultura familiar (MAPA, 2012).

O Quadro 12 apresenta as principais ações de Adaptação às Mudanças Climáticas, bem como as instituições responsáveis, os parceiros e o investimento previsto.

Quadro 12 – Principais ações, responsáveis, parceiros e investimentos previstos para Adaptação às Mudanças Climáticas

Principais ações	Responsáveis	Parceiros	Investimentos previstos (R\$ milhões)
Instituir o Programa de Inteligência Climática na Agricultura, integrado ao Plano Nacional de Redução de Riscos e Desastres	MAPA, MDA, MCT, MMA, Casa Civil, MDS, MDIC, MI	Inmet, Inpe, Rede Clima, Embrapa, Ipea, governos estaduais e municipais, MCT, MMA, universidades, Rede Meteorológica, entidades de classe, Articulação no Semi-Árido Brasileiro (ASA)	0,41
Elaborar estudo visando aperfeiçoar e ampliar o seguro rural e outros instrumentos de prevenção e compensação de perdas climáticas na agricultura para dar suporte às ações de adaptação	MAPA	MF, MDA, MMA, seguradoras, entidades de classe	---
Pesquisa e TT	Embrapa	Rede Clima, instituições de pesquisa e ensino públicas e privadas, MAPA e MDA, Oepas, institutos de pesquisa privados e públicos, universidades	63,2
Incorporar ao Sistema de Análise de Risco de Pragas (ARP) a previsão de aparecimento de novas pragas e doenças provocadas pelas mudanças climáticas, assim como seu controle, levando em consideração a sustentabilidade ambiental	MAPA	Embrapa, Oepas, institutos de pesquisa privados e públicos, universidades	0,30
Agentes Financeiros	MAPA e MDA	MF e agentes financeiros, governos estaduais	---

Fonte: adaptado de MAPA (2012).

O maior peso das ações de adaptação recai sobre a Pesquisa e TT, com um investimento previsto de R\$ 63.200.000,00. As outras duas ações que possuem um orçamento específico são relacionadas ao Programa de Inteligência Climática na Agricultura, com o valor de R\$ 410.000,00, e ao Sistema de Análise de Risco de Pragas, com recursos no valor de R\$ 300.000,00.

As duas outras ações de adaptação, sobre o seguro rural e também Agentes financeiros, não possuem orçamento previsto. Aqui, a ação Agentes financeiros não se caracteriza pela

destinação de recursos de financiamento aos produtores, mas por uma gestão, feita pelo MAPA e MDA, junto aos agentes financeiros para atender às demandas de financiamentos das distintas regiões e prioridades, conforme o mapeamento/identificação das vulnerabilidades.

Os resultados esperados com as ações de Adaptação às Mudanças Climáticas são: o mapeamento da vulnerabilidade nas áreas prioritárias, o desenvolvimento de técnicas e tecnologias adequadas à resiliência, e a adoção de práticas capazes de minimizar os efeitos das variações climáticas.

4.8 AÇÕES TRANSVERSAIS DO PLANO ABC

Além das seis técnicas de mitigação e da técnica de adaptação, foram identificadas necessidades de algumas ações de interesse do conjunto desses programas, denominadas de ações transversais. O objetivo dessas ações é propiciar uma complementaridade das ações dos programas. Dentre as ações transversais propostas, destacam-se a sensibilização e a conscientização das ideias pregadas pelo Plano ABC, além da regularização ambiental das propriedades rurais e ações de assistência técnica e extensão rural (MAPA, 2012).

O Quadro 13 apresenta as ações transversais propostas para o Plano ABC, os responsáveis, os parceiros e os investimentos previstos para essas ações.

Quadro 13 – Principais ações transversais do Plano ABC, responsáveis, parceiros e investimentos previstos

Principais ações transversais	Responsáveis	Parceiros	Investimentos previstos (R\$ milhões)
Campanha publicitária	MAPA e MDA	Governos estaduais	31,1
Regularização ambiental	MMA	MAPA, MDA, Embrapa Governos estaduais e entidades de classe	0,3
Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater)	MDA	MAPA, Embrapa, Secretarias de Agricultura/ Emater, Federações, associações de classes, prefeituras, agricultura familiar, empresas privadas	5.839,47
Agentes Financeiros	MF	Agentes Financeiros, MAPA, MDA, BB, Basa, BNB e Febraban	---
Fazer gestão junto aos gestores dos fundos não reembolsáveis (ex.: Amazônia, Clima etc.) visando apoiar a implementação das ações de mitigação e de adaptação	MAPA e MDA	MMA, FBMC, BNDES	---
Estudar o desenvolvimento de novos incentivos econômicos para apoiar as ações de mitigação, aumento da resiliência e adaptação, bem como geração de renda e melhoria da qualidade de vida	MF	MAPA, MDA, MMA, Instituições financeiras, entidades de classe, Ipea	---
Propor adequação ou criação de mecanismos de incentivos fiscais para a redução dos custos de logística e transporte de insumos, considerando o balanço final de emissões de GEE	MAPA	MF, SAE e MDA	---
Incentivar a ampliação da Produção Integrada para a Cadeia Pecuária, visando à criação das normas de certificação	MAPA e Embrapa	MDA, MMA e GTPS	0,3
Fomentar a implementação de viveiros florestais comerciais de espécies nativas e exóticas	MAPA	Embrapa, Oepas, governos estaduais, municipais, Ater, entidades sem fins lucrativos	36,0
Apoiar e reativar viveiros florestais de espécies nativas e exóticas	MAPA	Embrapa, Oepas, governos estaduais,	12,0

		municipais, Ater e entidades sem fins lucrativos	
Realizar estudos para identificar as barreiras e oportunidades de mercado para a comercialização dos produtos oriundos dos sistemas integrados e agroflorestais	MMA	MAPA, MDA, Embrapa e Governos estaduais	0,1
Constituir grupo de análise estratégica das novas exigências do mercado/ economia verde (<i>Green Economy</i>), visando a ultrapassar as barreiras comerciais e ao aproveitamento de novas oportunidades em decorrência da tropicalização da agricultura em nível global	MAPA e MDA	MMA, entidades de classe, câmaras temáticas, MDIC	---
Estimular e subsidiar a reforma dos currículos e da formação de profissionais dos níveis técnico e superior, visando à qualificação em mudanças climáticas e ao uso sustentável dos recursos naturais, de acordo com as ações previstas no Plano ABC	MAPA, MDA e MMA	MEC	---
Fazer a coordenação nacional do Plano ABC	Comissão Executiva do Plano ABC	Mapa, MDA, MMA, Embrapa, SAE, FBMC	---
Acompanhar a implementação das ações específicas do Plano ABC	MAPA	MDA, Embrapa e Grupo Gestor Estadual	0,54
Acompanhar a implementação das ações específicas do Plano ABC	MDA	MAPA, Embrapa e Grupo Gestor Estadual	0,54
Acompanhar a implementação das ações específicas do Plano ABC	Embrapa	MDA, Mapa e Grupo Gestor Estadual	0,54

Fonte: adaptado de MAPA (2012).

Das ações transversais, Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), sem dúvida, possui a maior representatividade orçamentária. Ela inclui a realização de chamadas públicas de Ater para que os extensionistas elaborem e implementem projetos para agricultores familiares e assentados da reforma agrária.

As ações de fomento à implementação e de apoio e reativação de viveiros florestais comerciais de espécies nativas e exóticas são ações de grande relevância também, juntas somam R\$ 48.000.000,00 em recursos previstos.

Em seguida, vem Campanha publicitária com R\$ 31.100.000,00, que objetiva mostrar os benefícios econômicos, sociais e ambientais dos programas do Plano ABC. Observa-se aqui que essas ações vêm em complemento significativo às ações de Campanha específicas dos programas, ou técnicas, do Plano ABC, as quais possuem, em geral, orçamento apenas para montagem de material de folheteria.

O Acompanhamento da implementação de ações específicas do Plano ABC terá incentivos da ordem de R\$ 1.620.000,00, para o Mapa, o MDA e a Embrapa. Já as ações de Regularização ambiental (R\$ 300.000,00), de Incentivo à Produção Integrada para a Cadeia Pecuária (R\$ 300.000,00), e acerca da comercialização de produtos originados de sistemas integrados e agroflorestais (R\$ 100.000,00) possuem valores previstos para investimentos muito pequenos.

As demais ações transversais previstas (sete ações) não possuem orçamentação específica. Dessas sete ações, pode-se destacar Agentes financeiros, que possui característica bem diferente das ações de mitigação do Plano ABC, que corresponde aos recursos financiados aos produtores, assim como se distancia um pouco da forma como se apresenta nas ações de adaptação.

A ação Agentes financeiros como ação transversal abrange: o dimensionamento e a garantia de oferta de recursos nas linhas de financiamento de forma adequada durante a vigência do Plano ABC; a gestão perante os agentes financeiros para garantir a efetividade no acesso dos produtores rurais às linhas de financiamento do Plano ABC, incluindo os agricultores familiares e assentados da reforma agrária; a capacitação de profissionais e técnicos do sistema financeiro; e ainda a gestão junto a esses agentes para adequação do sistema de análise de viabilidade financeira dos projetos.

4.9 MONITORAMENTO DO PLANO ABC

Para que se consiga mensurar o cumprimento das metas propostas aos órgãos internacionais, o Plano ABC traz sua estratégia de monitoramento, reporte e verificação (MRV). A proposta é que as informações de redução de GEE sejam periodicamente mensuradas e contabilizadas, garantindo a qualidade e o controle da estrutura operacional e administrativa responsável pelo monitoramento. Todo esse aparato é para que se garanta a integridade e a transparência das medições, para uma possível verificação internacional no futuro (MAPA, 2012).

Nesse sentido, um Sistema Virtual Multi-institucional de Mudanças Climáticas e Agricultura centralizará o recebimento e o processamento de informações, as análises de imagens de satélite e de documentos referentes ao monitoramento. Além disso, as ações de monitoramento terão o apoio de informações coletadas diretamente do setor bancário, do IBGE, da Conab e/ou de empresas privadas. Serão feitos também levantamentos *in loco* ou por meio dos planos técnicos.

Uma dificuldade apontada no Plano ABC quanto ao monitoramento é que, inicialmente, as imagens de satélite abrangerão apenas parte das áreas, devido aos custos, prazos e entraves na operacionalização do georreferenciamento das propriedades rurais e áreas de produção. Porém, estima-se que, no médio prazo, o georreferenciamento seja universalizado, o que proporcionará que o monitoramento das reduções de emissão de GEE seja mais preciso.

O Quadro 14 resume as ações de monitoramento do Plano ABC, as instituições responsáveis, os parceiros e os investimentos previstos.

Quadro 14 – Principais ações de monitoramento do Plano ABC, responsáveis, parceiros e investimentos previstos

Principais ações de monitoramento	Responsáveis	Parceiros	Investimentos previstos (R\$ milhões)
Criar Sistema Multi-institucional de Mudanças Climáticas e Agricultura	Embrapa	Unicamp e Rede Clima	2,0
Garantir a Manutenção do Sistema Multi-institucional de Mudanças Climáticas e Agricultura	Embrapa	Unicamp e Rede Clima	10,0
Elaborar estudos técnicos microrregionais para quantificar e qualificar os projetos de biogás, visando ao monitoramento do Programa de Tratamento de Dejetos Animais	MDA, Embrapa e Itaipu	MAPA, secretarias de Agricultura	0,5

Fonte: adaptado de MAPA (2012).

Observa-se no Quadro 14 que as ações de monitoramento, além da criação e manutenção do Sistema Multi-institucional, correspondem a quantificação e qualificação de projetos de biogás, que é uma iniciativa específica da técnica de Tratamento de Dejetos Animais. As três ações juntas somam um investimento previsto de R\$ 12.500.000,00.

4.10 O CRÉDITO RURAL NO BRASIL E O PROGRAMA ABC

O crédito rural no Brasil vivenciou um histórico de grandes oscilações. Desde a década de 30, o campo já vinha sendo financiado, inicialmente pelo Banco do Brasil. Mas foi a partir de 1965, através da lei 4.289/1965, que o crédito rural foi institucionalizado e foi criado o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), sendo o principal instrumento da política agrícola no Brasil (Spolodor e Melo, 2003; Dos Santos e Braga, 2013).

A *modernização conservadora* das décadas de 60 e 70, à época do regime militar, trouxe grande impulso ao campo, com estímulo à produção agrícola. Porém, essa realidade levou à concentração de terras e de crédito subsidiado, que perdurou ainda após o regime. Os latifundiários acabaram se beneficiando com mais recursos, pois dispunham da garantia hipotecária da terra para oferecer ao banco (Spolodor e Melo, 2003; Dos Santos e Braga, 2013).

Nos anos seguintes, observa-se a vulnerabilidade da política agrícola brasileira, com oscilações dos percentuais subsidiados e das taxas de juros, e o governo assumiu diferentes papéis, de fomentador de recursos a agente regulador. As mudanças na economia agrícola do país também levaram ao aumento do endividamento dos produtores rurais, além de aumentar as dificuldades para se obter um financiamento (Spolodor e Melo, 2003; Dias, 2006).

Apesar de os bancos perceberem o alto endividamento dos produtores, nada podiam fazer para refrear o volume total de recursos aplicados. Porém, na década de 1990, observa-se que o controle do Estado sobre o processo de crédito rural no Brasil é reduzido, a partir da instauração da CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) do crédito rural, onde a bancada ruralista do Congresso defende seus interesses ao propor medidas de renegociações/prorrogações ou até mesmo dispensa de valores a receber, o que aumentou em muito os gastos do governo com reestruturação de dívidas (Dias, 2006).

Mesmo diante dessa configuração, o papel do governo ainda é fundamental, seja numa eventual transição de um sistema tradicional para um ambiente com recursos do mercado, ou mesmo nessa nova realidade. No novo modelo, o governo pode eliminar ou reduzir o impacto dos erros de mercado e criar instrumentos que minimizem os riscos, permitindo uma maior participação do setor privado, pois estudos sobre crédito rural no Brasil, à época do início dos anos 2000, mostraram o esgotamento do sistema de recursos obtidos do governo federal (Spolodor e Melo, 2003).

A despeito das dificuldades citadas por Spolodor e Melo (2003), observa-se um aumento no volume do crédito rural ao longo dos anos 2000. Porém, esse volume vem seguido de uma desarmonização entre a necessidade de crédito e sua real obtenção (Dos Santos e Braga, 2013).

A divergência entre oferta e demanda de crédito deve-se a problemas de informação, ou assimetria, que surge quando o comportamento dos clientes não pode ser observado pelos agentes credores. A assimetria é considerada uma falha de mercado, que leva ao racionamento de crédito e a uma maior exigência por parte dos bancos, ou a uma oferta desmedida de crédito, atraindo aqueles com maior risco de inadimplência (Spolodor e Melo, 2003; Assunção e Chein, 2007; Dos Santos e Braga, 2013).

Para tentar minimizar o problema de informação, as instituições financeiras procuram fazer um planejamento e monitoramento dos contratos de crédito, além da obtenção de muitas informações sobre os tomadores (Spolodor e Melo, 2003). Apesar desse esforço, os bancos ainda sofrem com altos custos nas transações de crédito rural, devido ao estabelecimento das taxas de juros pelo governo, bem abaixo do mercado, além da dispersão geográfica dos estabelecimentos rurais, o que dificulta o acesso à informação, por exemplo (Dos Santos e Braga, 2013).

O Programa ABC é a principal fonte de financiamento para os produtores rurais que se propuserem a adotar o Plano ABC. É uma linha de crédito oficial, instituída através da resolução BACEN nr 3.896, de 17 de agosto de 2010, e conta com recursos do BNDES, da Caderneta de Poupança Rural (MCR 6-4) e de Fundos Constitucionais (CNA, 2012).

O Programa ABC foi formatado para atender à agricultura empresarial (produtores rurais e suas cooperativas), já que o público da agricultura familiar já vinha sendo financiado por outras linhas de crédito, como o Pronaf Eco e Pronaf Floresta. As estimativas de recursos do crédito rural para financiar atividades de redução de GEE giram em torno de R\$ 157 bilhões, a serem utilizadas no período de 2011 a 2020, sendo distribuído entre o Programa ABC e as linhas de Pronaf acima descritas (MAPA, 2012).

Os investimentos financiados podem ser destinados a (BACEN, 2011):

- ✓ Recuperação de áreas e pastagens degradadas;
- ✓ Implantação de sistemas orgânicos de produção agropecuária;
- ✓ Implantação e melhoramento de sistemas de plantio direto "na palha";
- ✓ Implantação de sistemas de integração lavoura-pecuária, lavoura-floresta, pecuária-floresta ou lavoura-pecuária-floresta;
- ✓ Implantação, manutenção e manejo de florestas comerciais, inclusive aquelas destinadas ao uso industrial ou à produção de carvão vegetal;
- ✓ Adequação ou regularização das propriedades rurais frente à legislação ambiental, inclusive recuperação da reserva legal, de áreas de preservação permanente, e o tratamento de dejetos e resíduos, entre outros;
- ✓ Implantação de planos de manejo florestal sustentável;

- ✓ Implantação e manutenção de florestas de dendezeiro, prioritariamente em áreas produtivas degradadas;
- ✓ Outros itens vinculados aos projetos destinados às finalidades acima;
- ✓ Custeio associado ao investimento, com uma limitação percentual sobre o valor financiado.

Os produtores rurais se beneficiam com taxas e prazos atrativos. Inicialmente, o Programa ABC foi pensado com um limite de crédito de R\$ 1 milhão/beneficiário/ano, financiados a uma taxa de 5,5% a.a., e prazos que vão até 15 anos, a depender da finalidade do crédito (BACEN, 2010). Porém, a cada safra vem ampliando seus benefícios.

Com recursos programados na ordem de R\$ 4,5 bilhões para o Programa ABC, que equivale a pouco mais de 10% do total do montante destinado a investimentos, o Plano Agrícola e Pecuário (PAP) 2014/2015, divulgado pelo MAPA, estabelece um limite de R\$ 2 milhões/beneficiário/ano (ou R\$ 3 milhões, no caso de Florestas Plantadas), e taxas que podem ser de 4,5% a.a., para produtores rurais com renda bruta anual de até R\$ 1,6 milhão, ou de 5% a.a., para aqueles com renda bruta anual acima desse limite (MAPA, 2014-B).

Acerca da documentação exigida para o crédito, são solicitados projetos, planos ou relatórios técnicos, que contemplem informações detalhadas sobre a execução destes, emitidos por órgãos competentes, além de outros exigidos pelo BNDES ou outro agente credor (BACEN, 2011; CNA, 2012).

A disponibilidade de crédito é apenas uma das opções para que se alcancem os objetivos propostos pelo Brasil. Muitos estudos apontam para outras formas de cobrir os custos com as ações de mitigação e de adaptação à mudança do clima no Brasil.¹⁰

¹⁰ Outras formas de compensação de custos podem ser: a aplicação de um imposto sobre as emissões de carbono; um sistema de comércio de emissões ou comércio de créditos de carbono entre setores ou países; os fundos criados para financiamento aos países em desenvolvimento no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima; mecanismos de ajustes de fronteira (tarifas ou subsídios); entre outros. No Brasil, algumas iniciativas foram criadas, como: a Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD), oferecido ao proprietário da área florestal para manter a floresta; alguns fundos de incentivo, como o Fundo Amazônia; além do Mercado Brasileiro de Redução de Emissões (MBRE), que é um sistema para a negociação de créditos de carbono na Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F). (Ver Seroa da Motta, 2011; Wehbe, 2011; Gurgel, 2012; Magalhães e Domingues, 2013; Magalhães e Braga Júnior, 2013).

5 ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO ABC: PARTICIPAÇÃO E PERCEPÇÃO DOS ATORES

As informações dispostas nesse capítulo foram integralmente originadas dos dados obtidos com a transcrição das entrevistas com os atores institucionais e regionais ou locais, inclusive a percepção de seus representantes acerca dos temas abordados, ou através da observação direta do pesquisador, sem imprimir qualquer opinião ou juízo de valor sobre as variáveis analisadas. Enquanto aqui são apresentadas apenas as impressões e opiniões dos atores entrevistados, a discussão dessas informações, como resultado dos objetivos propostos nesse trabalho, encontra-se no capítulo 7, Discussão.

5.1 CASA CIVIL

5.1.1 Participação

Segundo os representantes da Casa Civil, a instituição elaborou o Plano Nacional sobre Mudança do Clima, fez a minuta da Política Nacional sobre Mudança do Clima, a qual, com outras contribuições, tornou-se a Lei 12.187/2009. E, por meio do Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima (CIM), veio o Decreto 7.390/2010, bem como os planos setoriais e a atualização do Plano Nacional. O Grupo Executivo do CIM (GEX) apoia a elaboração desses planos setoriais, mas uma vez prontos, eles são de responsabilidade de cada ministério, como o Plano ABC é hoje uma política setorial do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

O papel institucional da Casa Civil em fazer a articulação das políticas governamentais no âmbito dos ministérios e a necessidade de internalizar o tema e a discussão nos ministérios, é um dos grandes resultados do CIM nessa articulação, uma das importâncias do seu trabalho e até a razão da sua existência. O dia a dia da Casa Civil é tentar harmonizar o posicionamento de diferentes setores do governo. A participação da Casa Civil já tem esse propósito inicial.

Nas reuniões do CIM, havia os coordenadores do Plano Nacional, que tiveram a capacidade de atrair os demais ministérios para tratar de vários assuntos temáticos que também estão no Plano ABC. Houve uma capacidade de coordenação dos coordenadores do Plano ABC

para exercer um bom diálogo, e a intervenção da Casa Civil ocorria quando eventualmente fosse necessário. Os outros ministérios já sabem dessa dinâmica, o que ajuda no processo, pois cada um reduz um pouco a radicalidade, ao valorizar o interesse comum em detrimento de interesses próprios de cada ministério.

5.1.2 Percepção sobre si e sobre outros atores

“A avaliação do trabalho do comitê eu diria que está sendo positiva. [...] O ganho foi pelo poder convocatório que a Casa Civil tem, pela experiência de harmonização das políticas, pelo conhecimento mais macro do que se está fazendo no governo, o que temos de ganho é isso, é a internalização do tema, o que colaborou muito pra elaboração e implementação dos planos setoriais” (Assessora da Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Públicas Governamentais).

“O MAPA, o MDA e o MMA são os grandes autores desse Plano ABC. A inclusão do Plano ABC no Plano Safra, uma linha especial do Plano Safra, contou também com o Ministério da Fazenda, mas esses três são os essenciais nesse Plano ABC” (Assessora da Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Públicas Governamentais).

5.1.3 Percepção sobre os diálogos com a sociedade civil

Os representantes da Casa Civil acreditam que o apoio do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas (FBMC), que é o representante da sociedade civil no CIM, foi essencial para que se obtivesse os resultados do Plano ABC, especialmente quando se fala na disposição singular do representante atual do Fórum em discutir com a sociedade os temas referentes. Para o representante da Casa Civil, essa experiência tem sido muito boa e com grandes ganhos, o que se tem observado bem antes da criação do Plano Nacional.

Para os representantes da Casa Civil, os diálogos foram muito importantes na elaboração do Plano Nacional e até mesmo para melhorar e qualificar o trabalho na elaboração dos planos setoriais, contando também com o apoio aos estados na elaboração de seus planos.

“Na minha avaliação, o Fórum é a nossa porta de entrada do diálogo do governo com a sociedade civil organizada, no tema mudança do clima. Ele faz esse paralelo com o congresso, e ele faz com os estados. Ele também faz um pouco do trabalho de articulação federativa”

(Assessora da Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Públicas Governamentais).

5.1.4 Percepção sobre o Plano ABC

Para os representantes da Casa Civil, o Plano ABC foi bastante inovador e trouxe uma importante contribuição, sendo fundamental haver linhas de trabalho que busquem disseminar boas práticas de agricultura que ajudam a aumentar a produtividade do setor. O Plano ABC está bem fundamentado, bem desenhado, e possui muito potencial de sucesso.

Porém, um entrave observado foram as constantes alterações de ministros do MAPA, o que pode ter afetado o comprometimento da direção mais alta do ministério com o Plano ABC. Essa instabilidade na gestão do órgão pode dificultar a implementação do Plano.

5.2 MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – FUNDO CLIMA

O Fundo Clima apoia algumas iniciativas para fortalecer a PNMC, como no Plano ABC, onde apoiou na sua divulgação, mais especificamente disponibilizou recursos para confecção das cartilhas informativas e dos banners, sendo a elaboração desse material responsabilidade do MAPA.

Também apoiou a instalação do laboratório de monitoramento das emissões de GEE na agricultura, gerenciado pela Embrapa. A partir desse momento, se o Fundo Clima receber alguma demanda do laboratório, poderá apoiar também a criação do sistema e o desenvolvimento da metodologia de monitoramento. O Fundo também pode apoiar ações de capacitação, a partir da demanda do MAPA.

Outras ações do Fundo passam pela recuperação de séries históricas climatológicas, criação do centro de monitoramento de desastres naturais do MCTI, aquisição de imagens de satélite que são base para o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e reforma do laboratório de Cuiabá do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), para auxiliar o plano de combate ao desmatamento da Amazônia e o plano de combate ao desmatamento do Cerrado.

Para se antecipar a possíveis demandas, o Fundo Clima está desenvolvendo uma grande linha de capacitação, sem definir ainda o público a ser beneficiado. A iniciativa visa facilitar a aprovação de projetos levados ao Comitê Gestor.

De uma maneira geral, o Fundo apoia a estruturação da PNMC, os instrumentos, as metodologias, os laboratórios, os sistemas e outras experiências de apoio a projetos na ponta, de mitigação e de adaptação. O Fundo não financia o produtor com o crédito, pois este tem uma fonte e um agente específicos.

O MMA, representado pelo Fundo Clima, dispõe de duas fontes de recursos, os recursos reembolsáveis e os recursos não reembolsáveis, sendo a disponibilidade daqueles dez vezes maior que a dos não reembolsáveis. Ambos se originam de lucros adicionais do petróleo principalmente, mas que também pode vir de outras fontes, como doações de empresas ou do Tesouro.

Um Comitê Gestor foi criado no MMA para decidir sobre esses recursos. Esse Comitê é presidido pelo MMA, mas é composto por representantes de alguns ministérios, entidades não governamentais que atuam com o tema mudança do clima, representantes da comunidade acadêmica e científica, além de representantes dos estados e dos municípios.

Os recursos reembolsáveis são repassados ao BNDES, para financiamento de empresas privadas, com linhas de ação como transporte, máquinas e equipamentos eficientes, energias renováveis, resíduos com aproveitamento energético, carvão vegetal e combate à desertificação. Apesar das taxas variarem de 3,5% a.a. a 7% a.a., esses recursos têm subsídio do governo, mas o Fundo arca com os custos em relação à inflação, porque a prioridade do Fundo é a sua própria finalidade.

Os recursos não reembolsáveis são gerenciados diretamente pelo MMA, e aplicados em linhas de ação como desenvolvimento tecnológico, práticas adaptativas para o desenvolvimento sustentável do semiárido, adaptação da sociedade e ecossistemas, monitoramento e avaliação, e ainda educação, capacitação, treinamento e mobilização. Esses recursos, em geral, financiam o poder público ou entidades privadas sem fins lucrativos.

“O Fundo como um instrumento da Política Nacional sobre Mudança do Clima é um importante suporte, e estabelece alguns avanços para a política do clima. [...] Ele é a expressão

dessa mudança de atitude de um país que persegue uma Política Nacional sobre Mudança do Clima de modo mais consistente hoje” (Gerente do projeto do Fundo Clima - MMA).

5.3 EMPRESAS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA PRIVADA (ASTECS)

5.3.1 Participação

As empresas de assistência técnica possuem um papel de propagadoras do Programa ABC, com divulgação permanente dos atrativos da linha de crédito entre os produtores rurais. Seus representantes acreditam ser interessante falar sobre o Programa ABC, especialmente acerca do prazo longo e da taxa de juros reduzida, aproveitando a demanda dos produtores para melhoria da produtividade de suas terras.

“A gente sempre procurou divulgar ao máximo e até fazemos convite direto aos nossos clientes e outros não clientes pra que façam uma adesão a esse programa que com certeza além da questão da melhoria do plantio direto, contribui seguramente no aumento da produtividade, com sustentabilidade” (Proprietário de uma das empresas de Astec).

5.3.2 Percepção sobre a divulgação/capacitação do Plano ABC

É comum entre as empresas de Astec o reconhecimento da participação do Banco do Brasil na divulgação do Plano ABC, seja por meio de conversas informais ou por reuniões ou eventos específicos. Alguns representantes dessas empresas também citaram a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e o MAPA como divulgadores, este último através do lançamento do Plano Safra.

Os representantes das Astecs também afirmam o empenho do Banco do Brasil (BB) na capacitação dos técnicos, até mesmo auxiliando-os na elaboração dos projetos através do envio de modelos ou roteiros aceitos pelo Banco. Apesar do envolvimento de vários níveis hierárquicos do BB na capacitação, como as agências, a diretoria e outros setores de apoio, as Astecs perceberam que os funcionários do próprio Banco ainda estavam conhecendo as características da linha de crédito, e também ainda tinham muitas dúvidas.

Os representantes da maioria das Astecs indicam que não tiveram maiores dificuldades em entender o que era o Programa ABC, apesar de este ter gerado algumas dúvidas

principalmente acerca da similaridade com outras linhas de crédito já conhecidas, como por exemplo, o BNDES Propasto, para recuperação de pastagens degradadas, e o BNDES Prosolo, que busca incentivar a correção do solo, técnicas essas propostas também pelo Plano ABC. As Astecs logo se ajustaram às exigências do Programa, reforçadas pelo conhecimento prévio que detinham sobre boas práticas agrícolas.

5.3.3 Percepção sobre os parceiros

Ao falar sobre o apoio de outros parceiros na divulgação do Plano ABC, a maioria dos representantes das Astecs citam, em primeiro lugar, o Banco do Brasil. Eles entendem o BB como o principal divulgador e incentivador, além de ser um criador de demandas junto às próprias Astecs. Os representantes das Astecs também mencionam outros parceiros, como o Governo Federal e a CNA, além de eventos como feiras e “dias de campo”.

Porém, observa-se uma percepção de que há uma certa carência da participação de outros atores na divulgação do Plano ABC, o que dificulta um maior conhecimento do Plano entre os produtores rurais. Além disso, foi mencionada a necessidade de se estabelecer novas parcerias, com o governo do estado, a prefeitura, o sindicato rural local e a Emater, por exemplo, aproveitando o grande acesso dessas instituições a várias regiões e públicos.

5.3.4 Percepção sobre o processo de crédito

Acerca do processo de crédito, todos os comentários giraram em torno do Banco do Brasil, pois não se observou outros agentes credores do Programa ABC na região. Nesse item, o ponto mais discutido foi o prazo total, desde a entrada do projeto no Banco até à liberação do recurso.

De uma maneira geral, os representantes das Astecs reclamam da morosidade do BB na análise das operações do Programa ABC, chegando até mesmo a 120 dias. Essa demora na liberação dos recursos ao cliente pode causar a inviabilidade do próprio projeto, visto que a etapa do plantio, por exemplo, depende de condições naturais. Além disso, o produtor pode perder oportunidade de aproveitar a época de insumos mais baratos, comprando no período onde esses insumos estão mais caros e, assim, comprometer o orçamento previsto.

Outras dificuldades apontadas foram as divergências de informação sobre a documentação necessária e a solicitação constante de novos documentos, além da necessidade de realizar ajustes em alguns instrumentos, por exemplo, para medir os níveis de carbono no solo, e exigências técnicas sobre o número de amostras e a forma de coleta dessas amostras. Tudo isso também aumentava o prazo total da proposta do Programa ABC.

Essas dificuldades foram sendo superadas com o passar do tempo. As informações foram se ajustando, principalmente depois da contratação das primeiras operações. Os representantes das Astecs e os funcionários do próprio Banco conseguiam entender melhor o que era necessário, melhorando muito o prazo para liberar os recursos.

Os representantes das Astecs afirmam que os produtores rurais, em geral, estão mais satisfeitos com o trabalho do Banco em relação ao Programa ABC, acerca do prazo e também às melhorias da própria linha de crédito, como a ampliação do teto e dos itens financiáveis, apesar de, no início, alguns produtores rurais acharem que o Programa ABC seria mais um programa de pouco sucesso.

5.3.5 Percepção sobre os beneficiários do Plano/Programa ABC

Os representantes das Astecs afirmam que não existiram maiores resistências por parte dos produtores rurais acerca do Programa ABC. Em alguns casos, os produtores não aderiram apenas por motivos de programação financeira.

A percepção que os representantes das Astecs têm sobre os produtores rurais acerca do Programa ABC é de que esses produtores, em geral, possuem o interesse maior de melhorar sua produtividade e seu lucro com recursos baratos e bons prazos, sem pensar muito nas questões ambientais. Para os representantes das Astecs, há uma conscientização dos produtores hoje muito mais que antes, porém, conforme afirma um dos proprietários de uma empresa de Astec, o produtor “precisa visar mais o lucro”. Apesar de os projetos que as Astecs encaminham ao Banco possuírem justificativas com base nas mudanças climáticas, ou redução de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), o que é comumente falado para os produtores pelas Astecs são os atrativos financeiros da linha de crédito.

Em complemento, os representantes das Astecs acreditam que, se a rentabilidade da atividade não for viável economicamente, o produtor acaba saindo da atividade. Por esse

motivo, o produtor avalia bem suas decisões e, se ele entender que aquela decisão vai inviabilizar sua atividade, ele não faz.

“O produtor em si, ele não pensa muito na questão ambiental. Mas ele não precisa pensar nessa questão ambiental. Ele precisa pensar na questão financeira. A questão ambiental penso eu, que faço a elaboração do projeto. O objetivo principal dele é aumentar a produção. Fato. Esse é o objetivo principal dele. Só que concomitante a isso ele vai estar fazendo o que o ABC preza, que é diminuir gases de efeito estufa” (Proprietário de uma das empresas de Astec).

Um grupo de produtores que merece uma observação singular, segundo os representantes das Astecs, são os pecuaristas. Para os representantes das Astecs, os pecuaristas são um pouco resistentes a novas tecnologias, infraestrutura de maquinário etc. Além disso, o domínio que eles têm sobre a atividade torna-se um bloqueio pra adoção de novas práticas.

Os representantes das Astecs entendem que, para que se faça um bom trabalho com esse público, é preciso mais divulgação, pois uma minoria de pecuaristas conhece o Plano ABC. Porém, observam que a grande maioria das áreas de pastagem da região precisam de alguma intervenção, e o Plano ABC seria a melhor opção de mudança.

Observa-se também uma certa resistência pelos agricultores e silvicultores, acerca da entrada em uma atividade diferente daquela que eles já estão acostumados. Porém, os representantes das Astecs avaliam que o agricultor é extremamente consciente, pois esse público já pratica a técnica do plantio direto, por exemplo, bem antes da criação do Plano ABC.

5.3.6 Percepção sobre a conscientização da sociedade civil

Para os representantes das Astecs, houve uma mudança de consciência desde quando se começou a abrir novas áreas de agricultura no Cerrado. Entende-se hoje que não se pode simplesmente derrubar tudo, não deixando nenhuma árvore. E os produtores rurais, assistindo a essas mudanças, também se adequaram, fazendo, por exemplo, ações de conservação não apenas da água, mas de toda a sua propriedade. Segundo eles, hoje temos uma evolução significativa nessa área.

Segundo os representantes das Astecs, assim como os produtores estão conscientes que cometeram muitos erros, a sociedade também está. A forma de enxergar o meio ambiente hoje

é diferente. Essa mudança deve-se também à maneira que o Estado agia antes, à base da coerção, da pressão, da ameaça e penalidades, o que incentivava os produtores a agirem de maneira errada e sem serem vistos. Antes, nunca houve um trabalho de conscientização.

Atualmente, a legislação, como é o caso do Código Florestal¹¹, já define as regras, e os produtores acabaram se adequando ao tempo e também foram se conscientizando. Há uma preocupação forte com a sustentabilidade da propriedade, quando se pensa nas gerações futuras. Para os representantes das Astecs, os números mostram que tudo aquilo que foi feito corretamente deu apenas resultados positivos.

“Vamos torcer pra que o nosso Brasil seja um modelo para o mundo e a nossa região seja um modelo para o Brasil” (Proprietário de uma das empresas de Astec).

5.3.7 Perspectivas sobre o Plano ABC

De um modo geral, as perspectivas sobre o Plano ABC são boas. Os representantes das Astecs acreditam que, apesar de ainda o Plano ABC estar caminhando lentamente, ele está em expansão, pois ainda existe muito mercado a ser explorado, tanto de novos clientes como daqueles que podem renovar o crédito. Para os representantes das Astecs, é preciso buscar o máximo possível de áreas, em especial na agricultura e pecuária, que são áreas que precisam de mudança rápida, o que não acontece com as áreas de florestas, as quais demandam mais tempo.

Os representantes das Astecs entendem que a conjuntura econômica e governamental também é relevante para o futuro do Plano ABC, especialmente quando se fala de disponibilidade de recursos para financiamento e incentivo também por parte dos bancos. Os representantes das Astecs esperam que os recursos destinados ao Plano ABC estejam disponíveis para esse fim, e não sejam deslocados para outras linhas de crédito.

Acredita-se, porém, que para qualquer governo que faça alguma mudança no Programa ABC, essa mudança tende a ser para melhor, pois o agronegócio é importante para a economia do país, sem desmerecer os demais setores.

¹¹ Para saber mais informações sobre o Código Florestal, consultar a Lei nr. 12.651, de 25 de maio de 2012 e também o Observatório do Código Florestal, disponível em: <http://www.observatorioflorestal.org.br/>.

5.4 BANCO DO BRASIL

5.4.1 Participação

O Banco do Brasil, através da superintendência estadual, fez um trabalho presencial junto às agências, às entidades de classe, aos produtores rurais e às empresas de assistência técnica. Após o primeiro contato, que foi um trabalho de convencimento e de explanação da importância do Programa ABC, o BB realizou reuniões nas agências, com perfil para o agronegócio, para explicar melhor aos funcionários e também aos produtores rurais e Astecs. Outra ação importante foi incluir o Programa ABC como um compromisso no chamado Acordo de Trabalho das agências.

A superintendência do BB não elaborou um plano de capacitação específico, mas utilizou-se o próprio sistema de contratação de crédito no Banco, entendido como uniforme. O que se procurou compreender foram os pontos do Programa ABC que o diferenciavam de outras linhas já comumente utilizadas, passando essa informação para as agências.

Em complemento ao trabalho da superintendência do BB, os funcionários da agência de Formosa fazem visitas aos produtores, incentivando-os a acessar a linha de crédito, o que fazem também quando esses produtores vêm à agência. Outra ação feita pelos funcionários da agência são pequenas palestras sobre o tema com um grupo de produtores previamente selecionado.

Os funcionários da agência realizam também “dias de campo” em propriedades que já aderiram ao Programa ABC, com o apoio das Astecs e também da Diretoria de Agronegócio do BB. O objetivo é que os produtores que acessaram o Programa ABC testemunhem para outros a sua experiência, inclusive fazendo comparação de áreas beneficiadas e não beneficiadas com o crédito dentro da mesma propriedade.

O representante da agência de Formosa considera muito interessante o apoio da Diretoria de Agronegócio do Banco nesse processo. Essa Diretoria tem disponibilizado técnicos especializados na área, para divulgação, reuniões e visitas nas propriedades. A agência considera as informações passadas como acessíveis e claras aos funcionários, o que representa uma mudança em relação ao lançamento da linha de crédito.

Os representantes do BB afirmaram ter vivenciado certa resistência no início da divulgação do Programa ABC. A linha de crédito, por ser nova, trouxe muito trabalho no

entendimento de seus aspectos e exigências. Além disso, outras linhas de crédito já conhecidas pelo Banco, como as linhas de investimento do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), tornaram-se concorrentes do Programa ABC, pois algumas dessas linhas incentivam também a recuperação de pastagens ou a correção do solo.

O representante da superintendência do BB afirma que essas dificuldades já foram superadas, à medida que foi sendo esclarecido que o Programa ABC não é tão diferente das outras linhas de crédito e que era preciso apenas verificar o enquadramento dos clientes e atender às demandas do Programa.

Ainda segundo o representante da superintendência do BB, a agência de Formosa sempre figura como uma das principais agências com perfil para o agronegócio no ranking da superintendência, estando entre as três primeiras agências. Porém, quanto ao Programa ABC, a agência de Formosa não possui o mesmo desempenho. O motivo apontado é porque a região de Formosa possui um público maior de pecuaristas, público este comumente resistente a usar novas metodologias de produção.

Alguns dados apontam a quantidade de contratos aprovados e valores liberados pelo Programa ABC nas três últimas safras na agência de Formosa (GO), como descrito no Quadro 15.

Quadro 15 – Número de contratos aprovados e valor desembolsado pelo Programa ABC na agência do Banco do Brasil em Formosa (GO) nas três últimas safras

Safra	Nr de contratos	Desembolso (R\$)
2013/2014	29	8,3 milhões
2012/2013	37	12 milhões
2011/2012	6	4,5 milhões

Fonte: elaboração própria, a partir da entrevista com representante da Superintendência do Banco do Brasil, 2014.

Segundo o representante da superintendência do BB, é provável que a redução no número de contratos e no valor dos desembolsos do Programa ABC na agência de Formosa entre as safras 2012/2013 e 2013/2014 deva-se à migração de alguns clientes importantes na

região para o segmento *private*¹², saindo do gerenciamento da agência local para um escritório especializado.

5.4.2 Percepção sobre os parceiros

Observa-se que, em todas as suas ações, o BB sempre conta com a presença das Astecs. Para o representante da superintendência do BB, as Astecs constituem-se grandes parceiros, o elo de ligação entre o Banco e o produtor; o Banco hoje depende muito das Astecs, pois elas são a representação do Banco no campo, segundo o representante da superintendência do BB.

Uma dificuldade observada foram os aspectos técnicos do projeto que são novos e às vezes complexos, o que pode desestimular as Astecs. Porém, essas empresas demonstram sempre buscar novas informações, em sites oficiais, por exemplo.

Apesar disso, para o representante da superintendência do BB, as Astecs deram o primeiro passo no convencimento dos clientes. A partir do momento que as Astecs compraram a ideia do Plano ABC, ficou mais fácil conscientizar o produtor, solidificar esse entendimento, o que tornou fluente a contratação de propostas do Programa ABC.

Após o crescimento da demanda de crédito pelo programa ABC, como máquinas financiadas, o representante da agência Formosa pontuou que a indústria não tem conseguido acompanhar essa demanda, chegando até à indisponibilidade de alguns bens financiados para entrega em tempo hábil.

5.4.3 Percepção sobre os beneficiários do Plano/Programa ABC

O representante da superintendência do Banco entende que os produtores rurais têm, além da pretensão de aumento de lucro, uma visão ambiental em relação ao Plano ABC, por causa dos benefícios observados com o plantio direto, por exemplo, como a redução da erosão do solo e também do assoreamento dos rios.

¹² *Private* é um termo comumente utilizado no mercado financeiro para classificar clientes que possuem um relacionamento diferenciado com os bancos, tendo, em geral, investimentos financeiros acima de R\$ 1 milhão. Para o BB, *private* é um conceito em relacionamento caracterizado pela exclusividade, personalização e atendimento individualizado (ver <http://www.bb.com.br/portalbb/page3,115,2708,7,1,1,1.bb?codigoMenu=311>).

Apesar desse entendimento acerca dos produtores rurais diferir daquele que as Astecs possuem, observa-se uma semelhança acerca da percepção sobre o público dos pecuaristas. Para os representantes do BB, assim como para as Astecs, os pecuaristas, culturalmente, aprenderam somente a explorar os recursos naturais e resistem em fazer dispêndio. Os pecuaristas, em geral, veem apenas o custo envolvido no processo, e não os benefícios indiretos que podem ser obtidos, como a recuperação do solo degradado, o melhor aproveitamento da área e a geração de renda no campo, evitando, assim, a evasão para a cidade.

Segundo o representante da agência do BB em Formosa, ainda há muita resistência, muito embora as propriedades que já se beneficiaram sirvam de testemunha. A expectativa era que o Programa ABC revolucionasse a pecuária, inclusive com a adoção da técnica de integração lavoura-pecuária-floresta, o que proporciona um retorno de longo prazo, sem abandonar o ciclo normal de receita da pecuária.

Nesse ponto, o representante da superintendência do BB entende que as Astecs podem ter um papel essencial na conscientização desse público, utilizando o que ele chama de “aprender fazendo”.

Segundo o representante da agência do BB em Formosa, na agricultura, porém, os produtores buscam sempre a eficiência. A técnica de plantio direto já era adotada antes mesmo da criação do Programa, com recursos próprios. Para os agricultores, o conhecimento já está sedimentado, sendo esse o maior público do programa ABC, segundo o representante da superintendência do BB.

5.4.4 Desembolsos do Programa ABC

O representante da superintendência do Banco do Brasil avalia a evolução dos desembolsos do Programa ABC como muito boa. Com a divulgação feita pelo banco e, a partir do momento em que as pessoas foram se conscientizando acerca dos benefícios do Programa ABC, houve um aumento na liberação de recursos. Além disso, representante da superintendência do BB entende que a tendência do Programa é crescer, evoluir, inclusive com a contratação pela segunda vez de operação para um mesmo produtor.

As estratégias do Banco para que aumentem esses desembolsos passa pela valorização das parcerias e de aproveitamento de eventos específicos do agronegócio, como a

Agrobrasília¹³, para disseminar mais informações sobre o Plano e o Programa ABC. Além disso, o BB está estudando ampliar a sua participação em “dias de campo”, onde se mostram as experiências bem sucedidas das propriedades como vitrine para outros produtores, além de se destacar os benefícios financeiros que o Programa ABC traz, como um prazo mais adequado à sua capacidade de pagamento.

5.5 PREFEITURA DE FORMOSA – SECRETARIA DE AGRICULTURA E PECUÁRIA

De um modo geral, a participação da Prefeitura de Formosa não possui muita representatividade quando se fala de Plano ABC. Segundo o representante da Secretaria de Agricultura e Pecuária, seu trabalho restringe-se principalmente ao público da agricultura familiar¹⁴, o qual possui um envolvimento muito pequeno com o Plano ABC.

Apesar disso, o representante da Prefeitura/Secretaria de Agricultura e Pecuária de Formosa afirma que, nas visitas aos produtores rurais, realizam a divulgação do tema, enfatizando a disponibilidade de recursos nos bancos, mas, para os agricultores familiares, tem dado muito pouco resultado.

Acerca da sua percepção sobre a conscientização das ideias pregadas pelo Plano ABC, o representante da Prefeitura/Secretaria de Agricultura e Pecuária de Formosa entende que o resultado também é ínfimo, comparado ao potencial da região.

Todo o seu discurso teve como base as demandas dos agricultores familiares como, por exemplo, acesso ao crédito e regularização fundiária. A fala voltou-se para a necessidade que esse público tem do apoio do Estado para que, até mesmo, consiga acessar o crédito do grande produtor, como o FCO ou o próprio ABC. O representante da Prefeitura/Secretaria de

¹³ A Agrobrasília é uma feira de tecnologias e negócios agropecuários voltada aos empreendedores rurais de diversos portes, e é realizada em Brasília/DF geralmente no mês de maio. Para mais informações, ver <http://www.agrobrasilia.com.br/>.

¹⁴ Compreenda-se agricultura familiar com base no que preconiza a lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006.

Agricultura e Pecuária de Formosa reconhece o papel dos bancos nesse processo, em especial o do Banco do Brasil.

Um outro ponto observado é que há um esforço em incentivar projetos sustentáveis, como a agrofloresta¹⁵, uma ideia convergente com o objetivo maior do Plano ABC. Além disso, a Prefeitura utiliza exemplos de sucesso como disseminador para outros produtores, o que ela chama de “difusores de tecnologia”.

O representante da Prefeitura/Secretaria de Agricultura e Pecuária de Formosa avalia o Plano ABC como um projeto audacioso e que pode crescer muito. Porém, ela entende que precisa haver uma reformulação na divulgação, na forma como ele vem sendo disseminado.

5.6 MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

5.6.1 Participação

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) participa do Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima, coordenado pela Casa Civil. Junto com o MAPA, o MDA também foi responsável pela elaboração do Plano ABC, que foi um dos planos setoriais debatidos e discutidos no âmbito do Comitê, sendo o Plano ABC relativo ao setor agropecuário. Essa elaboração teve contribuição também de outros ministérios, porém o MAPA e o MDA foram os principais atores desse processo.

De uma maneira mais específica, o MDA dispunha de técnicos representantes no grupo de discussões sobre o Plano ABC, com a tarefa de discutir as propostas, as ações que deveriam compor o Plano, bem como as prioridades. Com a definição das seis ações de mitigação e das ações de adaptação do Plano ABC, o MDA ajudou a aprofundar o estudo sobre essas ações, assim como as metas, recursos e competências.

¹⁵ Para saber mais sobre agrofloresta ou sistemas agroflorestais, consultar a lei 12.854/2013, o site <http://www.agrofloresta.net/>, entre outros.

5.6.2 Percepção sobre o Plano ABC e o Plano Safra da Agricultura Familiar

O Plano Safra da Agricultura Familiar 2014/2015, segundo o representante do MDA, vai além do Plano ABC, apesar de o termo “Plano ABC” não constar especificamente no referido Plano Safra. O representante do MDA considera que as ações propostas no Plano Safra da Agricultura Familiar tornam-se complementares da ideia pregada pelo Plano ABC, sendo este também prioritário para o Ministério.

Para o representante do MDA, existem algumas outras ações, que não foram incorporadas ao Plano ABC, mas que são ações que viabilizam a mitigação das emissões de carbono na agricultura familiar. Um exemplo disso é a agroecologia e a produção orgânica¹⁶, que, naturalmente, tendem a ter um processo onde se tem uma menor utilização de fertilizantes químicos, veneno, maquinário, e, portanto, menor emissão de carbono.

Segundo o representante do MDA, um ponto que merece destaque é o fato de o Plano ABC ter sido concebido para uma agricultura de médio e grande porte, considerando que as emissões de carbono desse público geram maior impacto, o que carece de mais ações de incentivo à redução de emissões de GEE. No caso da agricultura familiar, já existiam ações de mitigação, o que é observado no Plano Safra da Agricultura Familiar.

5.6.3 Percepção sobre o Programa ABC e o crédito para os agricultores familiares

Segundo o representante do MDA, o Programa ABC não foi formatado para os agricultores familiares. Para esse público, existem linhas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, criado através do Decreto nr. 1946, de 28 de junho de 1996, como o Pronaf Agroecologia, o Pronaf Florestas e o Pronaf Eco, que consegue estimular as reduções de emissões de GEE, segundo o representante do MDA.

As linhas de crédito do Pronaf são mais atrativas para o agricultor familiar, com menor taxa de juros, maior prazo de carência e maior prazo de pagamento. Para o representante do MDA, a agricultura familiar não demandava crédito, mas outras ações de apoio, como

¹⁶ Para saber mais sobre agroecologia e produção orgânica, consultar o Decreto nr. 7794, de 20 de agosto de 2012, ou mesmo o site do MDA em <http://www.mda.gov.br/>.

assistência técnica, ou mais especificamente, capacitação dos agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), e também organização da produção.

Nesse contexto, vale considerar as grandes diferenças na disponibilidade de recursos previstos para financiamento aos produtores rurais familiares e patronais. Mesmo não dispondo de dados específicos acerca dos valores programados para o Pronaf nas linhas equivalentes ao Programa ABC, observa-se que o montante total dos recursos de crédito disponibilizados para a agricultura familiar é bem inferior ao montante programado para a agricultura empresarial, conforme consulta aos Planos Safra 2014/2015 de cada público. O Plano Safra da Agricultura Familiar 2014/2015 aponta para um total de recursos previstos de R\$ 24,1 bilhões, para todas as linhas do Pronaf, que corresponde apenas a cerca de 15,44% do total disponibilizado para os demais agricultores, que é de R\$ 156,1 bilhões (MDA, 2014; MAPA, 2014-B).

5.6.4 Percepção sobre as ações do Plano ABC para a agricultura familiar

A medida do Plano ABC mais direcionada para os agricultores familiares é a ação prevista no Tratamento de Dejetos Animais. Há uma demanda considerável desse público sobre essa ação, especialmente na região Sul do país, onde existem agricultores familiares integrados para o fornecimento de insumos para as indústrias de alimentos, principalmente de suínos e aves.

O problema observado na região, como destaca o representante do MDA, é a destinação do subproduto da atividade, jogado até mesmo nos mananciais de água. A ideia com o tratamento desses dejetos é fazer uso de um processo de biodigestão ou de compostagem. Na biodigestão, a partir dos gases gerados dos próprios dejetos, chamado de biogás, gera-se energia para, por exemplo, movimentar um motor de geração de energia elétrica para a própria propriedade. Já na compostagem, os dejetos recebem tratamento para se transformarem em adubo orgânico.

Nesse contexto, caso os agricultores familiares necessitem de algum crédito para compra de equipamentos e montagem de uma infraestrutura, a linha Pronaf Mais Alimentos e o Pronaf Eco conseguem suprir essa demanda, segundo o representante do MDA.

Em relação ao tema florestas, a agricultura familiar se beneficia muito mais dos Sistemas Agroflorestais (SAFs) do que da plantação de florestas comerciais, com uso da linha de crédito do Pronaf Floresta.

Na Fixação Biológica de Nitrogênio, utilizada principalmente na cultura da soja, e na Recuperação de Pastagens Degradadas, por exemplo, a participação da agricultura familiar é mínima, já que a cultura da soja e o uso da pecuária extensiva, em geral, não são práticas utilizadas por esses produtores.

De todo modo, o representante do MDA afirma que a agricultura familiar ainda demanda algumas ações de fomento específicas, não apenas de mitigação de GEE, mas principalmente de adaptação às mudanças climáticas. No caso da mitigação, a busca é por um programa mais expressivo de assistência técnica, com uma efetiva implementação do que já está definido no Plano ABC. Na adaptação, a necessidade volta-se para ações de pesquisa, com o desenvolvimento de variedades de culturas mais adaptadas às mudanças climáticas.

Para o representante do MDA, o tema adaptação é um diferencial que o Plano ABC possui em relação aos outros planos setoriais. As discussões do tema, segundo o representante do MDA, foram uma preocupação desse Ministério. Algumas regiões, por exemplo, sofrerão as consequências das mudanças climáticas, ficando mais secas. Nesse caso, a agricultura familiar, afirma o representante do MDA, precisa de tecnologias voltadas para adaptação, com o uso de variedades mais resistentes à seca.

O representante do MDA acredita, porém, que a criação de um Plano ABC específico para a agricultura familiar pode ser uma forma de organizar melhor aquilo que está disperso em várias linhas de crédito e ações que o MDA já vem fazendo e que não possuem visibilidade social. Essa medida poderá resultar numa melhoria de organização de mercado para a agricultura familiar.

Ainda que não existam ações mais concretas nesse sentido, o MDA tem atuado em outras frentes, como na regionalização do Plano Safra da Agricultura Familiar, com a criação de um plano safra específico para o semiárido ou para a região norte, por exemplo.

5.7 MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

5.7.1 Participação

O Ministério do Meio Ambiente (MMA) é o coordenador da Política Nacional sobre Mudança do Clima. Seu papel é coordenar os planos setoriais em conjunto com os outros ministérios, trocando experiências, melhorando capacidades e abrindo possibilidades. Para o representante do MMA, a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) tem dois objetivos básicos: a redução de emissões de GEE e também a promoção de uma economia de baixa emissão de gases para o futuro.

Nisso, a PNMC vai além do apelo ambiental, mas passa também pela economia e desenvolvimento do país. A harmonização de várias áreas tem o propósito de buscar práticas de inovação e investimento que permitam um crescimento econômico concomitante com a redução de GEE.

O representante do MMA acredita que, após o Acordo de Copenhague, o Brasil avançou no tema mudanças climáticas. Porém, não foi o Acordo que o fez, mas o cenário brasileiro já demonstrava que existia muita coisa sendo feita, como o próprio Plano Nacional sobre Mudança do Clima, em 2008, e também uma conferência sobre o tema no mesmo ano. O Acordo de Copenhague demonstrou a decisão do Brasil em lançar-se à frente de outros países que estavam caminhando lentamente, assumindo um compromisso voluntário.

O Brasil tem hoje nove planos setoriais para mitigação de GEE, tem três ou quatro fundos ambientais de apoio a esses planos, além disso existe também um plano de adaptação. A articulação presente nos ministérios acerca desse tema trouxe resultados concretos, como, por exemplo, a redução do desmatamento, segundo o representante do MMA.

Outra ação do MMA a ser destacada é a montagem do sistema de monitoramento dos planos setoriais, uma obrigação assumida, inclusive para o Plano ABC. O intuito é monitorar as ações e a redução de emissões.

Sobre o Inventário Brasileiro de Emissões e Remoções Antrópicas de Gases de Efeito Estufa não Controlados pelo Protocolo de Montreal, o MMA afirma ser o Inventário o único compromisso formal do Brasil. O representante do MMA entende que, mesmo com as dimensões e as complexidades do Brasil, o país tem um arcabouço de informações muito bom

e que tende a se sofisticar, mesmo apesar de alguns desses dados estarem sob o domínio privado. Em algumas áreas, como florestas e agricultura, o Brasil possui dados próprios, não necessitando usar os dados da Convenção-Quadro das Nações Unidas. Para o representante do MMA, o Inventário não é um documento fixo, mas está em constante aprimoramento.

5.7.2 Percepção sobre a divulgação do Plano ABC

Os trabalhos de divulgação feitos pelo MMA correspondem à realização de audiências públicas e à abertura à participação do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas nas discussões do Ministério acerca do tema. Para o representante do MMA, essa forma participativa de construir é muito importante.

Já em termos de massificação, o MMA também realizou alguns movimentos, como uma repercussão na mídia, para divulgação inicial sobre mudanças climáticas, complementada com o que já é discutido na mídia fora do âmbito do Ministério.

Acerca do Plano ABC, o representante do MMA acredita que as ações de divulgação podem ser melhoradas, mas para o público tomador do crédito, ou seja, os produtores rurais, e não o público em geral. Para o representante do MMA, o MAPA fez um trabalho intenso com os bancos para uma divulgação maciça do Programa ABC nas agências. Além disso, o MAPA criou parcerias e também núcleos nas secretarias de agricultura dos estados da federação.

A Embrapa, com um papel mais científico, também contribui para a divulgação fazendo seu trabalho de mensuração. Outra instituição que também tem seu papel é o Observatório ABC¹⁷, que proporciona uma visão externa e mais crítica, segundo o representante do MMA.

Mesmo assim, de uma maneira geral, o representante do Ministério acredita que ainda há margem para que o Plano ABC seja mais divulgado, um espaço a ser conquistado, que aos poucos vai se consolidando. Nesse ambiente, as parcerias são importantes, como os sindicatos e as associações de agricultores, por exemplo.

¹⁷ O Observatório ABC é uma iniciativa da Fundação Getúlio Vargas com o objetivo de desenvolver estudos e promover discussões sobre o Plano ABC. Para mais informações, consultar o site: <http://www.observatorioabc.com.br/>.

5.7.3 Percepção sobre a conscientização da sociedade civil

Segundo o representante do MMA, a sociedade civil brasileira, por meio do congresso nacional, há muito promove debates públicos e audiências sobre o tema Mudanças Climáticas. A criação do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, coordenado sempre pelo Presidente da República, mostra que o tema possui uma conotação política muito forte e que o mais alto nível das decisões políticas do país está engajado.

O Fórum, que representa a sociedade civil, participa das discussões no âmbito da PNMC, do Comitê Interministerial de Mudança do Clima e também no comitê gestor do Fundo Clima, para revisões dos planos setoriais, por exemplo. Além disso, outros fóruns que tratam as mudanças climáticas são gerenciados pelo setor privado, e também possuem uma forte representatividade diante do governo. Outras ações como, por exemplo, o Observatório do Clima¹⁸, em São Paulo, e o próprio Observatório ABC tem sua importância baseada nas visões críticas que apresentam, mesmo que o MMA não concorde necessariamente com todas essas visões, segundo o representante do Ministério.

Para o representante do MMA, a mídia é um importante veículo para a conscientização da sociedade civil, apesar de que as informações disponibilizadas pela mídia sobre as ações do governo brasileiro acerca do tema mudanças climáticas, segundo o representante do MMA, não correspondem à realidade, pois o governo faz muito mais do que se coloca.

5.7.4 Percepção sobre os beneficiários do Plano/Programa ABC

Mesmo não tendo dados estatísticos sobre o assunto, o representante do MMA avalia o produtor rural como empreendedor, considerando inclusive suas diferenças, com alguns conseguindo adotar as novas tecnologias mais rapidamente e outros demandando mais preparação, análise de custos, por exemplo. Além disso, o Ministério entende que o sucesso de um produtor contagia os demais, que acabam seguindo seu exemplo na adoção dessas novas tecnologias.

¹⁸ O Observatório do Clima é uma organização que representa entidades da sociedade civil e tem por objetivo discutir as questões do clima no Brasil. Para mais informações, consultar <http://www.oc.org.br/>.

Para o representante do MMA, os estudos do Observatório ABC, que mostram que grande parte dos recursos do programa ABC foi destinada à recuperação de pastagens, refletem simplesmente a preocupação do produtor com esse problema, que é um gargalo importante no país. Porém, o MMA, em conjunto com o MAPA, o BB e outras instituições estão tentando fomentar as outras tecnologias do Plano ABC.

Esse direcionamento de recursos se deu, em parte, à falta de conhecimento dessas outras tecnologias, bem como à necessidade de um melhor arranjo de coordenação do Plano ABC com outras políticas, segundo o representante do MMA. A expectativa é que algumas políticas, como o Código Florestal e o Cadastro Ambiental Rural (CAR)¹⁹, juntamente com o Plano ABC, podem gerar grandes avanços em outras técnicas, como, por exemplo, na integração lavoura-pecuária-floresta.

Outro ponto destacado é que o representante do Ministério consegue perceber também que os produtores rurais direcionam suas decisões acerca do Plano ABC com base no interesse do crédito em primeiro lugar.

5.7.5 Percepção sobre o Plano ABC e Perspectivas

O representante do MMA avalia o Plano ABC positivamente. É um plano inovador, com forte repercussão internacional, que diferencia o Brasil de outros países, pois une a possibilidade de trabalhar conjuntamente políticas ambientais e agrícolas.

A ideia é aproveitar o potencial que o Plano ABC ainda tem, aprimorando-o ainda mais, não apenas através do crédito, mas no alcance de outros resultados importantes, principalmente no tema Florestas. Nesse tema, há investimentos em fundos ambientais, além da valorização de iniciativas como o novo Código Florestal e o Cadastro Ambiental Rural.

A coordenação do Plano ABC com outras políticas públicas caracteriza uma estratégia que o representante do MMA denomina de “estratégia de proteção e produção”, que ainda não se consolidou, pois no Brasil ainda é muito forte a proteção ambiental e a produção agrícola

¹⁹ Sobre o Código Florestal, consultar a nota de rodapé nr. 11, na pág 89. Para saber mais informações sobre o Cadastro Ambiental Rural (CAR), ver <http://www.car.gov.br/#/>.

estarem em lados diferentes. “Chegou o momento das duas caminharem juntas”, afirma o secretário de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do MMA.

Para o representante do MMA, essa estratégia será marcada por um bom marco regulatório, boas políticas públicas, experiências e parcerias com o setor privado e de crédito. E o Plano ABC foi pensado para isso, independentemente de partido, mas como uma questão de Estado.

Outro ponto importante abordado foi o monitoramento dos planos, que é uma obrigação da PNMC e um compromisso internacional. Um sistema de monitoramento está sendo construído para mensurar as ações do Plano ABC e a redução das emissões de carbono. A dificuldade é associar os resultados técnicos já alcançados, em termos de mensuração de carbono, com os contratos do Programa ABC.

Segundo o representante do MMA, o Plano ABC hoje é muito bem visto no governo, não apenas pelos resultados já apresentados, mas também por ser uma política estruturante, o que leva a um comprometimento político muito forte. Porém, quando se fala em perspectivas pós-2020, o representante do Ministério afirma que é difícil prever, pois depende de uma série de fatores, não apontados pelo representante do MMA.

O ideal seria que todo plano de investimento da agricultura já viesse caracterizado como “ABC”, não precisando um Plano ABC em separado. Isso é uma expectativa do representante do MMA, apesar de reconhecer que é um avanço muito grande que vai depender das negociações internacionais do clima.

Em termos mais concretos, o MMA está investindo na estratégia de proteção e produção. Para o representante do Ministério, a coordenação do Plano ABC pelo potencial de ganho agrícola em produtividade, eficiência, mercado, financiamento e infra-estrutura permite um grande ganho ambiental e um progresso significativo na economia brasileira.

Segundo o representante do MMA, o avanço nesse tema vai se construindo aos poucos. Para isso, é preciso mostrar que as ações estão funcionando. O MMA tem pensado mais à frente, em qual vai ser o próximo passo após a redução do desmatamento, por exemplo. O grande lema do Ministério, conforme afirma seu representante, é como fixar uma agricultura produtiva

dentro da área ambiental, que é o que se tem que construir, e o Plano ABC é uma parte dessa construção.

5.8 MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

5.8.1 Participação

O Plano ABC foi o primeiro plano setorial de fato formatado no âmbito da Política Nacional sobre Mudança do Clima. Ele partiu de dois planos de combate ao desmatamento que já existiam, a saber: o Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm) e o Plano de Ação para prevenção e Controle dos Desmatamentos e das Queimadas no Cerrado (PPCerrado). Segundo o representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), o desmatamento era a fonte principal de emissões do Brasil, o que incentivou mais concretamente a proposta do Plano ABC.

“O Plano ABC é uma oportunidade da gente promover isso, buscando a conservação de solo, uma melhor gestão dos recursos hídricos, a conservação das áreas de preservação. Todos esses aspectos são fundamentais justamente para encontrar o equilíbrio no sistema de produção. [...] Já que nós precisamos transformar as áreas para gerar alimentos para a sociedade, que a gente faça essa transformação e esse uso com o menor impacto possível” (Chefe de Serviço do Departamento de Sistemas de Produção e Sustentabilidade/Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo do MAPA).

O MAPA constitui-se o principal ator responsável por esse Plano, inclusive desde a sua elaboração, junto com a Casa Civil e o MDA. O MAPA já possuía uma coordenação de manejo sustentável e sistemas produtivos, que trabalhava com agricultura conservacionista, tratando temas como conservação de solo, integração lavoura-pecuária e plantio direto. Essa coordenação internalizou imediatamente o projeto do Plano ABC, precisando apenas fazer algumas adequações.

O Plano ABC começou a ser construído em 2010, e um aspecto importante nessa construção foi a intensa participação. Além dos ministérios já citados, participaram mais de trinta instituições, mais de 100 pessoas representando o governo, a sociedade civil, instituições ambientais, representações da classe empresarial e também dos produtores rurais, como a

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e a CNA, além de várias instituições de pesquisa. A Embrapa, como parte do MAPA, também teve um papel importante ao estabelecer os parâmetros técnicos e científicos da proposta.

As discussões participativas, apesar de mais difíceis por incluírem vários interesses e proposições, permitiram que fosse gerado um resultado mais sólido, um Plano que conseguiu atender vários interesses e ter seus conceitos centrais aceitos por todos, segundo o representante do MAPA. Independente das críticas apontadas, o Plano ABC teve o comprometimento e a concordância de todos os envolvidos sobre o que tinha de ser feito.

5.8.2 Percepção sobre o Programa ABC

A linha de crédito específica do Plano ABC, o Programa ABC, já começou a ser efetivada ainda em 2010, antes mesmo da conclusão da elaboração do Plano, que foi no início de 2011. A ideia inicial do Programa ABC era que a maior parte do investimento viria do BNDES e que um valor menor seria disponibilizado pelo Banco do Brasil.

No entanto, os dirigentes do BB perceberam no Programa ABC um potencial muito grande em termos de transformação, inclusive de capitalização e aumento de renda do produtor rural e melhor capacidade de pagamento, por exemplo. Assim, o BB decidiu investir no Programa, inclusive utilizando recursos próprios, pois também possui uma forte tradição e experiência no financiamento rural, com uma enorme carteira de crédito.

Para o representante do MAPA, o BB é um parceiro fundamental na disseminação do Programa ABC, por sua capilaridade, capacidade na área rural e também pelo compromisso internalizado pela instituição.

Alguns outros agentes financeiros, como a Caixa Econômica Federal, recentemente também procuraram o MAPA, para ampliar os financiamentos rurais, assim também como alguns bancos privados. Algumas considerações que o MAPA observa é que, por exemplo, o volume de crédito rural desses bancos é bem menor que os desembolsos do BB, além disso seu processo de crédito tende a ser mais burocrático, no sentido de que eles apenas mediam os recursos do BNDES, pois não usam recursos próprios, assumindo um maior número de procedimentos exigidos por essa instituição. Para o representante do MAPA, muitos produtores

perdem o interesse no financiamento por meio desses bancos em função dessas várias etapas, mas isso é algo que se está tentando solucionar.

Nesse sentido, o MAPA assinou recentemente um acordo de cooperação com a Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), o BNDES e outras instituições para buscar congregar mais bancos além do BB, com ações de capacitação e geração de projetos, por exemplo.

Outro aspecto apontado pelo representante do MAPA foram as diferenças regionais do Brasil, que podem estimular a liberação de recursos, como o FCO na região Centro-Oeste, além do perfil dos produtores rurais, que podem possuir maior ou menor hábito de tomar crédito ou até mesmo serem beneficiários de outras linhas, como o agricultor familiar que acessa o Pronaf. Tudo isso, segundo o representante do MAPA, favorece os bancos no financiamento dos projetos do Plano ABC.

De um modo geral, os desembolsos do Programa ABC têm aumentado, mesmo que em pequenas proporções, como observado no último ano, o que, para o representante do MAPA, é muito importante. Porém, há uma carência de informações mais refinadas sobre o que está sendo financiado. Com isso, o MAPA pretende cruzar informações e avaliar para além das estatísticas disponíveis sobre o volume liberado, a área financiada e o local onde os contratos foram assinados. Informações qualitativas são consideradas muito importantes, mas também bem mais difíceis de serem conseguidas, especialmente quanto à formatação do sistema bancário, bem como quanto à questão do sigilo bancário.

Desde 2011, o MAPA vem tentando propor alterações no sistema bancário de crédito rural, todavia esse sistema, considerado bastante eficiente e uma referência internacional, já funciona bem há bastante tempo e, em um país enorme como o Brasil, uma mudança nos procedimentos internos das agências bancárias apresentaria muitas dificuldades.

Além de negociar essas informações com o BB e também com o Banco Central, que é o gerenciador das linhas de crédito, o MAPA tem buscado outros mecanismos de fornecimento de dados para que se consiga alcançar melhores informações.

Outro aspecto abordado pelo representante do MAPA é a discussão sobre a convergência das várias linhas de crédito, inclusive a substituição de alguns itens financiados

do custeio para o Programa ABC por causa do maior prazo disponível. Nesse caso, o representante do MAPA não acredita ser isso necessariamente negativo, porém dificulta o entendimento dos resultados, pois esses são importantes para que se possa ter uma melhor avaliação do trabalho e também responder à sociedade quanto ao incremento que o Plano ABC efetivamente está proporcionando. Para o representante do MAPA, o importante é perceber que o prazo é um fator essencial para o produtor e, por isso, potencializar o que é positivo do Programa ABC para ele. O representante do MAPA afirma que se tem que encontrar outras formas de levantar resultados mais reais.

Apesar disso, o Programa ABC não se tornou plenamente atrativo, pois os juros baixos eram concorridos com a também redução de juros de outras linhas de crédito. Tudo isso gerou discussões de como o MAPA poderia manter as vantagens do Programa para que os produtores de fato adotassem as tecnologias propostas, como o sistema de plantio direto, inclusive no auxílio à elaboração dos projetos.

A complexidade dos projetos do Plano ABC dificulta sua elaboração e, conseqüentemente, o acesso ao crédito. Para tentar resolver essa questão, o MAPA buscou formas de facilitar esse acesso, mostrando, por exemplo, o valor do “sistema” de plantio direto, diferente da simples prática de plantio direto na palha já adotada pelos agricultores. A diferença está basicamente na associação da manutenção da cobertura do solo com a alternância de culturas e também outras técnicas de conservação de solo. O plantio direto que é feito fora das práticas do Plano ABC é muito superficial e ainda possui vulnerabilidades, segundo o representante do MAPA. A proposta do MAPA de um sistema de plantio direto exige do agrônomo entender os vários fatores que envolvem o processo de produção.

A percepção do representante do MAPA acerca do aumento da demanda pelo Programa ABC, a despeito de todas as dificuldades apontadas até aqui, constitui-se um indicativo de que o Plano ABC está se consolidando, mesmo que a situação atual não seja a ideal. Todas as questões abordadas são importantes para que o MAPA consiga otimizar, revisar e buscar informações mais claras sobre os resultados do Plano. Para o representante do MAPA, informações superficiais levam a conclusões equivocadas, o que resulta em novas ações equivocadas.

5.8.3 Percepção sobre os beneficiários do Plano/Programa ABC

O Plano ABC é muito mais amplo que sua linha de crédito, o Programa ABC, que é um instrumento motivador. As ações propostas pelo Plano ABC, como o plantio direto por exemplo, podem ser adaptadas a qualquer sistema de produção, seja de uma grande propriedade ou de uma pequena área, usando o maquinário adequado para cada realidade. O Plano ABC propõe transformar os sistemas produtivos, utilizando ferramentas financeiras e não-financeiras que possam atender a todos os produtores rurais brasileiros.

No entanto, o Programa ABC acaba tendo seu foco principal no médio produtor, em função dos juros e do perfil. O grande produtor acaba utilizando recursos próprios ou mesmo buscando outras formas de financiamento, à semelhança de outros produtores que possuem receio de se endividarem, por exemplo. Já o agricultor familiar faz uso das linhas de crédito do Pronaf, que possuem taxas bem menores.

Segundo o representante do MAPA, a demanda provocada pela agricultura familiar, representada pelo MDA, não foi relacionada ao crédito, mas a algumas ações incluídas para atender a essa demanda, como o Tratamento de Dejetos Animais e os Sistemas Agroflorestais (SAFs). Por esse motivo, não foi criada uma linha de crédito específica para atender esse público, já que existem linhas do Pronaf que financiam tecnologias de redução de emissão de GEE.

A atuação do MAPA nos vários estados federativos, através dos grupos gestores instalados, abrem espaço para que os extensionistas da Emater que trabalhem com a agricultura familiar participem das discussões, inclusive com acesso a cursos de capacitação promovidos em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR).

Para o representante do MAPA, é importante a diversidade de parceiros para que a quantidade de produtores beneficiados com o Plano ABC seja ampliada. Além disso, há a necessidade de se encontrar formas que envolvam e motivem o produtor rural, do pequeno ao grande, para que eles tomem as decisões mais adequadas possíveis dentro do seu sistema de produção.

5.8.4 Percepção sobre as ações do Plano ABC

As ações do Plano ABC não foram pensadas como normativas ou impositivas, exigindo do produtor a adoção de qualquer tecnologia. Ao contrário, o Plano é motivador, propõe uma transformação no sistema produtivo, onde a decisão de mudar o sistema de produção e em que direção isso pode ser feito será do produtor.

As metas do Plano ABC tiveram como base apenas estimativas dos custos de cada ação proposta. Os resultados esperados para 2020 foram calculados em termos de área transformada daquilo que se diagnosticou deficiente no país, ou seja, áreas que adotam práticas equivocadas de manejo do sistema produtivo, que emite muito mais GEE do que o que seria natural do sistema.

O Plano ABC foi concebido a partir de uma combinação de várias fontes de informação, inclusive o Inventário Brasileiro de Emissões e Remoções Antrópicas de Gases de Efeito Estufa não Controlados pelo Protocolo de Montreal. Os estudos detectaram a origem dos GEE, como, por exemplo, a grande quantidade de metano (CH₄) que é emitido pelos animais em pasto, agravada pela demanda do mercado, interno e externo, pelo consumo de carne.

Esse contexto provocou a necessidade de se associar a produção animal com o equilíbrio ambiental. Para isso, foram formatadas ações como a Recuperação de Pastagens Degradadas, que melhora a produtividade, diminui o tempo do animal no pasto e, conseqüentemente, a emissão de GEE por hectare, ou mesmo a integração da pecuária com florestas, as quais conseguem absorver muito carbono por serem jovens, equilibrando, assim, a equação das emissões.

Segundo o representante do MAPA, é fato que há um interesse maior no tema recuperação de pastagens, porque se constitui numa implantação de um projeto muito simples que, associada à demanda do mercado consumidor de carnes, acaba gerando um volume maior de crédito liberado em relação às outras ações do Plano ABC.

Contudo, iniciativas como a integração lavoura-pecuária-floresta, para um pecuarista, por exemplo, exigem dele uma capacidade maior de adaptação, inclusive compra de novos maquinários, além da mudança na forma e na frequência do manejo do sistema. Além disso, o

pecuarista geralmente é mais conservador, e essas adaptações acabam sendo uma mudança de cultura.

Esse direcionamento para a técnica de Recuperação de Pastagens Degradadas, no entanto, não desmerece os outros sistemas, pois esses são fundamentais principalmente para áreas de lavoura que também precisam adotar sistemas de produção sustentáveis, considerando, é claro, a complexidade que os agricultores igualmente vivenciam no ajuste de novas tecnologias.

Os benefícios observados na utilização de sistemas integrados passam para além dos benefícios ambientais, gerando também maior rentabilidade para os agricultores e os pecuaristas, a exemplo de alguns projetos que já estão sendo implementados pelo MAPA. Vale destacar que, nesses projetos, usa-se a ideia de “agricultura de precisão”, ou seja, todos os insumos e materiais são utilizados na medida certa, para evitar desperdício ou carência.

Outro ponto destacado pelo representante do Ministério é que a preocupação do produtor rural não se detém necessariamente com a emissão de GEE, pois esse tema é muito abstrato para eles. Nesse sentido, a decisão do produtor passa pelos ganhos financeiros e também pela própria sustentabilidade de seu sistema de produção, os quais tornam-se menos vulneráveis a eventos naturais extremos, por exemplo. Em alguns casos, essa menor vulnerabilidade pode proporcionar ao produtor manter sua capacidade de produção no fim da safra.

A ideia das ações propostas pelo Plano ABC é ampliar todas essas iniciativas, que já vinham sendo realizadas no Brasil. Para o representante do MAPA, há um universo grande de produtores rurais que também já estão fazendo essas transformações, mas isso é um dado ainda um pouco difuso, pois nem todos estão utilizando o crédito do Programa ABC para tal. As dificuldades de concatenar essas informações, diz o representante do MAPA, estão relacionadas ao tamanho do Brasil, pois as informações não estão concentradas. A linha de crédito é apenas uma das fontes de informação, porém, como falado, ela não reflete precisamente a realidade das transformações dos sistemas de produção no país.

Por esse motivo, o MAPA tem buscado outras estratégias na busca de uma informação mais coerente com a realidade brasileira, unindo, comparando e tentando eliminar os erros dos

dados disponíveis. Um exemplo de outras fontes de informação além do crédito é o Cadastro Ambiental Rural do MMA, os trabalhos de sensoriamento remoto do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e visitas a campo, os quais já servem de embasamento para estudos mais detalhados que já estão em andamento no MAPA. O representante do Ministério espera que até o fim de 2014 possa ser repassado para a sociedade um resultado mais concreto sobre a efetividade do Plano ABC.

O representante do MAPA reconhece a importância do apoio dos estados da federação nesse processo. Considerando a diversidade brasileira de biomas, sistemas de produção, culturas e formas de ação, os planos estaduais propõem ações mais direcionadas à realidade local. O MAPA conta com o auxílio de grupos gestores em todo o país e, até o momento, com doze planos estaduais concluídos e alguns já em andamento.

Além disso, o MAPA tem buscado parcerias também com o setor privado, como uma empresa de consultoria responsável por realizar o Rally do ABC²⁰, com um trabalho intenso de visitas às propriedades rurais em vários estados do Brasil para coletar informações sobre a adoção de tecnologias do Plano ABC e utilização do Programa ABC, além da realização de eventos técnicos sobre o tema.

5.8.5 Percepção sobre a divulgação do Plano ABC e a conscientização da sociedade civil

Acerca das ações de divulgação sobre o tema Plano ABC, o representante do MAPA reconhece que ainda há uma carência, pela limitação de espaço e de pessoas para esse trabalho. O representante do Ministério enfatiza que é preciso divulgar mais sobre o papel positivo da agricultura, e as mudanças que estão sendo realizadas nos sistemas de produção no Brasil.

Ações de propaganda foram utilizadas apenas no início do Plano ABC, mas que precisam ser revisadas para novas utilizações. O que tem sido feito com mais frequência é a abertura à sociedade civil em fóruns específicos sobre o tema, através de representantes do setor produtivo, organizações não-governamentais e outros grupos. Para o representante do MAPA,

²⁰ Para saber mais informações, acessar o site: <http://www.agricultura.gov.br/portal/page/portal/Internet-MAPA/pagina-inicial/desenvolvimento-sustentavel/rally-do-abc>.

as informações repassadas à sociedade civil de uma maneira mais ampla têm sido originadas a partir da demanda social, como solicitação de entrevistas, por exemplo.

Apesar de afirmar que o tema mudanças climáticas vai além da agricultura, o representante do Ministério aponta que os eventos naturais mais severos veiculados na mídia conscientizam a sociedade civil também, mas não se sabe com certeza o quanto as pessoas estão conscientes das ações humanas sobre a mudança do clima e do que precisa ser feito para amenizar isso.

Outro meio de divulgação utilizado pelo MAPA são os próprios grupos gestores do Ministério localizados nos estados, porém a atuação desses grupos vai depender também das parcerias locais. Nessas parcerias, o representante do MAPA reconhece o papel do Banco do Brasil e do SENAR como grandes divulgadores, contudo outros atores também ajudam a mobilizar a população, como a CNA, a CONTAG, a própria Embrapa, as secretarias de meio ambiente, as federações da agricultura, as Emater's e até mesmo organizações não-governamentais, conforme o público e a dinâmica de cada estado.

5.8.6 Projetos para a região centro-oeste/cerrado

A disposição geográfica da sede do MAPA permite um maior acesso às informações da região Centro-Oeste, mais especificamente do Cerrado. Além disso, o bioma Cerrado já era alvo de ações de interesse por suas áreas florestais, segundo o representante do MAPA. Nesse sentido, o Plano ABC Goiás foi o primeiro plano estadual a ser institucionalizado, através do Decreto nr. 7690, de 03 de agosto de 2012²¹, sendo isso uma questão estratégica de atuação.

Ampliando o interesse no bioma, em 2011, o Brasil fez uma articulação junto ao Fundo de Investimento Florestal da Convenção das Nações Unidas, que é um fundo de recursos para o clima. Esse fundo selecionou oito países piloto que apresentaram planos de investimento na área de clima, ou, mais especificamente, florestas, dentre eles o Brasil. Segundo o representante do MAPA, uma vantagem era que o Brasil é um país que gera resultados nesse tema, em especial, ao saber usar suas capacidades de pessoas e de conhecimento, para melhor aproveitar os recursos disponibilizados.

²¹ GOIÁS (2012).

O Brasil apresentou um plano de investimento nacional com foco no bioma Cerrado, pela carência de ações nesse sentido, além de a Amazônia já receber um grande volume de recursos. O plano foi aprovado em agosto de 2014 e atenderá os municípios cobertos pelo bioma Cerrado dos estados de Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Goiás, Distrito Federal, Mato Grosso, Tocantins, Bahia, Piauí e Maranhão. Apenas os estados de São Paulo e Paraná, que também abrigam o bioma, não serão atendidos nesse momento, porque esses dois estados já têm muitas ações de apoio, segundo o representante do MAPA.

Esse plano de investimento é composto por quatro projetos, sendo dois relacionados à informação e dois projetos relacionados a áreas antropizadas. Sobre os projetos de informação, o plano apoiará a criação de um inventário florestal do Cerrado e de um programa de controle de desmatamento e queimadas. Quanto à antropização, o plano dará apoio ao Cadastro Ambiental Rural e ao Plano ABC, mais especificamente, através de ações de capacitação de produtores e técnicos de Ater.

Os cursos de capacitação vão além das tecnologias em si, mas também abordam a gestão da propriedade rural de uma forma muito mais ampla. Os módulos do curso foram projetados para serem replicados posteriormente, a depender da disponibilização de mais recursos, o que proporcionará atender um maior público no futuro. Além disso, os módulos podem ser adaptados para outros biomas e outros arranjos produtivos.

Sobre as ações de incentivo ao Plano ABC por meio desse plano de investimento, tem-se a potencialização da capacidade de adoção das tecnologias nas áreas, partindo do pressuposto básico que áreas antropizadas, modificadas dentro de sistemas sustentáveis, diminuem a pressão sobre o desmatamento. Ou seja, o produtor rural melhora sua capacidade produtiva e deixa as áreas de preservação intocadas, valorizando a cooperação produção-conservação.

5.8.7 Perspectivas

O interesse no Plano ABC tem crescido, afirma o representante do MAPA, o que tem deixado o Ministério bastante otimista, especialmente quando recebe um retorno dos parceiros. No entanto, acredita que ainda tem coisas que podem ser melhoradas, como é o caso do monitoramento.

O MAPA está começando a montar uma estratégia de revisão do Plano ABC e também irá fazer alguns ajustes para que o trabalho seja potencializado. O horizonte de 2020 foi apenas uma parte da área que o Brasil realmente precisa transformar e também de uma mudança no perfil da agricultura brasileira, a qual, segundo o representante do MAPA acredita, vai acontecer. Para o representante do Ministério, o trabalho não termina em 2020, pois o Plano ABC extrapola o compromisso internacional assumido pelo Brasil, reforçado pelo crescente interesse internacional no tema.

O setor produtivo agrícola do Brasil tem levado ao Estado a importância da manutenção do Plano ABC, principalmente à época das últimas eleições presidenciais, no segundo semestre de 2014. Nesse cenário de eleições, o representante do MAPA acredita que nenhuma proposta de governo será insensível à posição e ao compromisso internacionais do Brasil, bem como à sustentabilidade dos processos do Plano ABC como um todo no país.

Outro ponto forte do Plano ABC que merece ser destacado é que ele foi construído com uma base técnica muito sólida, tendo todos os sistemas de produção propostos a partir da garantia de resposta em termos da redução de emissão de GEE. Mesmo com demandas para incluir outras tecnologias ao Plano ABC, o MAPA trabalha apenas com aquilo que encontra respaldo em pesquisas já realizadas.

De um modo geral, o representante do MAPA acredita que o Plano ABC tende, no mínimo, a manter-se nos patamares em que está hoje, ou ampliar sua importância política em termos de prioridade. Inclusive foi observado que o orçamento previsto para custear as atividades de apoio ao Plano ABC tem aumentado, mas ainda está longe do ideal. O representante do Ministério aponta que essa prioridade orçamentária veio da sensibilidade quanto à importância internacional do Plano ABC e também pelo amparo legal. Acredita também que bons resultados certamente vão fortalecer essa valorização.

Uma questão observada acerca de entraves a essas boas perspectivas é em relação à atuação dos estados. Porém, o representante do MAPA aposta que as mudanças positivas talvez sejam maiores que as dificuldades. O objetivo maior não é usar de coerção, mas de formas de incentivo a tecnologias sustentáveis.

“O nosso trabalho, o nosso foco não é de punir os que estão fazendo errado, mas sim motivar e premiar quem está fazendo a coisa certa” (Chefe de Serviço do Departamento de Sistemas de Produção e Sustentabilidade/Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo do MAPA).

O MAPA tem pensado em outras estratégias de valorização de iniciativas sustentáveis, como o Plano ABC. Uma dessas iniciativas que merece destaque é a valorização dos produtos originados dos sistemas que usam boas práticas de produção, a exemplo dos produtos orgânicos. Ainda não se está definido qual a melhor forma de fazer essa valorização e nem se será usada especificamente a proposta do Plano ABC, pois, além das questões de clima e de emissão de GEE, que é um interesse internacional, há outras variáveis como a qualidade da água, a biodiversidade e a justiça social.

A pretensão é gerar no produtor, além de uma satisfação no uso das melhores técnicas de sustentabilidade, um diferencial de ganho, de renda, e também um melhor entendimento de todas essas questões ambientais. O MAPA está avaliando qual é o instrumento que terá maior durabilidade no alcance dos objetivos propostos, mas já se pensa em um selo de certificação.

6 PERFIL E PERCEPÇÃO DO PÚBLICO BENEFICIÁRIO

6.1 PERFIL DO PÚBLICO BENEFICIÁRIO

6.1.1 Qualificação pessoal do produtor rural

Dos produtores entrevistados, 78% deles são do sexo masculino e apenas 22% do sexo feminino, caracterizando a predominância dos homens nesse tipo de atividade; todos possuem idade acima de 25 anos, sendo 22% deles até 50 anos e a maioria (78%) com idade acima de 50 anos.

6.1.2 Propriedades rurais

Quanto às suas propriedades, 15% dos clientes declararam que possuem imóveis com área total de até 500 ha, 26% deles entre 500 ha e 1000 ha, 29% deles com áreas entre 1000 e 3000 ha, e ainda 30% deles com área total acima de 3000 ha, conforme demonstra o Gráfico 1.

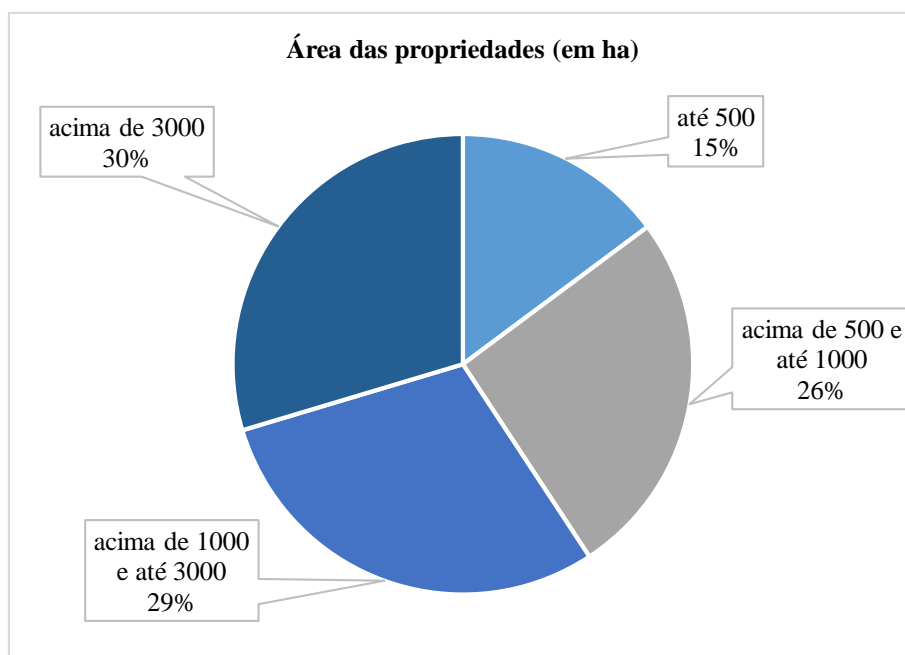


Gráfico 1 – Área das propriedades rurais dos entrevistados (em ha)
 Fonte: elaboração própria, a partir das entrevistas com os produtores rurais, 2014.

Conforme consulta à base de dados do Incra (1980), o tamanho das propriedades indica que todos os entrevistados caracterizam-se por não serem agricultores familiares ou empreendedores familiares rurais²². Essas propriedades estão espalhadas em vários municípios dos estados de Goiás, Distrito Federal, Minas Gerais e até Pará, conforme dados no Quadro 16.

Quadro 16 – Localização das propriedades rurais dos entrevistados

Municípios/UF
Flores de Goiás/GO
Planaltina/GO
Brasília/DF
Cabeceiras/GO
Formosa/GO
Alto Paraíso de Goiás/GO

²² Para efeito de classificação deste trabalho, os termos agricultor familiar ou empreendedor familiar rural estão baseados no trecho “não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais” (lei 11.326, de 24 de julho de 2006, art. 3º, inciso I).

Formoso/MG
Curionópolis/PA
Buritis/MG
Cristalina/GO
Água Fria de Goiás/GO
São João D'Aliança/GO

Fonte: elaboração própria, a partir das entrevistas com os produtores rurais, 2014.

6.1.3 Atividade produtiva

Quanto ao tempo na atividade rural, apenas 4% deles possui experiência de até 10 anos, 15% entre 10 e 20 anos, 74% entre 20 e 50 anos, e 7% com tempo na atividade acima de 50 anos, conforme ilustra o Gráfico 2. Quanto ao tipo de atividade na qual atuam, 37% deles são agricultores apenas, 33% deles são pecuaristas apenas e 30% deles mesclam a agricultura com a pecuária. Não existem, dentre os entrevistados, nenhum produtor que tenha outra atividade produtiva rural.

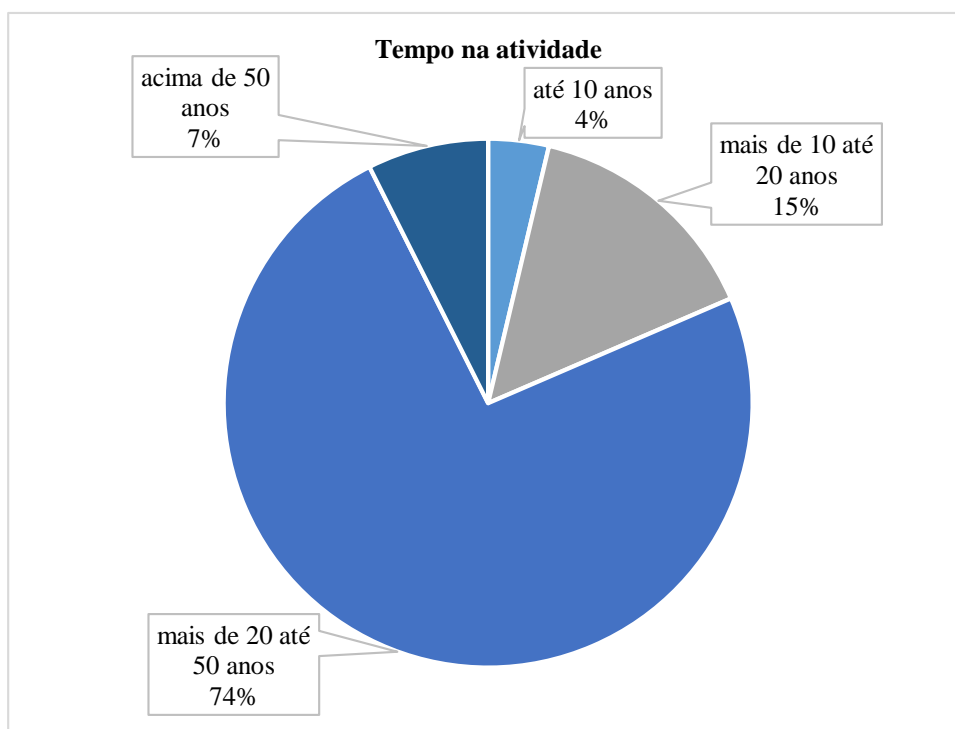


Gráfico 2 – Tempo na atividade rural

Fonte: elaboração própria, a partir das entrevistas com os produtores rurais, 2014.

6.1.4 Assistência técnica e bancária

A maioria também é assistida por empresas de assistência técnica da região (85%), apenas 15% deles não são assistidos por empresas de Astec, utilizando apenas alguns serviços eventuais. Esses 15% dos clientes possuem uma maior profissionalização de suas atividades, sendo assistidos por agrônomos próprios.

Quanto ao relacionamento bancário, a maioria tem o Banco do Brasil como o banco de maior relacionamento (96%), e apenas 4% deles tem outros bancos como de maior relação bancária. Porém, apenas 8% dos entrevistados possuem apenas o BB como banco de relacionamento; a maioria (70%) tem até 3 bancos de relacionamento; e 22% dos entrevistados possuem mais de 3 instituições de relacionamento bancário, conforme mostra o Gráfico 3.

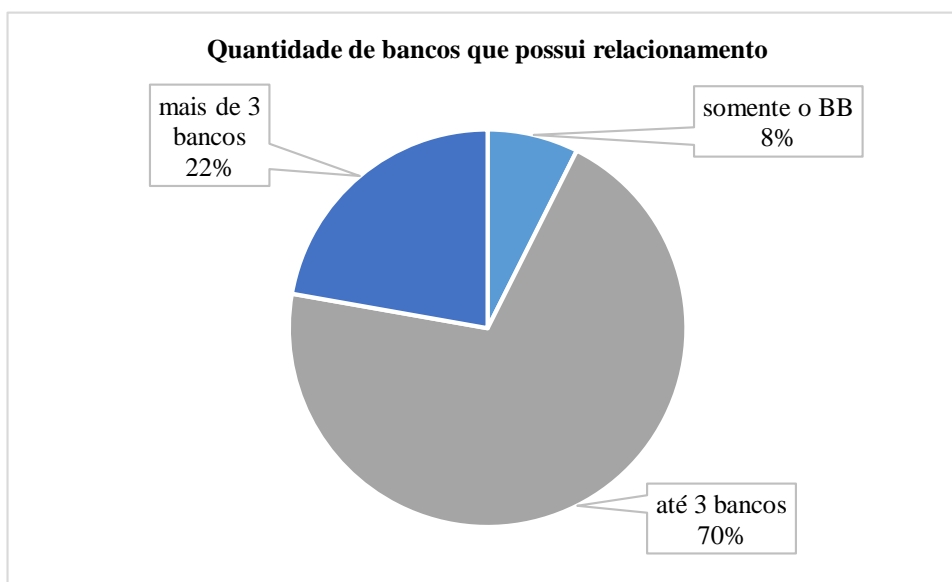


Gráfico 3 – Quantidade de bancos que possui relacionamento

Fonte: elaboração própria, a partir das entrevistas com os produtores rurais, 2014.

6.2 PERCEPÇÃO SOBRE O PLANO E O PROGRAMA ABC

6.2.1 Conhecimento sobre o Plano ABC

A grande maioria dos entrevistados conhece o Plano ABC, seja por ouvir falar (11%), por conhecer bem (18%) ou por já ter utilizado o crédito (67%); apenas 4% nunca ouviram falar sobre o Plano ABC, conforme ilustra o Gráfico 4.

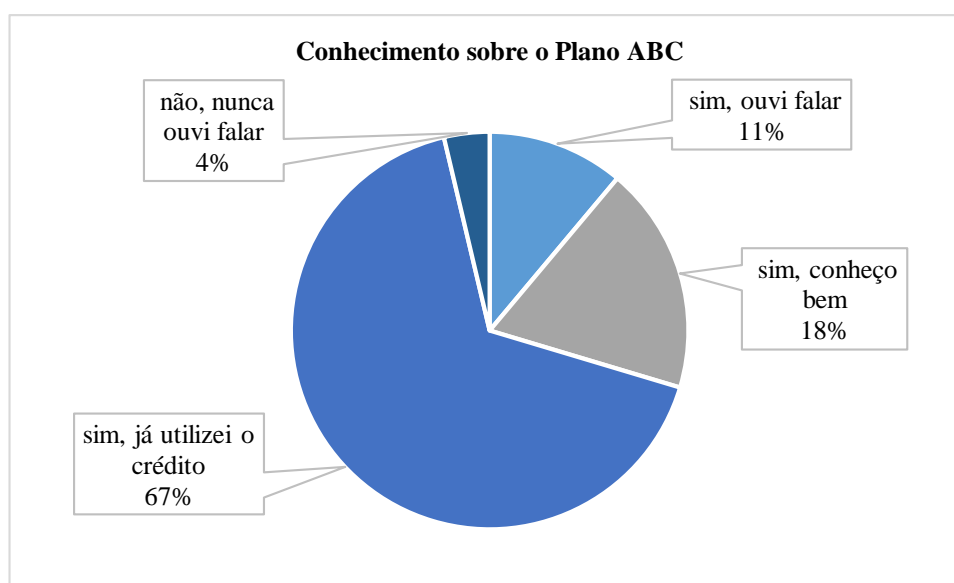


Gráfico 4 – Conhecimento sobre o Plano ABC

Fonte: elaboração própria, a partir das entrevistas com os produtores rurais, 2014.

Quando foi perguntado o que o entrevistado conhecia sobre o Plano ABC, a maioria (92%) conhecia, pelo menos, as condições de financiamento, como pode se ver no Quadro 17. Isso demonstra o forte interesse observado entre os produtores rurais acerca de informações do financiamento, como taxa de juros e prazo de reembolso. Por outro lado, apenas 38% conhece, pelo menos, as ideias pregadas pelo Plano ABC, ou seja, sua filosofia.

Quadro 17 – Conhecimento dos beneficiários sobre o Plano ABC

Respostas dos entrevistados	%
A filosofia do Plano ABC, apenas	4
As condições de financiamento, apenas	19
Detalhes, como a documentação, apenas	0
Não lembro	4
Outros, como a finalidade do crédito	0
A filosofia do Plano ABC e as condições de financiamento	19
As condições de financiamento e detalhes, como a documentação	4
A filosofia do Plano ABC, as condições de financiamento e detalhes, como a documentação	15
As condições de financiamento e outros, como a finalidade do crédito	35
TOTAL	100

Fonte: elaboração própria, a partir das entrevistas com os produtores rurais, 2014.

A maioria dos entrevistados (62%) afirmaram que um dos meios pelos quais tomou conhecimento sobre o Plano ABC foi, pelo menos, o Banco, sendo unânime nesse grupo que este banco foi o Banco do Brasil. Outro meio de divulgação bastante citado foram os eventos/cartazes/anúncios/internet, tendo 34% dos entrevistados tomado conhecimento, pelo menos, por esse meio. Um percentual um pouco menor afirmou ter tomado conhecimento do Plano ABC, pelo menos através das empresas de Astec (23%).

Vale destacar que 4% dos entrevistados afirmou que tomou conhecimento sobre o Plano ABC apenas através de outros produtores rurais, o que evidencia um percentual muito pequeno que não foi atingido pelas ações iniciais de divulgação na região da pesquisa pelos canais designados para tal. Outro ponto muito importante foi que nenhum dos entrevistados recebeu qualquer divulgação sobre o Plano ABC por meio da Prefeitura.

Quanto aos meios pelos quais os produtores rurais tomaram conhecimento acerca do Plano ABC, de um modo geral, 35% dos entrevistados apontaram mais de um meio de divulgação.

6.2.2 Motivação e finalidade do crédito do Programa ABC

As maiores motivações para utilizar os recursos do Programa ABC foram, pelo menos, as condições de financiamento e/ou a proposta do Plano de melhoria da produtividade e do lucro, que juntas somam 96% das respostas dos entrevistados (Quadro 18). Isso demonstra que os maiores interesses dos produtores rurais são financeiros, seja para aumentar seu lucro, seja

para adequar os reembolsos do Programa ABC ao seu orçamento, o que faz com que busquem taxas reduzidas e prazos mais longos.

Outra informação é que apenas 12% dos entrevistados citaram a filosofia do Plano ABC como motivadora, mas sempre associada a outros motivos citados, como as condições de financiamento e a proposta do Plano de melhoria da produtividade e do lucro. Nenhum entrevistado citou que decidiu acessar o crédito do Programa porque todo mundo está utilizando o recurso ou porque o gerente do banco afirmou que a linha de crédito é boa, o que reflete o perfil desse público como ativo na tomada de decisão sobre sua atividade. Quando foi perguntado quais motivos justificam o item “outros motivos”, que correspondeu a 4% dos entrevistados, esses citaram a necessidade de recursos como fato motivador (Quadro 18).

Quadro 18 – Motivação dos beneficiários para utilizar o crédito do Programa ABC

Motivação	%
As condições de financiamento do Programa ABC, apenas	24
A proposta do Plano de melhoria da produtividade e do lucro, apenas	48
A filosofia do Plano, apenas	0
Todo mundo está acessando o crédito, apenas	0
Não sei. O gerente do banco disse que é bom	0
Outros motivos	4
As condições de financiamento do Programa ABC e a proposta do Plano de melhoria da produtividade e do lucro	8
As condições de financiamento do Programa ABC e a filosofia do Plano	8
As condições de financiamento do Programa ABC e outros motivos	4
A proposta do Plano de melhoria da produtividade e do lucro e a filosofia do Plano	4
TOTAL	100

Fonte: elaboração própria, a partir das entrevistas com os produtores rurais, 2014.

Sobre a finalidade do crédito solicitado ao Banco, todos os entrevistados apresentaram projetos de plantio direto ou de recuperação de pastagens degradadas, o que reforça o perfil do grupo entrevistado como sendo agricultores ou pecuaristas. Desse público, 64% solicitaram crédito para o plantio direto e 36% para recuperação de pastagens.

Dentre aqueles que afirmaram ter algum conhecimento sobre o Plano ABC, vale destacar que apenas 1 (um) entrevistado não utilizou o crédito do Programa ABC, ou não está com proposta em andamento no Banco, ou ainda não decidiu utilizá-lo. A justificativa é que esse produtor rural ainda não foi ao Banco falar com seu gerente, o que não caracteriza, necessariamente, uma rejeição ao Plano ABC.

6.2.3 Processo de análise/liberação de crédito do Programa ABC

Acerca do processo de análise/liberação de crédito no Banco, nenhum entrevistado avaliou esse processo como péssimo, 52% avaliou como ótimo, 13% como bom e 35% como regular, conforme demonstra o Gráfico 5. Mesmo que a maioria tenha considerado o processo como ótimo, observamos que 48% dos entrevistados ainda tem algumas objeções à atuação do Banco.

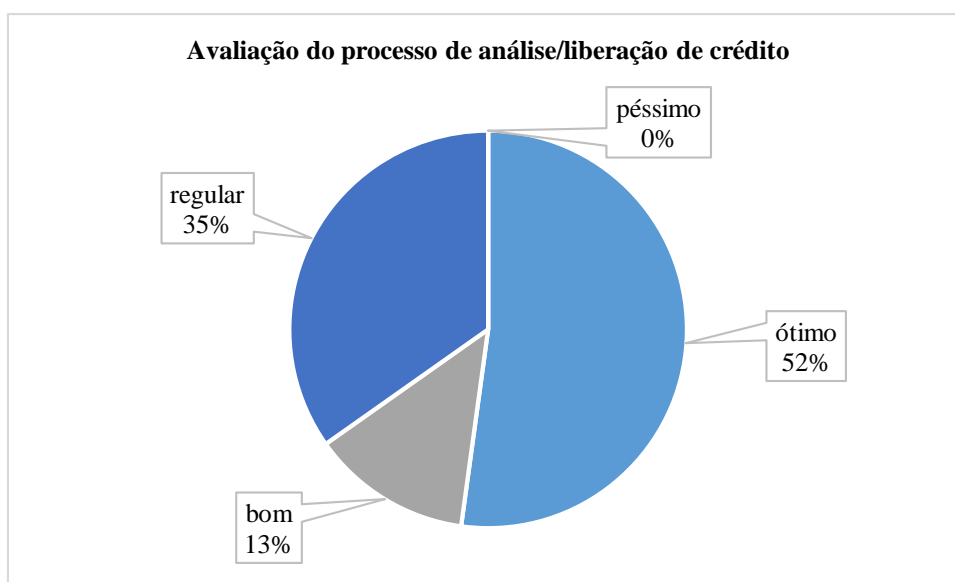


Gráfico 5 – Avaliação do processo de análise/liberação de crédito
Fonte: elaboração própria, a partir das entrevistas com os produtores rurais, 2014.

Os entrevistados que avaliaram o processo de análise/liberação de crédito do Programa ABC no Banco como bom ou regular, informaram algumas dificuldades que encontraram nesse processo, mesmo os que ainda não receberam os recursos (Quadro 19). A maioria (91%) citou, pelo menos, o prazo muito longo para a liberação dos recursos como uma das dificuldades encontradas; 45% afirmaram ter tido, pelo menos, alguma dificuldade em providenciar a documentação exigida; 27% também encontraram algum problema com divergência ou falta de informações passadas pelo Banco. Nenhum entrevistado citou outras dificuldades no processo de análise/liberação de crédito pelo Banco, além daquelas já citadas (Quadro 19).

Quadro 19 – Dificuldades apontadas pelos beneficiários no acesso ao crédito do Programa ABC

Dificuldades	%
Prazo muito longo para liberar o recurso	55
Dificuldade em providenciar a documentação	9
Divergência ou falta de informações	0
Outras	0
Prazo muito longo para liberar o recurso, dificuldade em providenciar a documentação e divergência ou falta de informações	27
Prazo muito longo para liberar o recurso e dificuldade em providenciar a documentação	9
TOTAL	100

Fonte: elaboração própria, a partir das entrevistas com os produtores rurais, 2014.

6.2.4 Divulgação do Plano ABC

As empresas de assistência técnica e/ou o Banco, pelo menos, foram os mais citados dentre as instituições que mais apoiaram os produtores rurais na disponibilização de informações sobre o Plano ABC (96%). Novamente, a Prefeitura não figura como um ator importante nesse processo, não sendo citada como instituição que apoiou a divulgação do Plano ABC. Pelo menos, 22% dos entrevistados citaram a mídia/imprensa como divulgadora, mas sempre associada a outras instituições, como o Banco e as empresas de assistência técnica privadas (Astec).

Apesar de ser uma minoria, é importante ressaltar que 4% dos entrevistados afirmaram que tomaram a iniciativa de procurar as informações sobre o Plano ABC ou receberam apoio apenas de outros produtores. Outras instituições citadas pelos entrevistados foram a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), a Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás (FAEG), o sindicato rural local e uma cooperativa da região, a Cooperativa Agropecuária da Região do Piratinga (Coopertinga), além de eventos do setor na região, como a Agrobrasília.

Quanto às instituições que mais apoiaram a divulgação do Plano ABC, de um modo geral, 87% dos entrevistados apontaram mais de uma instituição.

Acerca da avaliação que os entrevistados fizeram sobre a divulgação, o grupo ficou bastante dividido: 35% afirmou ser ótima, 17% afirmou ser boa, 35% afirmou ser regular e 13% afirmou ser péssima, como pode ser visto no Gráfico 6.

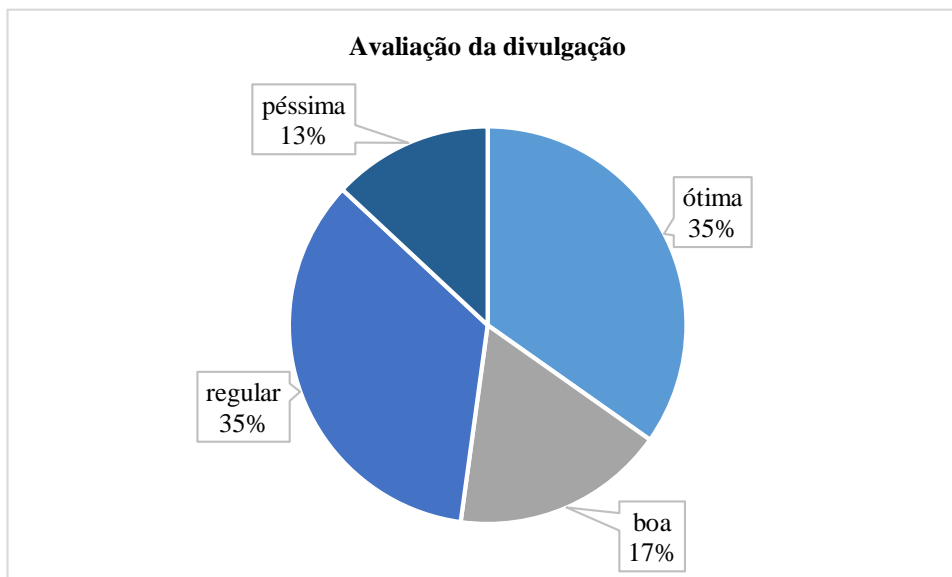


Gráfico 6 – Avaliação das ações de divulgação do Plano ABC na região da pesquisa
 Fonte: elaboração própria, a partir das entrevistas com os produtores rurais, 2014.

Isso demonstra que ações de divulgação do Plano ABC na região da pesquisa ainda não são vistas de forma consensual pelos produtores rurais, o que é reforçado pelos comentários diferentes colhidos no momento das entrevistas. Alguns entrevistados demonstraram estar satisfeitos com as ações de divulgação do Plano ABC, outros insatisfeitos. Mesmo assim, nem todos os comentários refletiram esses sentimentos de forma incisiva, mas alguns pontuaram onde as ações de divulgação precisam ser melhoradas (Quadros 20 e 21).

Quadro 20 - Principais comentários dos entrevistados SATISFEITOS com as ações de divulgação do Plano ABC

Comentários
Os produtores e as empresas de assistência técnica têm conhecimento. Há troca de informações.
Divulgação suficiente para a necessidade local.
A divulgação é ótima, os produtores é que não se decidem.
A divulgação é ótima, principalmente para os produtores que buscam na mídia.
Formosa está muito bem servida.

Fonte: elaboração própria, a partir das entrevistas com os produtores rurais, 2014.

Quadro 21 - Principais comentários dos entrevistados INSATISFEITOS com as ações de divulgação do Plano ABC

Comentários
A demanda nasce de quem precisa.
O que mais precisa não tem a informação, como o pequeno ou o médio produtor, que não possuem muito relacionamento com o Banco.
O Banco não divulga muito.
O Banco divulga, mas falta divulgação de outras empresas.
Apenas uma empresa de assistência técnica faz a divulgação.
Não existe divulgação. Um ou outro banco fala. Muitos produtores não fizeram.

Fonte: elaboração própria, a partir das entrevistas com os produtores rurais, 2014.

6.2.5 Opinião sobre a tendência do Plano ABC

A maioria dos entrevistados (74%) acredita que o Plano ABC tende a manter-se como está ou ser fortalecido, seja pela ampliação do acesso ao crédito ou pela ampliação da visão ambiental dos produtores rurais; apenas 9% acredita que o Plano ABC tende a ser esquecido ou substituído por outras medidas de governo; 17% dos entrevistados não souberam opinar sobre o assunto. O Gráfico 7 detalha melhor essas informações.

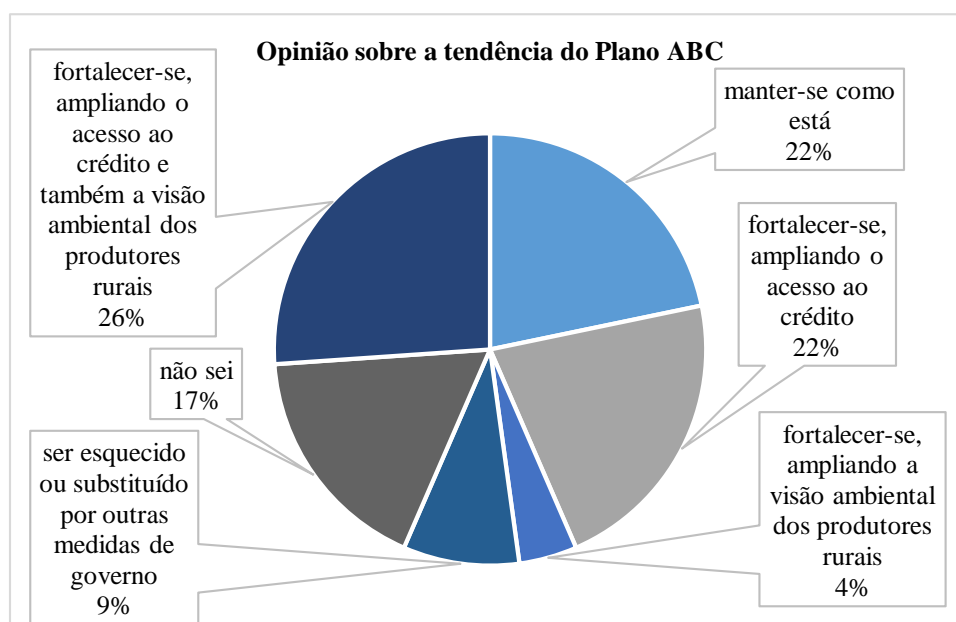


Gráfico 7 – Opinião dos beneficiários acerca da tendência do Plano ABC

Fonte: elaboração própria, a partir das entrevistas com os produtores rurais, 2014.

Alguns comentários colhidos aleatoriamente no momento das entrevistas refletem a opinião dos produtores rurais da região acerca da tendência do Plano ABC, como apresentado no Quadro 22.

Quadro 22 – Principais comentários dos entrevistados sobre a opinião acerca da tendência do Plano ABC

Comentários
A proposta é vaga. O governo usa como marketing para vender na área ambiental. É um apelo bom para o governo.
A tendência vai depender da política. Tenho receio quanto ao futuro.
Ampliar o acesso ao crédito e ampliar a visão ambiental estão ligados.
O Plano ABC tende a ser esquecido ou substituído pela falta de divulgação e esclarecimento.
O Plano ABC vai manter-se, porque nós produtores temos consciência ambiental.
A tendência é ampliar a visão ambiental, por causa da necessidade.

Fonte: elaboração própria, a partir das entrevistas com os produtores rurais, 2014.

6.2.6 Satisfação acerca do Programa ABC

Quanto à satisfação, a grande maioria dos entrevistados (96%) considera-se muito satisfeita com o Programa ABC, afirma que usaria os recursos novamente e ainda que recomenda aos amigos e familiares; apenas 4% não se consideram satisfeitos com o Programa, ainda tendo muitas objeções; nenhum entrevistado afirmou ser pouco satisfeito ou indiferente, conforme ilustra o Gráfico 8.

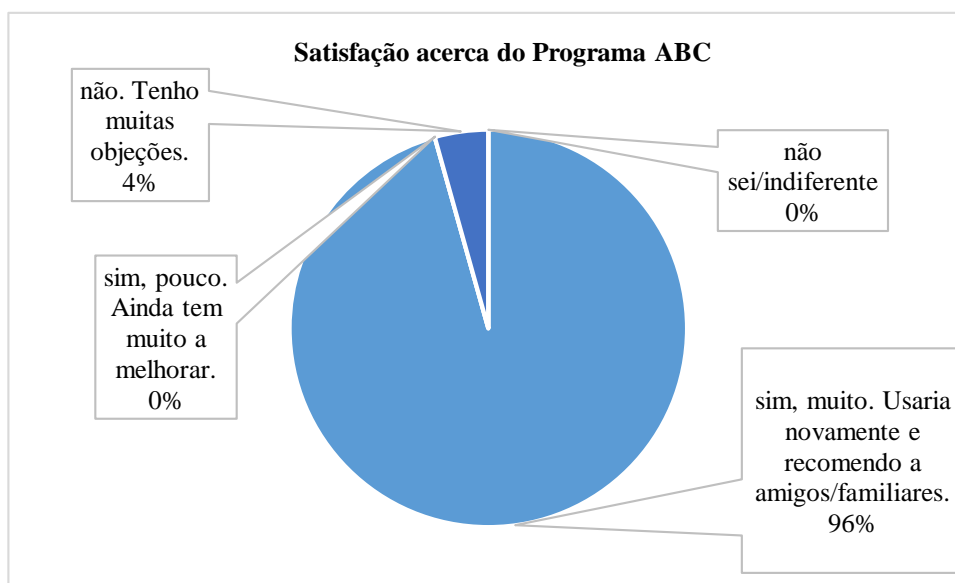


Gráfico 8 – Satisfação dos beneficiários acerca do Programa ABC

Fonte: elaboração própria, a partir das entrevistas com os produtores rurais, 2014.

7 DISCUSSÃO

7.1 A ELABORAÇÃO DO PLANO ABC E O PAPEL DO ESTADO

A elaboração do Plano ABC refletiu a participação do Estado na busca de uma política que prezasse pela sustentabilidade, mantendo seu apoio à agropecuária brasileira. A necessidade de uma política do clima surge em meio a fortes discussões internacionais sobre o tema.

Conforme defendido pelo governo brasileiro, o compromisso do Brasil na redução das emissões de GEE junto à Convenção-Quadro possui caráter voluntário, sem obrigações quantificadas, já que não há “responsabilidade histórica significativa” pelo acúmulo desses gases na atmosfera (BRASIL, 2008).

A voluntariedade do Brasil na disposição em firmar um acordo de mitigação de emissão de gases de efeito estufa dá-se apenas pela não obrigatoriedade perante à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. Em um contexto mais amplo, o governo brasileiro percebeu o potencial do Brasil como emissor de GEE e uma demanda latente mundial para que os países *em desenvolvimento* também contribuíssem para as ações de combate ao aquecimento global. O Plano ABC nasce em um cenário de uma demanda iminente.

Visto de um outro ângulo, o Plano ABC parece trazer benefícios ambientais para o Brasil. Com o diagnóstico feito pelo Inventário de Emissões e Remoções Antrópicas de Gases de Efeito Estufa não Controlados pelo Protocolo de Montreal, observa-se que a Agropecuária e a Mudança no Uso da Terra e Florestas são as maiores fontes brasileiras de emissão de gases de efeito estufa (MCTI, 2010). Dessa forma, a implementação do Plano ABC pode contribuir significativamente para a mitigação de GEE no Brasil.

Uma outra perspectiva aponta que o Plano ABC vem tentar compensar a degradação ambiental histórica presente nas propriedades rurais brasileiras, especialmente as de maior porte, bem como as ações de incentivo propostas pelo Estado à época da *modernização conservadora*, movimento discutido por Delgado (2010), e que prevalecem ainda hoje. Desse modo, os impactos da redução de emissões de GEE tendem a ser bem mais significativos, considerando a dimensão territorial brasileira associada ao seu potencial produtivo na agropecuária.

O papel do Estado brasileiro na elaboração do Plano ABC parece ser reforçado por várias iniciativas de parcerias entre os atores. A articulação de vários ministérios e instituições aponta para um interesse comum no alcance dos objetivos do Plano. Observou-se que há boas percepções e perspectivas acerca do Plano ABC entre todos os atores.

Vale considerar, porém, que as informações disponíveis e a percepção observada nos atores são resultado das entrevistas com seus representantes, podendo cada ator, especialmente os institucionais, abrigar outras opiniões não necessariamente convergentes com o obtido nesse trabalho.

A sociedade civil também participou da elaboração do Plano, principalmente através do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, porém não se pode afirmar que a participação social alcançou um nível satisfatório, especialmente quanto ao público beneficiário.

Nesse ínterim, pode-se observar que o termo Capacitação e Transferência de Tecnologia (TT), que é uma ação presente no conjunto das ações de mitigação do Plano ABC, parece dar uma conotação meramente conteudista, de uma simples transferência de um conteúdo pronto e definido para seu público-alvo. Nesse ponto, vale indagar o papel do Estado como promotor de uma gestão participativa, de um diálogo com a sociedade, conforme discute Souza (2006) e Frey (2000). Por outro lado, a ação de “Estimular e subsidiar a reforma dos currículos...” (Quadro 13, p. 74), como ação transversal, não possui orçamento previsto, o que parece não ser uma prioridade para o Estado brasileiro.

Outro ponto relevante a discutir é acerca da histórica disputa hegemônica entre o agronegócio e a agricultura familiar, essa última representada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário. Apesar de o representante do MDA, apresentar-se muito mais como apoiador do que como interpelador da política, não se pode afirmar que sua opinião reflete uma unanimidade no MDA.

Para o representante entrevistado do MDA, o Plano ABC vem suprir uma demanda existente no público da agricultura empresarial. A demanda da agricultura familiar corresponde apenas a ações de assistência técnica e apoio a ações de adaptação às mudanças climáticas, pois já dispunha de um perfil voltado para a sustentabilidade e de condições de crédito atrativas, segundo o representante do MDA.

Por outro lado, permite-se questionar se os agricultores familiares realmente estão conseguindo ser atendidos pelas ações propostas no Plano ABC ou mesmo se o crédito já disponível é suficiente. Observa-se uma clara disparidade entre os recursos orçamentários disponíveis para os públicos da agricultura empresarial e da agricultura familiar, conforme disposto no item 5.6.3 desse trabalho. A agricultura familiar é o público que dispõe de bem menos recursos, mas ainda assim consegue adotar boas práticas de produção agropecuária, conforme discute Wanderley (2009).

7.2 A IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO ABC E O PÚBLICO BENEFICIÁRIO

A implementação do Plano ABC na região da pesquisa pode ser compreendida sob várias perspectivas, de instituições regionais/locais e também sob a ótica do público beneficiário, bem como sob vários aspectos, como ações de divulgação, de apoio do poder público e de parceiros, e de incentivo financeiro.

Quanto à divulgação, o Plano ABC conta com ações ainda tímidas, percebidas pelos atores locais e beneficiários e reconhecidas pelos próprios criadores do Plano. Não obstante o esforço que tem sido feito no âmbito estratégico, as instituições locais não conseguem identificar a relevância das ações de divulgação realizadas diretamente pelo governo, especialmente as empresas que prestam assistência técnica aos produtores rurais.

Vale destacar aqui que os produtores rurais entrevistados, sendo considerados agricultores empresariais, não utilizam os serviços da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), mas sempre usam recursos próprios para contratar as empresas de assistência técnica privada (aqui chamadas de Astecs). Vê-se aqui uma lacuna da participação do Estado junto a esse público.

Ainda, a mídia constitui-se um recurso de divulgação pouco utilizado, restrito apenas à época da elaboração do Plano, o que parece negar o potencial de a mídia ser a principal divulgadora do prestígio e do reconhecimento social (Miguel, 2002). Entende-se que a repercussão massificada da mídia não interessa ao governo, mas a divulgação mais direcionada ao público-alvo.

As ações de divulgação são vistas pelos atores locais principalmente através da atuação do Banco do Brasil, que acaba impulsionando esses atores, especialmente as empresas de assistência técnica privada, a promoverem também ações permanentes de divulgação junto aos produtores rurais. Por outro lado, o forte interesse do Banco do Brasil em internalizar o Plano ABC apresenta-se reforçado pelo seu conhecimento já estabelecido em crédito rural, além da expectativa de realização de novos negócios.

A intensa participação do Banco do Brasil e das empresas de assistência técnica em ações de divulgação na região da pesquisa também pode ser confirmada pelo público beneficiário entrevistado, dos quais 96% citam, pelo menos, uma das instituições como apoiadoras de ações de divulgação. Porém, quando se fala em avaliar essas ações, o mesmo público divide sua opinião, tendo, por exemplo, 35% dos entrevistados afirmado que a divulgação na região da pesquisa foi ótima e outros 35% afirmado que a divulgação foi regular.

Apesar da atuação singular do BB em promover iniciativas de divulgação no âmbito local, a própria instituição tem as Astecs como seus próprios representantes, mais próximos dos produtores rurais. As implicações dessa estratégia do BB ainda não se constituem claras o bastante, porém vale considerar que o próprio Banco parece estar tentando restringir suas atividades apenas no âmbito financeiro e fortalecendo sua parceria com as Astecs para que essas empresas façam o trabalho mais técnico, o que pode tornar as ações de todos esses atores mais eficazes.

Corroborando com essa estratégia, o MAPA procurou chegar-se mais efetivamente aos beneficiários, levando ao produtor rural as práticas do Plano ABC através do seu instrumento financeiro, o Programa ABC. Pelas informações obtidas com essa pesquisa e considerando a lógica produtivista do capital, entende-se que a estratégia do MAPA pode estar construída corretamente quando se considera o simples cumprimento das metas de financiamento do Plano ABC, conforme os dados obtidos junto aos produtores rurais na região da pesquisa.

Seguindo essa mesma ideia, as empresas de assistência técnica realizam ações de divulgação do Plano ABC principalmente pelos atrativos financeiros proporcionados pelo Programa ABC, tanto de taxas de juros e prazo de reembolso como de melhoria da produtividade e do lucro. Os comentários colhidos nas entrevistas com as empresas de

assistência técnica privada apontam para uma fraca sensibilidade à disseminação da questão da sustentabilidade junto aos produtores rurais.

Dos produtores rurais entrevistados que informaram conhecer o Plano ABC, 92% afirmam que conhecem, pelo menos, as condições de financiamento do Programa ABC. E, daqueles que, ao menos, decidiram tomar o crédito, 96% motivaram-se por essas mesmas condições de financiamento ou pelo interesse em melhorar a produtividade e o lucro de suas atividades. Essas motivações são confirmadas também nas entrevistas com as instituições locais, o que sintoniza com a estratégia adotada por essas instituições.

De um modo geral, a motivação dos produtores entrevistados aponta para um distanciamento de uma conscientização ambiental mais efetiva, o que foi identificado tanto nas entrevistas com os produtores rurais (apenas 12% dos entrevistados motivaram-se pela filosofia do Plano ABC) quanto nas entrevistas com as empresas de Astec. Apesar disso, quando se pergunta sobre a conscientização da sociedade civil, os representantes das Astecs afirmam que há sim uma conscientização ambiental na sociedade, o que se constitui contraditório quando se considera o conjunto das informações obtidas com essa pesquisa.

Sobre a conscientização dos produtores rurais, as informações colhidas com as Astecs podem ser melhor esclarecidas através de algumas transcrições das entrevistas, como no segundo parágrafo da seção 5.3.1 (p. 85) e nos segundo e quarto parágrafos da seção 5.3.5 (pp. 87/88). Nesses trechos, fica clara que a ideia capitalista do lucro prevalece sobre as questões ambientais, o que contradiz com o que prega o movimento Sou Agro, discutido por Bruno (2012), no qual é valorizada e divulgada a associação do agronegócio com a conservação ambiental como sendo práticas inseparáveis.

Apesar de entender a visão do produtor da mesma forma que as empresas de assistência técnica, o MAPA consegue distanciar-se um pouco do aspecto simplesmente financeiro observado nesse público, quando afirma que o interesse em diminuir as vulnerabilidades de sua produção causadas por eventos naturais, por exemplo, também é motivador para os produtores rurais adotarem boas práticas de produção através do Programa ABC, o que não foi observado nas entrevistas com os produtores rurais.

Os resultados indicam que tanto nos atores locais como nos institucionais, não se observa maior esforço em disseminar as questões ambientais dentre os produtores rurais. Dessa forma, não observamos a atuação da Educação Ambiental de forma mais presente nas ações de divulgação do Plano ABC, apesar de a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), precursora do Plano ABC, já prever a harmonização com outras políticas (BRASIL, 2009-B).

Ademais, o Plano ABC não conseguiu fazer com que as ações educativas previstas em seu escopo fossem acompanhadas de modo que se alcançasse uma sensibilização efetiva dos produtores rurais para a questão da sustentabilidade, mesmo usando o Programa ABC como um instrumento atrativo.

Em relação ao processo de crédito, a maioria dos produtores entrevistados (65%) avalia a análise/liberação de recursos do Programa ABC como ótima ou boa. No entanto, uma boa parte (35%) avalia o processo como regular, enfatizando como maior dificuldade o prazo longo desde o protocolo no Banco até o acesso ao recurso. Percebe-se que esse é um gargalo relevante que precisa ser observado pelo Banco do Brasil, já que essa informação é confirmada pelas empresas que prestam assistência técnica ao produtor e que também elaboram os projetos de financiamento.

Entende-se ser relevante para o governo o financiamento aos produtores rurais, pelos investimentos previstos na maioria das ações do Plano ABC. Pela própria elaboração do Plano, esse financiamento é feito principalmente através do Programa ABC, como já mencionado. Recursos do Pronaf também estão previstos para algumas ações, já que, para os agricultores familiares, algumas linhas de crédito do Pronaf, como Pronaf Agroecologia, Pronaf Florestas e Pronaf Eco, propõem atender melhor esse público na adoção de práticas compatíveis com aquelas financiadas através do Programa ABC.

Outras ações estão previstas para atender a agricultura familiar e são igualmente importantes para o governo, como a disponibilização de insumos e apoio à Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). Além disso, o Tratamento de Dejetos Animais foi pensado principalmente para os agricultores familiares.

Contudo, o próprio governo, no âmbito local, percebe como fracos os resultados do Plano ABC com os agricultores familiares. Observa-se que as ações de assistência técnica e de

adaptação às mudanças climáticas não estão chegando a esse público, o que indica que o potencial dos agricultores familiares pode não estar sendo valorizado, conforme discute Ploeg (2009) e Wanderley (2009). A Prefeitura local não mencionou qualquer dessas ações e nem a participação da EMATER no processo.

Algumas ações podem ser destacadas como prioritárias, como Capacitação e Transferência de Tecnologia, e Pesquisa, sejam para os agricultores familiares ou empresariais. No entanto, as ações de capacitação não têm alcançado as empresas de assistência técnica privada da região, pois essas empresas mencionam a capacitação apenas a partir das ações de divulgação e apoio, principalmente do Banco do Brasil.

De uma maneira geral, um ponto importante a ser destacado sobre os produtores rurais relaciona-se com aqueles que atuam na atividade pecuária. Tanto o MAPA, quanto as empresas de assistência técnica e o Banco do Brasil entendem que os pecuaristas são mais resistentes a mudanças que os demais produtores rurais. No entanto, os estudos do Observatório ABC apontam para uma altíssima concentração de recursos do Programa ABC com a finalidade de recuperação de pastagens, chegando a mais de 80% do número de contratos aprovados no Banco do Brasil na safra 2012/2013 (FGV, 2014).

Para o MAPA, a simplicidade em elaborar o projeto de recuperação de pastagens degradadas pode ser um dos motivos para essa alta concentração, o que ainda não explica a divergência com a resistência à adoção de novos investimentos na atividade dos pecuaristas, apontada pelo Ministério. Por outro lado, o MAPA reconhece que as informações de crédito disponíveis ainda guardam muitas incertezas, o que pode levar até mesmo a uma divergência entre a oferta e a demanda de crédito, como discute Spolodor e Melo (2003), Assunção e Chein (2007) e Dos Santos e Braga (2013).

A indisponibilidade de informações de crédito seguras acerca do Programa ABC pode mascarar os verdadeiros resultados do Plano ABC. Eis algumas implicações: as práticas do Plano podem estar sendo adotadas por diversos produtores rurais, mas não financiadas, inclusive aquelas que não estão relacionadas à recuperação de pastagens; os recursos do Programa ABC podem ser um bom incentivo aos pecuaristas, que são apontados como muito resistentes, mas não necessariamente aos agricultores, que, por serem entendidos como mais facilmente adaptáveis a mudanças, podem ter vislumbrado outras fontes de recursos mais

atrativas ou mesmo a possibilidade de utilizar recursos próprios para financiar a adoção das práticas do Plano ABC; as condições de crédito para a recuperação de pastagens degradadas podem ter sido criadas para fomentar um maior acesso aos recursos dessa finalidade, em detrimento das outras práticas do Plano ABC, já que a demanda de áreas de pastagens degradadas é bem superior à demanda de outras fontes de emissão de GEE (Ver Figura 6, p. 59).

De todo modo, o MAPA tem buscado investir em ações que minimizem essas incertezas e que apresentem resultados mais sólidos do Plano ABC, para que se possa avaliar melhor o alcance das práticas do Plano no cumprimento das metas previstas até 2020. Além disso, tem-se adotado ações que permitam monitorar as metas propostas no Plano ABC, para cumprir o compromisso internacional assumido pelo governo brasileiro.

8 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

A atualidade do tema mudanças climáticas parece ter-se constituído um propulsor para o Brasil na adoção de várias técnicas de mitigação de gases de efeito estufa e também de adaptação a essas mudanças, em vários setores da economia. Diante de um cenário internacional que demanda uma mudança de postura, o governo brasileiro decidiu adotar uma Política Nacional sobre Mudança do Clima.

A PNMC traz consigo várias iniciativas setoriais, inclusive na agropecuária e no modo de uso do solo no Brasil. Nesse contexto, o Plano ABC vem propor boas práticas de produção e uma mudança de concepção acerca do uso da terra, prezando pela ideia da sustentabilidade (MAPA, 2012). A elaboração do Plano ABC nasce num ambiente de diálogo entre vários atores públicos, privados, não governamentais e com a sociedade civil, valorizando a ideia de Estado em rede (Azevedo *et al.*, 2007).

No entanto, sua implementação apresenta algumas lacunas que ainda precisam ser revistas. As ações de divulgação e de capacitação, por exemplo, precisam ser mais impulsionadas, para que consigam chegar aos atores locais e, principalmente, ao produtor rural cumprindo o propósito para o qual foram criadas.

De todo modo, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, principal ator institucional desse processo, tem prezado por utilizar as vantagens do Programa ABC na conquista dos beneficiários, pois identifica-se uma forte demanda de crédito como motivadora da adoção das práticas propostas pelo Plano ABC. Contudo, as ações não relacionadas ao crédito ainda demandam priorização.

Ainda há muitas incertezas quanto aos verdadeiros impactos gerados pelo Plano ABC. Porém, o governo brasileiro vem tentando minimizar as divergências de informações, para que possa apresentar resultados mais consistentes.

Nesse ambiente, é imprescindível que as ações do governo brasileiro sejam constantemente avaliadas, sendo essa avaliação etapa indispensável (Frey, 2000), principalmente no que se refere às suas relações com os diversos grupos de *stakeholders*. Esses grupos, interessados em acompanhar o desempenho do Estado, podem ainda não estar plenamente satisfeitos com as informações disponíveis. Essas informações podem não atender às expectativas dos *stakeholders*, um desafio a ser considerado pelos gestores públicos (Fontes Filho, 2003; Francisco e Alves, 2010).

A avaliação das ações do Estado precisam ir além do simples cumprimento das metas propostas pelo Brasil no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, e abarcar outros aspectos implícitos no processo de construção e de efetivação da política.

Resultados positivos podem ser alcançados com a PNMC, se houver uma forte sinergia entre o privado e o público, tendo esta última participação mais significativa, com uma gestão autônoma e transparente (Seroa da Motta, 2011).

O atendimento da sociedade civil constitui-se o propósito das políticas do Estado, pois essas políticas representam ações do Estado voltadas para setores específicos da sociedade (Höfling, 2001). Ainda mais, a própria concepção do termo “Estado” como “Estado Ampliado” mostra que é o conjunto das relações sociais nas sociedades civil e política mutuamente, conforme discutido em Montañó (2003), Dias e Serafim (2011), Pronko e Fontes (2012) e Mendonça (2012).

Observa-se que houve uma alta satisfação dos beneficiários do Plano ABC na região da pesquisa (96%), o que é apontado como uma dimensão considerada nas atuais reflexões sobre políticas públicas (Faria, 2005). Mesmo assim, não se pode inferir que houve mudança na percepção desse público quanto ao aspecto ambiental, ou mesmo uma sensibilização acerca das ideias pregadas pelo Plano ABC.

Os resultados gerados com esse estudo, na tentativa de melhor compreender a elaboração e a implementação do Plano ABC, abrem a possibilidade de novas pesquisas que proponham estudar as mais diversas dinâmicas presentes nos processos de elaboração e de aplicação das políticas públicas no Brasil, em específico para o desenvolvimento rural.

REFERÊNCIAS

- ABERS, R.; SERAFIM, L.; TATAGIBA, L. Repertórios de Interação Estado-Sociedade em um Estado Heterogêneo: a experiência na Era Lula. In: **Revista de Ciências Sociais**, v. 57, nº 2, Rio de Janeiro, 2014, pp. 325-357.
- ABRAMOVAY, R. **Muito além da economia verde**. São Paulo: Ed. Abril, 2012.
- ABRANCHES, S. **Copenhague: antes e depois**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- AMARAL, D.D.; CORDEIRO, L.A.M.; GALERANI, P.R. Plano Setorial de Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas para Consolidação da Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura – PLANO ABC. In: **Revista Brasileira de Geografia Física**, v. 06, Recife: UFPE, 2011, pp. 1266-1274.
- AQUINO, F.G.; AGUIAR, L.M.S.; CAMARGO, A.J.A.; DUBOC, E.; OLIVEIRA-FILHO, E.C.; PARRON, L.M. Sustentabilidade no Bioma Cerrado: visão geral e desafios. In: **Cerrado: desafios e oportunidades para o desenvolvimento sustentável**. PARRON, L.M.; AGUIAR, L.M.S.; DUBOC, E.; OLIVEIRA-FILHO, E.C.; CAMARGO, A.J.A.; AQUINO, F.G. (editores técnicos). Brasília: Embrapa Cerrados, 2008, pp. 23-32.
- ASSUNÇÃO, J.; CHEIN, F. Condições de crédito no Brasil rural. In: **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 45, nº 02, Rio de Janeiro, abr/jun 2007, pp. 367-407.
- AVZARADEL, A.C. Inventário Brasileiro de Emissões Antrópicas por Fontes e Remoções por Sumidouros de Gases de Efeito Estufa não controlados pelo Protocolo de Montreal. In: **Mudança do clima no Brasil: aspectos econômicos, sociais e regulatórios**. SEROA DA MOTTA, R.; HARGRAVE, J.; LUEDEMANN, G.; GUTIERREZ, M.B.S. (orgs.). Brasília: IPEA, 2011, pp. 77-89.
- AZEVEDO, A.; PASQUIS, R.; BURSZTYN, M. A reforma do Estado, a emergência da descentralização e as políticas ambientais. In: **Revista do Serviço Público**, v. 58 (1), Brasília, jan/mar 2007, pp. 37-55.
- BACEN, Banco Central do Brasil. **Resolução nº 3.896, de 17 de agosto de 2010**. Institui, no âmbito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Programa

para Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agricultura (Programa ABC).
Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2010/pdf/res_3896_v1_O.pdf>
Acesso em: 09/10/2014.

_____. **Resolução nº 3.979, de 31 de maio de 2011.** Dispõe sobre programas de investimento agropecuário amparados em recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Disponível em: <
http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2011/pdf/res_3979_v1_O.pdf > Acesso em:
09/10/2014.

BODDEY, R.M.; ALVES, B.J.R.; JANTALIA, C.P.; MACHADO, P.L.O.A.; SOARES, L.H.B.; URQUIAGA, S. Práticas mitigadoras das emissões de gases de efeito estufa na agropecuária brasileira. In: **Estoques de carbono e emissões de gases de efeito estufa na agropecuária brasileira.** LIMA, M.A.; BODDEY, R.M.; ALVES, B.J.R.; MACHADO, P.L.O.A., URQUIAGA, S. (editores técnicos). Brasília: Embrapa, 2012, pp. 327-347.

BOSCHETTI, I. Avaliação de políticas, programas e projetos sociais. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.** CFESS; ABEPSS (org). 1.ed. Brasília: CFESS, 2009, v.1.

BRASIL. **Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965.** Institucionaliza o crédito rural.
Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4829.htm> Acesso em:
18/10/2014.

BRASIL. **Decreto Legislativo nº 1, de 1994.** Aprova o texto da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, adotada em Nova Iorque, em 9 de maio de 1992.
Disponível em:
<http://www.cetesb.sp.gov.br/userfiles/file/mudancasclimaticas/biogas/file/docs/legislacao/decreto_legislativo_n1.pdf> Acesso em: 12/10/2014.

BRASIL. **Decreto nº 2.652, de 1º de julho de 1998.** Promulga a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, assinada em Nova York, em 9 de maio de 1992.
Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2652.htm> Acesso em:
12/10/2014.

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999.** Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm> Acesso em 30/06/2013. (A)

BRASIL. **Decreto de 7 de julho de 1999.** Cria a Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima com a finalidade de articular as ações de governo nessa área. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/438888.pdf>> Acesso em: 12/10/2014. (B)

BRASIL. **Decreto nº 3515, de 20 de junho de 2000.** Cria o Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas e dá outras providências. Revogado pelo Decreto de 28 de agosto de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3515.htm> Acesso em: 12/10/2014. (A)

BRASIL. **Decreto de 28 de agosto de 2000.** Dispõe sobre o Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/DNN/2000/Dnn28-8.2000.htm#art10> Acesso em: 12/10/2014. (B)

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.** Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm> Acesso em 30/06/2013.

BRASIL. **Decreto nº 6.263, de 21 de novembro de 2007.** Institui o Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima – CIM, orienta a elaboração do Plano Nacional sobre Mudança do Clima, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6263.htm> Acesso em: 09/10/2014.

BRASIL, Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima. **Plano Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC – Brasil.** Brasília: CIM, 2008.

BRASIL. **Lei nº 12.114, de 9 de dezembro de 2009.** Cria o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, altera os artigos 6º e 50 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12114.htm> Acesso em: 09/10/2014. (A)

BRASIL. **Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.** Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112187.htm> Acesso em 08/04/2013. (B)

BRASIL. **Decreto nº 7343, de 26 de outubro de 2010.** Regulamenta a Lei nº 12.114, de 9 de dezembro de 2009, que cria o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima – FNMC, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7343.htm> Acesso em: 09/10/2014. (A)

BRASIL. **Decreto nº 7.390, de 9 de dezembro de 2010.** Regulamenta os arts. 6º, 11 e 12 da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7390.htm> Acesso em 30/06/2013. (B)

BRASIL. **Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012.** Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112651.htm > Acesso em 29/12/2014.

BRUNO, R. Movimento sou agro: marketing, habitus e estratégias de poder do agronegócio. In: **Encontro anual da ANPOCS**, 36º, 2012. Fortaleza. *Anais...* Fortaleza, 2012.

BURSZTYN, M. Ser ou não ser: eis a questão do estado brasileiro. In: **Revista do Serviço Público**, ano 45, v. 118, nº 3, Brasília: ENAP, set/dez 1994, pp. 27-36.

CAMPOS, T.C. Administração de *Stakeholders*: uma questão ética ou estratégica?. In: **Portal PUC Minas – APIMEC**. Disponível em: <<http://www.iceg.pucminas.br/apimec/nucleos/stack.pdf>> Acesso em: 16/08/2014.

CARVALHO, A. M. P. A luta por direitos e a afirmação das políticas sociais no Brasil Contemporâneo. In: **Revista de Ciências Sociais**, v. 39, n. 1. Fortaleza, UFC, 2008.

CARVALHO, I.C. de M. Educação ambiental crítica: nomes e endereçamentos da educação. In: Layrargues, P.P. (org). **Identidades da Educação Ambiental Brasileira**. Brasília, MMA, 2004.

CNA, Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. **Guia de financiamento para agricultura de baixo carbono**. Brasília, DF: CNA, 2012.

DA COSTA, F. L.; CASTANHAR, J.C. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. In: **Revista de Administração Pública**, v. 37 (5), Rio de Janeiro, set/out 2003, pp. 969-992.

DELGADO, N.G. O papel do rural no desenvolvimento nacional: da modernização conservadora dos anos 1970 ao Governo Lula. BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). **Brasil rural em debate**. Brasília, CONDRAF/MDA, 2010, pp. 28-78.

DIAS, G.L.S. O Estado e o Agro em tempos de liberalização. In: **Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural – SOBER**, XLIV, 2006. Fortaleza. *Anais...* Fortaleza, 2006.

DIAS, R.; SERAFIM, M. P. Conceitos e ferramentas para a análise de Política Pública. In: BENINI, Édi A. *et al.* (org.). **Gestão Pública e Sociedade: fundamentos e políticas públicas de economia solidária**. Vol. 1. São Paulo, Outras Expressões, 2011, pp. 305-338.

DOS SANTOS, R.B.N.; BRAGA, M.J. Impactos do crédito rural na produtividade da terra e do trabalho nas regiões brasileiras. In: **Revista Economia Aplicada**, v. 17, nº 3, São Paulo: USP, 2013, pp. 299-324.

DUARTE, L.M.G. Globalização, agricultura e meio ambiente: o paradoxo do desenvolvimento dos cerrados. In: **Tristes Cerrados: sociedade e biodiversidade**.

DUARTE, L.M.G.; BRAGA, M.L.S. (orgs). Brasília: Paralelo 15, 1998-A, pp. 11-22.

_____. Politização da questão ambiental entre os produtores rurais no cerrado brasileiro. In: **Tristes Cerrados: sociedade e biodiversidade**. DUARTE, L.M.G.; BRAGA, M.L.S. (orgs). Brasília: Paralelo 15, 1998-B, pp. 169-187.

FARIA, C.A.P. A política da reflexão de políticas públicas. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.20, n. 59, out/2005.

FARIA, M.E. Agricultura moderna, cerrados e meio ambiente. In: **Tristes Cerrados: sociedade e biodiversidade**. DUARTE, L.M.G.; BRAGA, M.L.S. (orgs). Brasília: Paralelo 15, 1998, pp. 147-168.

FARIA, A; SAUERBRONN, F.F. A responsabilidade social é uma questão de estratégia?: uma abordagem crítica. In: **Revista de Administração Pública**, nr. 42 (1), Rio de Janeiro, jan/fev 2008, pp. 04-33.

FÉRES, J.; REIS, E.; SPERANZA, J.S. Impacto das mudanças climáticas no setor agrícola brasileiro. In: **Mudança do clima no Brasil: aspectos econômicos, sociais e regulatórios**. SEROA DA MOTTA, R.; HARGRAVE, J.; LUEDEMANN, G.; GUTIERREZ, M.B.S. (orgs.). Brasília: IPEA, 2011, pp. 299-309.

FGV, Fundação Getúlio Vargas/Centro de Agronegócio da Escola de Economia de São Paulo. **Agricultura de Baixa Emissão de Carbono: financiando a transição – Análise dos recursos do Programa ABC – Relatório Completo – Observatório do Plano ABC – Estudo 3**. Disponível em: <http://www.observatorioabc.com.br/ckeditor_assets/attachments/127/relatorio_completo_clu_a_estudo_3.pdf> Acesso em 08/04/2014.

FIGUEIREDO, M.C.; FIGUEIREDO, A.M.C. Avaliação política e avaliação de políticas: um quadro de referência teórica. In: **Anál. & Conj.**, v. 1 (3), Belo Horizonte, set/dez 1986, pp. 107-127.

FLEXOR, G.; LEITE, S.P. Análise das políticas públicas: breves considerações teórico-metodológicas. In: **Encontro Nacional de Economia Política**, 12., 2007, São Paulo, 2007. *Anais...* São Paulo: SEP, 2007.

FONTES FILHO, J.R. Governança organizacional aplicada ao setor público. In: **Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública**, VIII, 2003. Panamá. *Anais...* Panamá, 2003.

FRANCISCO, L.; ALVES, M.C. A necessidade de informação dos stakeholders das organizações sem fins lucrativos: uma responsabilidade, um desafio a vencer e a busca de soluções. In: **Encuentro AECA: Innovación y responsabilidad: desafíos y soluciones**, XIV, 2010. Coimbra. *Anais...* Coimbra: AECA, 2010.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. In: **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 21, Brasília, IPEA, jun/2000, pp. 211-259.

GIL, A.C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

GIUSTINA, C.C.D. **Degradação e conservação do cerrado: uma história ambiental do Estado de Goiás**. 2013. 206 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília. 2013.

GOIÁS. **Decreto nº 7.690, de 03 de agosto de 2012**. Institui o Plano Estadual de Mitigação/Adaptação às Mudanças Climáticas, visando à consolidação de uma economia de baixa emissão de carbono na agricultura – Agricultura de Baixo Carbono – ABC-Goiás, e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.gabinetecivil.go.gov.br/pagina_decretos.php?id=10277> Acesso em: 03/11/2014.

GUIMARÃES, J.R.S.; JANNUZZI, P.M. Indicadores sintéticos no processo de formulação e avaliação de políticas públicas: limites e legitimidades. In: **Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, XIV, 2004, Caxambú. *Anais...Caxambú*, 2004.

GURGEL, A.C. Impactos da economia mundial de baixo carbono sobre o Brasil. In: **Encontro Nacional de Economia**, XL, 2012. Porto de Galinhas. *Anais... Porto de Galinhas: ANPEC*, 2012.

HÖFLING, E.M. Estado e políticas (públicas) sociais. In: **Cadernos Cedes**, ano XXI, n 55. São Paulo: UNICAMP, nov/2001.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades@**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=520800>> Acesso em: 10/10/2014.

INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Instrução Especial/INCRA/Nº 20, de 28 de maio de 1980**. Estabelece o Módulo Fiscal de cada Município, previsto no Decreto nº 84.685 de 06 de maio de 1980. Disponível em:

<http://www.incra.gov.br/media/institucional/legislacao/atos_internos/instrucoes/instrucao_especial/IE20_280580.pdf > Acesso em: 04/11/2014.

JANNUZZI, P.M. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. In: **Revista do Serviço Público**, nr. 56 (2), Brasília, abr/jun 2005.

KLINK, C.A.; MACHADO, R.B. A conservação do Cerrado brasileiro. In: **Revista Megadiversidade: desafios e oportunidades para a conservação da biodiversidade no Brasil**, v. 1, nº 1, ed. especial, Belo Horizonte: Conservação Internacional Brasil, jul/2005, pp. 147-155.

LAYRARGUES, P.P. Para onde vai a educação ambiental? O cenário político-ideológico da educação ambiental brasileira e os desafios de uma agenda política crítica contra hegemônica. In: **Revista Contemporânea de Educação**, n. 14. Brasília, ago/dez 2012.

LUCCA, E.J.; BRUM, A.L. Educação ambiental: como implantá-la no meio rural? In: **Revista de Administração IMED** 3(1), 2013, pp. 33-42.

MAGALHÃES, A.S.; DOMINGUES, E.P. Economia de baixo carbono no Brasil: alternativas de políticas, custos de redução de emissões de gases de efeito estufa e impactos sobre as famílias. In: **Encontro Nacional de Economia**, XLI, 2013. Foz do Iguaçu. *Anais...* Foz do Iguaçu: ANPEC, 2013.

MAGALHÃES, M.M.; BRAGA JÚNIOR, S.S. Evolução recente e potencial da agricultura de baixo carbono. In: **Periódico Eletrônico Fórum Ambiental da Alta Paulista**, v. 9, nº 8, 2013, pp. 100-118.

MAPA, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura: Plano ABC (Agricultura de Baixa Emissão de Carbono)**. Brasília: MAPA/ACS, 2012.

_____. **Estatísticas e dados básicos de Economia Agrícola**. Brasília: Mapa, set/2014. (A)

_____. **Plano Agrícola e Pecuário 2014/2015 – Cartilha**. Disponível em:

<http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/PAP-2014-2015-F.pdf > Acesso em: 03/11/2014.

(B)

MARTINS, J.S. **O poder do atraso: ensaios de Sociologia da história lenta**. São Paulo: Hucitec, 1994.

MCTI, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. **Convenção sobre Mudança do Clima: o Brasil e a Convenção-Quadro das Nações Unidas**. Mai, 1992. Disponível em: <http://www.mct.gov.br/upd_blob/0005/5390.pdf> Acesso em: 30/10/2013.

_____. **Protocolo de Quioto à Convenção sobre Mudança do Clima: o Brasil e a Convenção-Quadro das Nações Unidas**. Dez, 1997. Disponível em: <http://mudancasclimaticas.cptec.inpe.br/~rmclima/pdfs/Protocolo_Quito.pdf> Acesso em: 30/10/2013.

_____. **Inventário de Emissões e Remoções Antrópicas de Gases de Efeito Estufa não controlados pelo Protocolo de Montreal: Comunicação Inicial do Brasil**. Brasília: MCTI, 2004.

_____. **Inventário Brasileiro de Emissões Antrópicas por Fontes e Remoções por Sumidouros de Gases de Efeito Estufa não controlados pelo Protocolo de Montreal: Parte 2**. Brasília: MCTI, 2010.

MDA, Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano Safra da Agricultura Familiar 2014/2015: alimentos para o Brasil - Cartilha**. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portalmda/sites/default/files/user_arquivos_278/cartilha_0.pdf> Acesso em: 03/11/2014.

MENDONÇA, S.R. Estado. In: **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

MI, Ministério da Integração Nacional. **Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro-Oeste (2007-2020): versão final**. Disponível em: <http://www.sudeco.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=0bad5e63-814d-4a4f-acdb-52d23b6b8f80&groupId=14019> Acesso em: 09/06/2014.

MIGUEL, L.F. Os meios de comunicação e a prática política. In: **Lua Nova Revista de Cultura e Política**, nº 55-56, São Paulo: CEDEC, 2002, pp. 155-181.

MMA, Ministério do Meio Ambiente; IBAMA, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Monitoramento do Desmatamento nos Biomas Brasileiros por Satélite: monitoramento do Bioma Cerrado 2008-2009**. Disponível em:

<http://siscom.ibama.gov.br/monitorabiomas/cerrado/RELATORIO_CERRADO_2008-2009.pdf> Acesso em 05/11/2014. Brasília: MMA/IBAMA, 2011.

MMA, Ministério do Meio Ambiente. **O Bioma Cerrado**. Disponível em:

<<http://www.mma.gov.br/biomas/cerrado>> Acesso em: 10/10/2014.

MOLINA, M.C. Reflexões Sobre o Significado do Protagonismo dos Movimentos Sociais na Construção de Políticas Públicas de Educação do Campo. In: MOLINA, M.C. (org.)

Educação do campo e pesquisa II: questões para reflexão. Brasília: INCRA, NEAD/MDA, 2010.

_____. Políticas Públicas. In: **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

MONTAÑO, C. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MOZZER, G.B. Agropecuária no contexto da economia de baixo carbono. In: **Mudança do clima no Brasil: aspectos econômicos, sociais e regulatórios**. SEROA DA MOTTA, R.; HARGRAVE, J.; LUEDEMANN, G.; GUTIERREZ, M.B.S. (orgs.). Brasília: IPEA, 2011, pp. 111-125.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. In: **Estudos Avançados**, v. 15, nº 43, São Paulo: Set/Dez 2001.

OLIVEIRA-FILHO, E.C.; MEDEIROS, F.N.S. Ocupação humana e preservação do ambiente: um paradoxo para o desenvolvimento sustentável. In: **Cerrado: desafios e oportunidades para o desenvolvimento sustentável**. PARRON, L.M.; AGUIAR, L.M.S.; DUBOC, E.; OLIVEIRA-FILHO, E.C.; CAMARGO, A.J.A.; AQUINO, F.G. (editores técnicos). Brasília: Embrapa Cerrados, 2008, pp. 33-61.

PERUZZO, C.M.K. Comunicação comunitária e educação para a cidadania. In: **Pensamento Comunicacional Latino-Americano**. V.4. n. 1. Out/nov/dez 2002.

PLOEG, J.D. Sete teses sobre a agricultura camponesa. In: **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Petersen, P. (org). Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

PRONKO, M.; FONTES, V. Hegemonia. In: **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

PTI, Parque Tecnológico Itaipu. **Centro de Estudos do Biogás**. Disponível em: <<http://www.pti.org.br/biogas>> Acesso em: 02/01/2015.

ROCHA, R. **Brasil levará inventário de emissões à conferência do clima, da ONU**, ago. 2014. Disponível em: <http://www.mcti.gov.br/noticias/-/asset_publisher/IqV53KMvD5rY/content/brasil-levara-inventario-de-emissoes-a-conferencia-do-clima-da-onu;jsessionid=84521A26A1DB3268B23A5D705E5B4412>. Acesso em 09/10/2014.

SEPLAN-GO, Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás. **Perfil competitivo das regiões de planejamento do estado de Goiás**. Goiânia: Seplan-GO, 2010.

SEROA DA MOTTA, R. A Política Nacional sobre Mudança do Clima: aspectos regulatórios e de governança. In: **Mudança do clima no Brasil: aspectos econômicos, sociais e regulatórios**. SEROA DA MOTTA, R.; HARGRAVE, J.; LUEDEMANN, G.; GUTIERREZ, M.B.S. (orgs.). Brasília: IPEA, 2011, pp. 31-42.

SEVERINO, A.J. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Ed. Cortez, 2007.

SILVA, De P. **Vocabulário jurídico conciso**. 1.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

SILVA, L.X.; SOUZA, M.. Estado e Políticas Públicas: uma visão liberal, marxista e keynesiana do moderno estado capitalista. In: **Estado e Políticas Públicas**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.

SORRENTINO, M.; TRAJBER, R.; MENDONÇA, P.; FERRARO JR, L.A. Educação ambiental como política pública. In: **Educação e Pesquisa**, v. 31, n. 2. São Paulo: mai/ago 2005.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. In: **Sociologias**, ano 8, n 16. Porto Alegre: UFRGS, jul/dez 2006, pp. 20-45.

SPOLODOR, H.F.S.; MELO, F.H. O mercado de crédito e a experiência brasileira de financiamento da agricultura. In: **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 41, nº 3, Brasília: SOBER, 2003, pp. 09-28.

SUDECO, Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste. **RIDE-DF**. Disponível em: <<http://www.sudeco.gov.br/web/guest/ride-df>> Acesso em: 10/10/2014.

TAMAIIO, I. **Educação Ambiental & Mudanças Climáticas: diálogo necessário num mundo em transição**. Brasília: MMA, 2013.

TEIXEIRA, R.A.; BARREIRA, C.C.M.A. Formosa: portal do nordeste goiano ou um pólo regional no entorno de Brasília?. In: **Revista Sociedade & Natureza**, v. 19 (1), Uberlândia, jun/2007, pp. 185-197.

TREVISAN, A.P.; VAN BELLEN, H.M. Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. In: **Revista de Administração Pública**, v. 42 (3), Rio de Janeiro, mai/jun 2008, pp. 529-550.

WANDERLEY, M.N.B. O agricultor familiar no Brasil: um ator social da construção do futuro. In: **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Petersen, P. (org). Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

WEHBE, C.C.M. A obrigação de financiamento na convenção climática. In: **Mudança do clima no Brasil: aspectos econômicos, sociais e regulatórios**. SEROA DA MOTTA, R.; HARGRAVE, J.; LUEDEMANN, G.; GUTIERREZ, M.B.S. (orgs.). Brasília: IPEA, 2011, pp. 387-400.

APÊNDICE

APÊNDICE A – ROTEIROS DAS ENTREVISTAS COM OS ATORES INSTITUCIONAIS

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)

- ✓ Como se deu a participação do MAPA no processo de elaboração do Plano ABC?
- ✓ O Plano ABC surge do compromisso internacional que o Governo fez na COP-15, em 2009. Quais as dificuldades encontradas na disseminação desse compromisso junto às instituições que participaram da elaboração do Plano?
- ✓ Observamos nas Estatísticas divulgadas pelo MAPA, a participação singular do Banco do Brasil nos desembolsos do Programa ABC. Porém, observamos que está previsto também na lei (Decreto 7343/2010) que outras instituições poderão operar com o crédito, como a Caixa Econômica, o Banco do Nordeste e o Banco da Amazônia. Na sua opinião, quais dificuldades são encontradas para que esses bancos comecem a financiar o Programa ABC?
- ✓ O Decreto 7390/2010 define as metas não-financeiras do Plano ABC até 2020, por ação, como o plantio direto ou a recuperação de pastagens. Na distribuição dos recursos, existe também uma orçamentação específica para cada ação? Que critérios são utilizados para definir a demanda em cada grupo?
- ✓ Como o MAPA avalia a evolução do orçamento em relação aos desembolsos do Programa ABC?
- ✓ Observamos em alguns estudos, como o do Observatório ABC, que 80% dos recursos do ABC estão sendo destinados à recuperação de pastagens degradadas. Na sua opinião, isso não gera um viés no objetivo do Plano em relação às outras ações?
- ✓ Como o MAPA avalia a Agricultura Familiar como beneficiária do Plano ABC?
- ✓ Como o MAPA avalia suas ações de divulgação do Plano ABC junto à sociedade civil, especialmente quanto à efetiva conscientização das pessoas acerca do tema Mudanças Climáticas?
- ✓ Sobre a região centro-oeste/cerrado, mais especificamente a região da Ride/DF, o MAPA possui informações acerca do Plano ABC que a diferenciem/destaquem sobre as demais regiões do país, no que tange a investimentos ou experiências diferenciadas, ou à aceitação das pessoas?

- ✓ Quais as perspectivas para o Plano ABC até 2020?

Ministério do Meio Ambiente (MMA)

- ✓ Em relação ao tema Mudanças Climáticas, como o MMA avalia o Brasil antes e depois do Acordo de Copenhague?
- ✓ O MMA acredita que o Inventário Brasileiro de Emissões e Remoções Antrópicas de Gases de Efeito Estufa não Controlados pelo Protocolo de Montreal conseguiu atender à realidade brasileira, com seu imenso território e com toda a sua diversidade ambiental?
- ✓ Entendemos que o MMA, através do Grupo Executivo, foi o ministério com maior responsabilidade sobre a Política Nacional sobre Mudança do Clima e também sobre o Plano Nacional, os quais foram os elementos geradores do Plano ABC. Como se deu a participação do MMA no processo de elaboração do Plano ABC?
- ✓ Como o MMA avalia a efetiva conscientização da sociedade civil acerca do tema Mudanças Climáticas e Plano ABC?
- ✓ Como o MMA consegue mensurar o alcance do Plano ABC junto aos produtores rurais, além das informações de desembolso de crédito do Programa ABC?
- ✓ Observamos em alguns estudos, como o do Observatório ABC, que 80% dos recursos do ABC estão sendo destinados à recuperação de pastagens degradadas. Na sua opinião, isso não gera um viés no objetivo do Plano em relação às outras ações?
- ✓ Como o MMA avalia a evolução do Plano ABC desde a sua elaboração? Quais as perspectivas até 2020?

Ministério do Meio Ambiente (MMA) – Fundo Clima

- ✓ Como o MMA avalia o Brasil antes e depois da criação do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (Lei 12.114/2009)?
- ✓ Observamos nas Estatísticas divulgadas pelo MAPA, a participação singular do Banco do Brasil nos desembolsos do Programa ABC. Porém, observamos que está previsto também na lei (Decreto 7343/2010) que outras instituições poderão operar com o crédito, como a Caixa Econômica, o Banco do Nordeste e o Banco da Amazônia. Na sua opinião, quais dificuldades são encontradas para que esses bancos comecem a financiar o Programa ABC?
- ✓ Como o MMA avalia a evolução do orçamento do Programa ABC?

- ✓ Qual a proporção atual entre os recursos reembolsáveis e não-reembolsáveis disponibilizados pelo Fundo? Você acredita que essa proporção atende à demanda dos dois grupos?
- ✓ Entendemos que existem várias linhas de financiamento com taxas mais atrativas para atender o público da agricultura familiar. Como o Programa ABC pode atender esse público, sem concorrer com o Pronaf?
- ✓ O MMA, através do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, possui alguma perspectiva de criar um Programa ABC, com condições específicas de financiamento para a agricultura familiar?
- ✓ O Decreto 7390/2010 define as metas não-financeiras do Plano ABC até 2020, por ação, como o plantio direto ou a recuperação de pastagens. Na distribuição dos recursos, existe também uma orçamentação específica para cada ação? Que critérios são utilizados para definir a demanda em cada grupo?
- ✓ Observamos em alguns estudos, como o do Observatório ABC, que 80% dos recursos do ABC estão sendo destinados à recuperação de pastagens degradadas. Na sua opinião, isso não gera um viés no objetivo do Plano em relação às outras ações?

Casa Civil

- ✓ Em relação ao tema Mudanças Climáticas, como a Casa Civil avalia o Brasil antes e depois do Acordo de Copenhague?
- ✓ Conforme o Decreto 6263/2007, a Casa Civil é responsável pela coordenação do Comitê Interministerial de Mudança do Clima. Como a Casa avalia as ações do Comitê desde a sua criação?
- ✓ Como se deu o processo de elaboração do Plano ABC, com a junção de tantos ministérios e também de outras instituições?
- ✓ Como a Casa Civil considera a participação do MAPA, do MMA e do MDA em relação aos outros ministérios, na elaboração do Plano ABC?
- ✓ Como a Casa Civil avalia o histórico da participação da sociedade civil no Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, especialmente quanto à compreensão do tema?
- ✓ Mais especificamente nos diálogos setoriais, há alguma contribuição que diferencie o setor de Agricultura, Floresta e Mudança do Uso do Solo dos demais setores?

- ✓ Quais as maiores dificuldades encontradas na criação dos Fóruns Estaduais de Mudanças Climáticas?
- ✓ Como a Casa Civil avalia a evolução do Plano ABC desde a sua elaboração? Quais as perspectivas até 2020?

Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)

- ✓ Como se deu a participação do MDA no processo de elaboração do Plano ABC?
- ✓ No Plano Safra da Agricultura Familiar 2014/2015: Alimentos para o Brasil, não observamos informações relacionadas ao Plano ABC. Esse não é um Plano prioritário para o MDA?
- ✓ Contando com condições de financiamento menos atrativas aos agricultores familiares, como o MDA avalia a sua contribuição na execução do Programa ABC?
- ✓ Está prevista a participação do MDA, em conjunto com o MAPA, em várias ações de implementação de todos os programas previstos no Plano. Porém, em entrevistas disponibilizadas no site do MDA, consta a informação de que, na prática, os agricultores familiares se beneficiariam apenas com o programa de Tratamento de Dejetos Animais. Por quê?
- ✓ O MDA acredita que deveria haver ações de fomento mais específicas que atendessem a agricultura familiar, até mesmo a criação de um Programa de financiamento com taxas adequadas?

APÊNDICE B – ROTEIROS DAS ENTREVISTAS COM OS ATORES REGIONAIS/LOCAIS

Assistências Técnicas (ASTECS)

- ✓ Como a (nome da empresa) tomou conhecimento do Plano ABC? Houve alguma dificuldade em entender seus objetivos?
- ✓ Quem realizou e como a (nome da empresa) avalia as ações de capacitação acerca do Programa ABC?
- ✓ Quais ações foram e estão sendo realizadas pela (nome da empresa) na implantação do Plano ABC em Formosa, junto aos produtores rurais?

- ✓ Quais entraves a (nome da empresa) encontra junto aos produtores rurais quando da divulgação do Plano ABC?
- ✓ Como a (nome da empresa) avalia a atuação dos diversos parceiros no apoio à divulgação do Plano ABC?
- ✓ Quais as principais dificuldades no processo de liberação de recursos? Quais sugestões a (nome da empresa) faria ao processo?
- ✓ Como a (nome da empresa) avalia a evolução na conscientização das ideias pregadas do Plano ABC em Formosa?
- ✓ Quais as perspectivas da (nome da empresa) acerca do Plano ABC em Formosa?

Superintendência do Banco do Brasil

- ✓ Como se deu a participação do BB no processo de implementação do Plano ABC na região da Ride-DF?
- ✓ Como o BB inseriu na sua estratégia critérios para que as agências disseminassem o compromisso com o Programa ABC?
- ✓ Como se desenvolveu as ações de capacitação junto às agências?
- ✓ Houve resistência das agências para assimilar o Plano ABC? Quais os principais questionamentos?
- ✓ Quais as dificuldades encontradas junto às instituições parceiras quanto ao apoio de que o BB precisa para liberar os recursos do Programa ABC junto aos produtores? Como se deu a escolha desses parceiros?
- ✓ Quais ações o BB pretende fazer para minimizar as dificuldades encontradas junto às agências e também aos demais parceiros?
- ✓ De uma maneira geral, qual a representatividade de Formosa/GO acerca do Programa ABC na região (volume, quantidade de contratos e finalidade dos recursos)?
- ✓ Acerca dos beneficiários do Programa ABC em Formosa/GO, o BB dispõe de alguma informação do perfil desses produtores quanto ao seu porte? Se algum agricultor familiar se beneficiou com o crédito?
- ✓ Como o BB avalia a evolução dos desembolsos de crédito desde o início?
- ✓ Quais as estratégias a serem adotadas para ampliar os desembolsos nas próximas safras?

Agência do Banco do Brasil em Formosa

- ✓ Como a Agência tomou conhecimento do Plano ABC?
- ✓ Quais ações foram e estão sendo realizadas pela Agência na implantação do Plano ABC em Formosa?
- ✓ Que dificuldades são encontradas junto às instituições parceiras quanto ao apoio de que a Agência precisa para liberar os recursos do Programa ABC junto aos produtores?
- ✓ Quais entraves, internos e externos, a Agência observa no processo de liberação do crédito?
- ✓ Como a Agência avalia as ações de capacitação, no nível teórico e operacional, acerca do Programa ABC?
- ✓ Como a Agência avalia a evolução da aceitação dos produtores rurais quanto ao Programa ABC?

Prefeitura de Formosa – Secretaria de Agricultura e Pecuária

- ✓ Como a Prefeitura tomou conhecimento do Plano ABC? Houve alguma dificuldade em entender seus objetivos?
- ✓ Como a Prefeitura participou do processo de implementação do Plano ABC em Formosa?
- ✓ Como se deu a escolha dos parceiros importantes para a divulgação do Plano ABC?
- ✓ Quais entraves a Prefeitura encontrou junto aos produtores rurais quando da divulgação do Plano ABC?
- ✓ Como a Prefeitura avalia a evolução na conscientização das ideias pregadas do Plano ABC em Formosa?
- ✓ Como a Prefeitura avalia a liberação de recursos, quanto à suficiência e ao processo em si?
- ✓ Quais as perspectivas da Prefeitura acerca do Plano ABC em Formosa?

APÊNDICE C – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS COM OS PRODUTORES RURAIS

(ADAPTADO PARA ANÁLISE)

Identificação da propriedade

1) Localização das propriedades do produtor:

2) Área total de uso do produtor : _____ ha

3) Produção/atividade econômica:

a- () Agricultor – culturas: _____

b- () Pecuárista – culturas: _____

c- () Outras atividades – quais? _____

Identificação do produtor

4) Nome: _____

5) Sexo: ()M ()F

6) Idade: _____ anos

7) Tempo na atividade: _____ anos

8) Assistido por empresa de Assistência Técnica?

a- () sim

b- () não – motivo: _____

9) Bancos nos quais opera (numerar em ordem de maior relacionamento):

a- () Banco do Brasil	f- () Santander
b- () Caixa Econômica Federal	g- () HSBC
c- () BRB	h- () Mercantil
d- () SICOOB/BANCOOB	i- () Bradesco
e- () Itaú	j- () Outros: _____

Questionário

10) O sr./a sra. conhece o Plano ABC?

a- () sim, ouvi falar

b- () sim, conheço bem

c- () sim, já utilizei o crédito

d- () não, nunca ouvi falar

• ***Se respondeu SIM (opções a, b ou c), continue abaixo:***

11) O que o sr./a sra. conhece sobre o Plano ABC?

a- () a filosofia do Plano, ou seja, as ideias que ele prega

b- () as condições de financiamento do Programa ABC (taxas, prazo, carência etc)

c- () detalhes, como a documentação necessária para acesso ao crédito

d- () não lembro

e- () outros, como a finalidade do crédito

12) Como o sr./a sra. tomou conhecimento?

a- () através de eventos/cartazes/anúncios/Internet. Onde? _____

b- () através da Prefeitura

- c- () através do Banco. Qual? _____
d- () através da minha empresa de Assistência Técnica
e- () através de outros produtores
- 13) Se o sr./a sra. utilizou o crédito do Programa ABC, ou está com proposta em andamento, ou, pelo menos, já decidiu utilizá-lo, o que mais te motivou? (SUGERIR AS OPÇÕES)
a- () as condições de financiamento do Programa ABC (taxas, prazo, carência etc)
b- () a proposta do Plano de melhoria da produtividade e do lucro
c- () a filosofia do Plano, ou seja, as ideias que ele prega
d- () todo mundo tá acessando o crédito
e- () não sei. O gerente do Banco disse que é bom.
f- () outros motivos. Quais? _____
-

*** Finalidade do crédito:

- 14) Se o sr./a sra. utilizou o crédito do Programa ABC, ou está com proposta em andamento, como avalia o processo de análise/liberação de crédito no Banco, até o momento?
a- () ótimo
b- () bom, com algumas deficiências
c- () regular, com muitas deficiências
d- () péssimo
- 15) Se o sr./a sra. respondeu as opções b,c ou d na questão acima, quais dificuldades o sr./a sra. encontrou no acesso ao crédito do Programa ABC?
a- () prazo muito longo para liberar o recurso
b- () dificuldade em providenciar a documentação
c- () divergência ou falta de informações
d- () outras. Quais? _____
-

- 16) Se o sr./a sra. não utilizou o crédito do Programa ABC e não está com proposta em andamento no Banco ou ainda não decidiu utilizá-lo, qual o motivo? (SUGERIR AS OPÇÕES)
a- () ainda não fui ao Banco falar com meu gerente
b- () não tive muitas informações a respeito. Então, desisti.
c- () Dei entrada com um projeto, mas tive muitas dificuldades. Então, desisti.
d- () O Banco não aprovou meu crédito
e- () Não quero me endividar
f- () Não acredito nesse Programa ABC
-
-
-

- *Se sr./a sra. utilizou o crédito do Programa ABC ou está com proposta em andamento, continue abaixo:*

- 17) Que instituições/empresas mais apoiaram o sr./a sra. na disponibilização de informações sobre o Plano ABC e na intermediação com o Banco, quando for o caso? (SUGERIR AS OPÇÕES)

- a- () a Prefeitura
 - b- () a minha empresa de Assistência técnica
 - c- () o Banco
 - d- () outras instituições. Quais? _____
 - e- () procurei as informações ou recebi apoio de outros produtores
 - f- () mídia/imprensa
-
-
-

18) De uma maneira geral, como o sr./a sra. avalia a divulgação do Plano ABC e o apoio aos produtores rurais?

- a- () ótima. Pq?
-
-

- b- () boa, com algumas deficiências. Quais?
-
-

- c- () regular, com muitas deficiências. Quais?
-
-

- d- () péssima. Pq?
-
-

19) Na sua opinião, o Plano ABC encaminha-se a:

- a- () manter-se como está
- b- () fortalecer-se, ao estender o número de produtores rurais beneficiados e diminuir as dificuldades encontradas hoje no acesso ao crédito do Programa
- c- () fortalecer-se, ao ampliar a visão dos produtores rurais quanto às questões ambientais
- d- () ser esquecido ou substituído por outras medidas de governo
- e- () não sei

20) O sr./a sra. considera-se satisfeito com Programa ABC?

- a- () Sim, muito satisfeito. Pretendo utiliza-lo novamente e recomendo a amigos/familiares.
- b- () Sim, pouco satisfeito. Ainda tem muito a melhorar.
- c- () Não. Tenho muitas objeções.
- d- () Não sei/Indiferente.

ANEXOS

ANEXO A – FINANCIAMENTO RURAL – PROGRAMAÇÃO E APLICAÇÃO DE RECURSOS – SAFRAS 2012/2013 (EFETIVA) E 2013/2014

Fontes de recursos ou programas	2012/2013			2013/2014			(Em R\$ milhões)
	Programação jul/12 a jun/13	Aplicação jul/12 a jun/13	Desemb. relativo (%)	Programação jul/13 a jun/14	Aplicação jul/13 a jun/14	Desemb. relativo (%)	Comparativo Aplicação Var. (%)
	(a)	(b)	(b)/(a)	(c)	(d)	(d)/(c)	(d)/(b)
1. Custeio e Comercialização	88.950,0	89.302,7	100,4	97.627,0	115.540,6	118,3	29,4
1.1 Juros controlados	72.550,0	69.374,5	95,6	82.227,0	90.021,0	109,5	29,8
1.1.1 Rec.Obrigatório MCR 6-2 (5,5% a.a.) ⁽¹⁾	38.600,0	37.327,0	96,7	42.538,0	48.076,7	113,0	28,8
1.1.2 Poupança Rural MCR 6-4 (5,5% a.a.)	19.800,0	18.764,1	94,8	23.610,0	25.131,7	106,4	33,9
1.1.3 Recursos Próprios (5,5%aa)	700,0	79,1	11,3	500,0	-	-	-
1.1.4 FUNCAFE (5,5% a. a.)	2.100,0	1.727,9	82,3	3.181,0	2.155,2	67,8	24,7
1.1.5 Pronamp Rural (4,5% a.a.)	7.150,0	9.182,0	128,4	8.050,0	11.459,9	142,4	24,8
- Banco do Brasil	3.400,0	7.111,7	209,2	4.800,0	9.026,9	188,1	26,9
- Bancos Cooperativos e BASA	1.100,0	1.135,1	103,2	600,0	1.728,6	288,1	52,3
- Sistema BNDES	100,0	13,5	13,5	100,0	16,6	16,6	23,2
- Rec.Obrigatório MCR 6-2 - Outros Bancos	2.550,0	921,7	36,1	2.550,0	687,7	27,0	(26,4)
1.1.6 Fundos Constitucionais (3,5% a.a.) ⁽²⁾	2.200,0	2.159,3	98,2	2.348,0	1.843,6	78,5	(14,6)
1.1.7 Estocagem de Alcool (7,7% a.a.)	2.000,0	135,1	6,8	2.000,0	1.353,9	67,7	902,4
1.2 Juros livres	16.400,0	19.928,2	121,5	15.400,0	25.519,6	165,7	28,1
1.2.1 Poupança Rural (MCR 6-4) ⁽³⁾	4.000,0	1.998,0	49,9	4.000,0	4.183,2	104,6	109,4
1.2.2 Recursos Livres ⁽⁴⁾	2.800,0	2.898,1	103,5	2.800,0	4.165,1	148,8	43,7
1.2.3 CPR Aval/Compra	1.500,0	1.376,5	91,8	1.000,0	1.912,1	191,2	38,9
1.2.4 BB-Agroindustrial (MCR 6-4 e LCA)	7.250,0	12.987,2	179,1	7.250,0	15.259,2	210,5	17,5
1.2.5 Recursos Externos - 63 Rural	850,0	668,4	78,6	350,0	-	-	-
2. Investimento	26.300,0	31.110,1	118,3	38.436,0	41.768,6	108,7	34,3
2.1 Programas do BNDES(5)	18.400,0	17.720,2	96,3	24.850,0	24.972,3	100,5	40,9
2.1.1 Moderfrota (5,5% a.a.)	150,0	9,4	6,2	160,0	19,4	12,1	107,3
2.1.2 Moderagro (5,5% a.a.)	950,0	559,1	58,9	550,0	519,1	94,4	(7,2)
2.1.3 Moderinfra (3,5% e 5,5% a.a.)	500,0	246,3	49,3	550,0	226,0	41,1	(8,3)
2.1.4 Programa ABC - (5,0% a.a.)	3.400,0	2.870,4	84,4	4.500,0	2.779,1	61,8	(3,2)
- BNDES	1.900,0	370,3	19,5	500,0	279,1	55,8	(24,6)
- Banco do Brasil	1.500,0	2.500,0	166,7	4.000,0	2.500,0	62,5	(0,0)
2.1.5 Prodecoop (5,5% a.a.)	2.000,0	598,0	29,8	350,0	757,8	216,5	27,1
2.1.6 Moderfrota Pronamp (5,0% a.a.)	-	0,8	-	-	-	-	-
2.1.7 Procap - Agro (5,5% a.a e 6,5% a.a.) ⁽⁶⁾	3.000,0	728,7	24,3	3.240,0	2.620,1	80,9	259,6
2.1.8 PSI-BK (4,5% e 6,0% a.a.)	6.000,0	11.634,1	193,9	7.000,0	12.605,5	180,1	8,4
- Rural	-	11.593,9	-	6.000,0	11.978,5	199,6	3,3
- Cerealistas	-	40,2	-	1.000,0	627,0	62,7	1.480,6
2.1.9 PCA (Construção e Ampliação de Armazens) (3,5% a.a.) ⁽⁷⁾	-	-	-	3.500,0	3.862,2	110,3	-
- BNDES	-	-	-	1.750,0	1.246,5	71,2	-
- Banco do Brasil	-	-	-	1.750,0	2.616,7	149,5	-
2.1.10 Inovagro (3,5% a.a.)	-	-	-	1.000,0	82,0	8,2	-
2.1.11 Proreforma/Setor Suco-alcooleiro (5,5% a.a.)	2.400,0	1.075,5	44,8	4.000,0	1.501,0	37,5	39,6
2.2 Demais fontes/programas	7.900,0	13.389,9	169,5	13.586,0	16.796,3	123,6	25,4
2.2.1 Fundos Constitucionais (3,5% a.a.) ⁽²⁾	2.900,0	3.614,7	124,7	2.878,0	4.641,3	161,3	29,2
2.2.2 Pronamp (4,5% a.a.)	4.000,0	3.101,5	77,5	5.160,0	5.318,1	103,1	71,5
- Banco do Brasil	1.600,0	2.468,8	154,3	2.600,0	3.735,6	143,7	51,4
- Bancos Cooperativos e BASA	250,0	408,9	163,6	50,0	617,2	1.234,4	50,9
- Rec.Obrigatório MCR 6-2 - Outros Bancos	1.000,0	184,2	18,4	1.110,0	890,0	80,2	383,1
- BNDES	1.150,0	41,6	3,6	1.400,0	75,3	5,4	81,2
2.2.3 Recursos Externos - 63 Rural	-	74,5	-	-	-	-	-
2.2.4 Rec.Obrigatório MCR 6-2 (5,5% a.a.) ⁽¹⁾	500,0	5.449,4	1.089,9	5.000,0	5.124,1	102,5	(6,0)
2.2.5 Poupança Rural (MCR 6-4) (3) Livre	-	373,0	-	50,0	509,1	1.018,1	36,5
2.2.6 Recursos Livres ⁽⁴⁾	500,0	837,0	167,4	-	1.078,8	-	28,9
2.2.7 Recursos Próprios - Bancoob (5,5% a.a.)	-	39,9	-	500,0	224,9	45,0	463,8
4. AGRICULTURA EMPRESARIAL (1+2+3)	115.250,0	120.412,8	104,5	136.063,0	157.309,1	115,6	30,6
4. Agricultura Familiar (Pronaf) (8)	18.000,0	18.634,7	103,5	21.000,0	22.283,4	106,1	19,6
5. AGRICULTURA TOTAL (3+4)	133.250,0	139.047,5	104,4	157.063,0	179.592,5	114,3	29,2

Fonte: RECOR/BCOR/BACEN, BNDES, BB, BNB, BASA, BANCOOB e SICREDI.

Notas:

(1) Informações do Bacen/Recor deduzidos Pronaf Exigibilidade e Pronamp Exigibilidade

(2) Taxas de juros aos produtores: 3,5% para todos os portes de produtores e considerados os bonus de adimplência.

(3) Informações do BB, BNB, BASA, BANCOOB e SICREDI.

(4) Informações ReconBacen.

(5) Informações BNDES (desembolso) e BB com recursos da Poupança Rural 6.4 controlada

(6) Procap-agro: 5,5% a.a. para cotas partes e 6,5% a.a. para giro.

(7) PCA: informações de operações em análise, aprovadas e desembolsos efetuados. Informações do BB incluem FCO, Pronamp e outros.

(8) Informações do MDA

Fonte: Mapa (2014-A).

ANEXO B – BRASIL: CRÉDITO RURAL – PROGRAMAS DE INVESTIMENTO COM RECURSOS DO SISTEMA BNDES – DESEMBOLSOS EFETUADOS EM 2013

(Mil Reais correntes)

REGIÃO/ESTADOS	ABC	Moderagro	Moderinfra	Prodecoop	Moderfota	Procap-Agro	Pronamp	Prorenova	PCA	PSI	Outros Programas	Total
REGIÃO NORTE	26.118	6.618	1.325	-	-	13.000	238	-	-	474.027	-	521.326
RONDÔNIA	867	137	-	-	-	-	138	-	-	73.658	-	74.798
ACRE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.806	-	4.806
AMAZONAS	-	1.348	-	-	-	-	-	-	-	1.642	-	2.988
RORAIMA	-	1.367	-	-	-	-	-	-	-	6.372	-	7.739
PARÁ	11.644	-	-	-	-	-	-	-	-	119.928	-	131.572
AMAPA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.516	-	1.516
TOCANTINS	13.807	3.788	1.325	-	-	13.000	102	-	-	286.105	-	297.907
REGIÃO NORDESTE	10.703	10.009	10.492	-	142	5.100	-	3.155	-	909.213	-	992.741
MARANHAO	250	-	-	-	-	-	-	-	-	206.265	-	206.515
PIAUI	1.740	-	4.000	-	-	-	-	-	-	135.019	-	140.759
CEARA	-	410	-	-	-	800	-	-	-	-	-	37.837
RIO GRANDE DO NORTE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7.558	-	7.558
PARAIBA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13.060	-	13.060
PERNAMBUCO	-	179	-	-	142	-	-	-	-	33.940	-	36.761
ALAGOAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14.132	-	14.132
SERGIPE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16.278	-	16.278
BAHIA	8.713	9.419	6.482	-	-	4.300	-	3.155	-	482.983	-	520.043
REGIÃO SUDESTE	100.021	56.120	28.485	21.464	1.228	469.126	6.592	608.403	7.000	3.520.663	13	5.661.204
MINAS GERAIS	76.796	35.962	25.788	5.238	817	186.575	2.438	95.808	-	1.497.117	13	2.004.203
ESPIRITO SANTO	3.815	4.578	1.403	-	-	12.000	3.932	3.982	-	48.616	-	86.328
RIO DE JANEIRO	11	199	-	-	-	3.000	-	-	-	14.330	-	17.541
SÃO PAULO	19.398	15.380	1.295	16.226	411	267.551	222	508.813	7.000	1.980.599	-	3.553.135
REGIÃO SUL	84.954	390.696	130.938	520.612	13.068	1.390.062	60.719	344.732	23.640	5.127.888	-	8.089.376
PARANÁ	28.822	217.509	18.512	359.171	5.271	725.542	22.944	344.732	5.285	2.475.197	-	4.202.984
SANTA CATARINA	4.073	80.785	9.198	144.709	649	285.167	13.999	-	6.185	365.952	-	911.871
RIO GRANDE DO SUL	52.059	92.402	103.229	16.732	7.148	379.352	23.776	-	12.170	2.286.738	-	2.974.721
REGIÃO CENTRO-OESTE	126.252	38.847	10.290	41.262	983	95.400	1.019	138.942	7.836	3.797.341	95	4.365.667
MATO GROSSO DO SUL	37.153	10.841	4.843	33.309	296	44.800	238	25.000	2.935	626.440	-	829.853
MATO GROSSO	6.697	19.614	3.044	575	338	2.000	631	-	628	2.183.488	-	2.217.018
GOIÁS	82.153	8.392	2.403	7.378	350	48.800	150	113.942	4.273	958.515	95	1.289.851
DISTRITO FEDERAL	250	-	-	-	-	-	-	-	-	28.897	-	29.147
Total Brasil	348.048	502.289	181.530	583.337	15.422	1.972.687	68.568	1.095.231	38.476	13.829.131	108	19.630.314
Norte	26.118	6.618	1.325	-	-	13.000	238	-	-	474.027	-	521.326
Norte/Brasil(%)	7,5	1,3	0,7	-	-	0,7	0,3	-	-	3,4	-	2,7
Nordeste	10.703	10.009	10.492	-	142	5.100	-	3.155	-	909.213	-	992.741
Nordeste/Brasil(%)	3,1	2,0	5,8	-	0,9	0,3	-	0,3	-	6,6	-	5,1
Sudeste	100.021	56.120	28.485	21.464	1.228	469.126	6.592	608.403	7.000	3.520.663	13	5.661.204
Sudeste/Brasil(%)	28,7	11,2	15,7	3,7	8,0	23,8	9,6	55,6	18,2	25,5	12,1	28,8
Sul	84.954	390.696	130.938	520.612	13.068	1.390.062	60.719	344.732	23.640	5.127.888	-	8.089.376
Sul/Brasil(%)	24,4	70,0	72,1	89,2	84,7	70,5	88,6	31,5	61,4	37,1	-	41,2
Centro-Oeste	126.252	38.847	10.290	41.262	983	95.400	1.019	138.942	7.836	3.797.341	95	4.365.667
Centro-Oeste/Brasil(%)	36,3	7,7	5,7	7,1	6,4	4,8	1,5	12,7	20,4	27,5	87,9	22,2

Fonte: BNDES

20

Fonte: Mapa (2014-A).

ANEXO C – BRASIL: CRÉDITO RURAL – PROGRAMAS DE INVESTIMENTO COM RECURSOS DO SISTEMA BNDES – DESEMBOLSOS EFETUADOS EM JANEIRO A AGOSTO DE 2014

(Mil Reais correntes)

REGIÃO/ESTADOS	ABC	Moderagro	Moderinfra	Prodecoop	Moderfrota	Procap-Agro	Pronamp	Prerenova	PCA	PSIRural/ Cerealistas/ônibus e caminhões	NOVAGRO	PASS	Outros Programas	Total
REGIÃO NORTE	18.468	5.523	870	-	59	-	570	-	12.680	309.692	-	-	-	347.861
RONDÔNIA	600	280	-	-	-	-	404	-	6.400	45.063	-	-	-	52.837
ACRE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.239	-	-	-	3.239
AMAZONAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	130	-	-	-	130
RORAIMA	-	1.942	-	-	-	-	-	-	-	5.201	-	-	-	7.143
PARÁ	3.830	-	-	-	-	-	-	-	-	70.566	-	-	-	74.396
AMAPÁ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.249	-	-	-	2.249
TOCANTINS	14.038	3.301	870	-	59	-	76	-	6.280	183.244	-	-	-	207.868
REGIÃO NORDESTE	4.624	10.682	2.429	-	370	870	-	25.328	5.445	544.372	-	11.600	-	605.720
MARANHÃO	-	581	-	-	370	-	-	13.188	2.328	128.181	-	-	-	142.648
PIAUI	1.800	2.594	-	-	-	-	-	-	3.117	51.447	-	-	-	59.018
CEARÁ	-	-	-	-	-	870	-	-	-	30.560	-	-	-	31.430
RIO GRANDE DO NORTE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.035	-	11.600	-	15.635
PARAIBA	-	-	-	-	-	-	-	7.511	-	12.725	-	-	-	20.236
PERNAMBUCO	-	778	-	-	-	-	-	-	-	14.608	-	-	-	15.386
ALAGOAS	-	-	-	-	-	-	-	4.829	-	7.848	-	-	-	12.477
SERGIPE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9.080	-	-	-	9.080
BAHIA	2.764	6.729	2.429	-	-	-	-	-	-	287.888	-	-	-	299.810
REGIÃO SUDESTE	40.676	49.469	39.542	99.493	2.764	128.245	7.654	1.087.225	45.369	1.721.620	2.308	7.220	-	3.231.584
MINAS GERAIS	28.774	20.095	31.393	30.769	1.828	82.530	7.281	81.352	20.951	866.688	859	7.220	-	969.340
ESPIRITO SANTO	2.077	2.155	-	-	-	13.145	292	-	-	27.348	1.000	-	-	46.017
RIO DE JANEIRO	130	200	-	-	-	-	-	-	-	5.834	-	-	-	6.164
SÃO PAULO	9.695	27.019	8.149	88.724	1.136	62.570	81	1.025.873	24.418	991.750	649	-	-	2.210.064
REGIÃO SUL	37.942	163.281	90.105	287.868	10.894	534.170	74.674	140.681	211.371	2.905.739	65.152	-	-	4.521.877
PARANÁ	8.152	91.008	12.396	254.660	3.148	247.500	28.282	140.681	71.360	1.400.998	44.162	-	-	2.302.615
SANTA CATARINA	4.631	40.824	2.810	29.833	255	68.520	12.661	-	60.589	232.995	14.385	-	-	457.293
RIO GRANDE DO SUL	25.159	31.449	75.099	3.085	7.491	228.150	33.711	-	79.432	1.271.788	6.605	-	-	1.761.969
REGIÃO CENTRO-OESTE	62.536	29.847	16.976	7.552	1.708	32.775	1.641	230.927	123.605	2.066.957	4.750	-	-	2.579.274
MATO GROSSO DO SUL	14.078	3.533	4.113	5.541	258	20.775	435	106.830	13.403	318.744	2.050	-	-	489.758
MATO GROSSO	3.100	18.571	5.485	751	1.213	2.000	1.058	-	82.736	1.214.157	1.000	-	-	1.330.071
GOIÁS	45.360	7.743	7.378	1.280	237	10.000	148	124.097	27.466	517.390	1.700	-	-	742.779
DISTRITO FEDERAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16.666	-	-	-	16.666
Total Brasil	164.245	258.802	149.922	394.913	15.795	696.060	84.539	1.484.161	398.470	7.548.380	72.210	18.820	-	11.286.316
Norte	18.468	5.523	870	-	59	-	570	-	12.680	309.692	-	-	-	347.861
Norte/Brasil(%)	11,2	2,1	0,6	-	0,4	-	0,7	-	3,2	4,1	-	-	-	3,1
Nordeste	4.624	10.682	2.429	-	370	870	-	25.328	5.445	544.372	-	11.600	-	605.720
Nordeste/Brasil(%)	2,8	4,1	1,6	-	2,3	0,1	-	1,7	1,4	7,2	-	61,6	-	5,4
Sudeste	40.676	49.469	39.542	99.493	2.764	128.245	7.654	1.087.225	45.369	1.721.620	2.308	7.220	-	3.231.584
Sudeste/Brasil(%)	24,8	19,1	26,4	25,2	17,5	18,4	9,1	73,3	11,4	22,8	3,2	38,4	-	28,6
Sul	37.942	163.281	90.105	287.868	10.894	534.170	74.674	140.681	211.371	2.905.739	65.152	-	-	4.521.877
Sul/Brasil(%)	23,1	56,8	60,1	72,9	69,0	76,7	88,3	9,5	53,0	38,5	90,2	-	-	40,1
Centro-Oeste	62.536	29.847	16.976	7.552	1.708	32.775	1.641	230.927	123.605	2.066.957	4.750	-	-	2.579.274
Centro-Oeste/Brasil(%)	38,1	11,5	11,3	1,9	10,8	4,7	1,9	15,6	31,0	27,4	6,6	0,0	0,0	22,9

Fonte: BNDES

21

Fonte: Mapa (2014-A).

ANEXO D – CENSO AGROPECUÁRIO 2006 – CONDIÇÃO DO PRODUTOR – TOTAL – MASCULINO E FEMININO – ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS – COMPARAÇÃO ENTRE OS MUNICÍPIOS: GOIÁS

<u>uf</u>	<u>município</u>	<u>Hectares</u>
GO	Abadia de Goiás	9.299
GO	Abadiânia	85.136
GO	Acreúna	143.135
GO	Adelândia	9.725
GO	Água Fria de Goiás	145.511
GO	Água Limpa	43.623
GO	Águas Lindas de Goiás	11.088
GO	Alexânia	52.436
GO	Aloândia	10.981
GO	Alto Horizonte	36.831
GO	Alto Paraíso de Goiás	190.439
GO	Alvorada do Norte	72.938
GO	Amaralina	125.439
GO	Americano do Brasil	8.255
GO	Amorinópolis	38.790
GO	Anápolis	55.638
GO	Anhanguera	5.214
GO	Anicuns	55.201
GO	Aparecida de Goiânia	6.885
GO	Aparecida do Rio Doce	64.294
GO	Aporé	268.857
GO	Araçu	16.659
GO	Aragarças	50.993

<u>uf</u>	<u>município</u>	<u>Hectares</u>
GO	Aragoiânia	14.602
GO	Araguapaz	157.361
GO	Arenópolis	113.450
GO	Aruanã	261.981
GO	Aurilândia	53.780
GO	Avelinópolis	13.638
GO	Baliza	119.903
GO	Barro Alto	68.132
GO	Bela Vista de Goiás	88.217
GO	Bom Jardim de Goiás	176.485
GO	Bom Jesus de Goiás	131.859
GO	Bonfinópolis	10.305
GO	Bonópolis	162.681
GO	Brazabrantes	13.520
GO	Britânia	153.629
GO	Buriti Alegre	76.420
GO	Buriti de Goiás	29.328
GO	Buritinópolis	16.392
GO	Cabeceiras	80.976
GO	Cachoeira Alta	159.153
GO	Cachoeira de Goiás	33.444
GO	Cachoeira Dourada	36.699
GO	Caçu	192.646
GO	Caiapônia	636.288
GO	Caldas Novas	82.642
GO	Caldazinha	15.635

<u>uf</u>	<u>município</u>	<u>Hectares</u>
GO	Campestre de Goiás	24.398
GO	Campinaçu	121.129
GO	Campinorte	90.010
GO	Campo Alegre de Goiás	165.699
GO	Campo Limpo de Goiás	11.423
GO	Campos Belos	38.940
GO	Campos Verdes	36.819
GO	Carmo do Rio Verde	32.183
GO	Castelândia	37.075
GO	Catalão	266.851
GO	Caturai	19.700
GO	Cavalcante	322.089
GO	Ceres	17.504
GO	Cezarina	48.097
GO	Chapadão do Céu	131.092
GO	Cidade Ocidental	26.728
GO	Cocalzinho de Goiás	121.011
GO	Colinas do Sul	132.128
GO	Córrego do Ouro	39.451
GO	Corumbá de Goiás	68.689
GO	Corumbaíba	167.154
GO	Cristalina	323.722
GO	Cristianópolis	18.925
GO	Crixás	346.644
GO	Cromínia	24.259
GO	Cumari	41.689

<u>uf</u>	<u>município</u>	<u>Hectares</u>
GO	Damianópolis	38.814
GO	Damolândia	7.950
GO	Davinópolis	33.813
GO	Diorama	51.981
GO	Divinópolis de Goiás	74.721
GO	Doverlândia	326.050
GO	Edealina	58.055
GO	Edéia	127.976
GO	Estrela do Norte	29.381
GO	Faina	117.871
GO	Fazenda Nova	115.291
GO	Firminópolis	40.007
GO	Flores de Goiás	404.358
GO	Formosa	506.817
GO	Formoso	79.103
GO	Gameleira de Goiás	88.704
GO	Goianápolis	14.352
GO	Goiandira	42.730
GO	Goianésia	129.429
GO	Goiânia	25.163
GO	Goianira	14.784
GO	Goiás	268.605
GO	Goiatuba	195.338
GO	Gouvelândia	43.133
GO	Guapó	34.993
GO	Guaraíta	15.291

<u>uf</u>	<u>município</u>	<u>Hectares</u>
GO	Guarani de Goiás	70.714
GO	Guarinos	39.668
GO	Heitorai	18.969
GO	Hidrolândia	78.653
GO	Hidrolina	43.347
GO	Iaciara	140.053
GO	Inaciolândia	64.283
GO	Indiara	79.671
GO	Inhumas	50.326
GO	Ipameri	294.961
GO	Ipiranga de Goiás	18.541
GO	Iporá	88.945
GO	Israelândia	55.288
GO	Itaberaí	96.382
GO	Itaguari	11.359
GO	Itaguaru	20.997
GO	Itajá	175.066
GO	Itapaci	60.031
GO	Itapirapuã	217.511
GO	Itapuranga	70.200
GO	Itarumã	281.129
GO	Itauçu	34.706
GO	Itumbiara	160.780
GO	Ivolândia	103.240
GO	Jandaia	67.008
GO	Jaraguá	147.651

uf	município	Hectares
GO	Jataí	575.103
GO	Jaupaci	45.125
GO	Jesúpolis	10.562
GO	Joviânia	54.240
GO	Jussara	385.633
GO	Lagoa Santa	53.792
GO	Leopoldo de Bulhões	45.728
GO	Luziânia	236.658
GO	Mairipotaba	40.630
GO	Mambaí	28.622
GO	Mara Rosa	136.447
GO	Marzagão	20.828
GO	Matrinchã	119.796
GO	Maurilândia	64.687
GO	Mimoso de Goiás	105.288
GO	Minaçu	162.422
GO	Mineiros	650.553
GO	Moiporá	38.662
GO	Monte Alegre de Goiás	191.974
GO	Montes Claros de Goiás	256.433
GO	Montividiu	179.915
GO	Montividiu do Norte	136.007
GO	Morrinhos	255.017
GO	Morro Agudo de Goiás	25.827
GO	Mossâmedes	58.152
GO	Mozarlândia	155.099

<u>uf</u>	<u>município</u>	<u>Hectares</u>
GO	Mundo Novo	185.057
GO	Mutunópolis	81.757
GO	Nazário	20.066
GO	Nerópolis	12.506
GO	Niquelândia	464.513
GO	Nova América	21.166
GO	Nova Aurora	22.485
GO	Nova Crixás	595.415
GO	Nova Glória	39.338
GO	Nova Iguaçu de Goiás	48.604
GO	Nova Roma	107.837
GO	Nova Veneza	7.832
GO	Novo Brasil	63.496
GO	Novo Gama	4.773
GO	Novo Planalto	96.781
GO	Orizona	150.412
GO	Ouro Verde de Goiás	18.663
GO	Ouvidor	25.588
GO	Padre Bernardo	214.607
GO	Palestina de Goiás	110.836
GO	Palmeiras de Goiás	142.751
GO	Palmelo	5.789
GO	Palminópolis	41.331
GO	Panamá	38.727
GO	Paranaiguara	94.692
GO	Paraúna	326.531

uf	município	Hectares
GO	Perolândia	74.795
GO	Petrolina de Goiás	42.725
GO	Pilar de Goiás	63.879
GO	Piracanjuba	225.669
GO	Piranhas	204.118
GO	Pirenópolis	139.987
GO	Pires do Rio	86.620
GO	Planaltina	134.032
GO	Pontalina	129.861
GO	Porangatu	440.549
GO	Porteirão	58.724
GO	Portelândia	34.487
GO	Posse	108.521
GO	Professor Jamil	35.403
GO	Quirinópolis	235.595
GO	Rialma	23.349
GO	Rianópolis	15.353
GO	Rio Quente	18.424
GO	Rio Verde	621.677
GO	Rubiataba	68.330
GO	Sanclerlândia	49.502
GO	Santa Bárbara de Goiás	13.713
GO	Santa Cruz de Goiás	96.086
GO	Santa Fé de Goiás	98.831
GO	Santa Helena de Goiás	119.221
GO	Santa Isabel	65.126

<u>uf</u>	<u>município</u>	<u>Hectares</u>
GO	Santa Rita do Araguaia	61.678
GO	Santa Rita do Novo Destino	71.904
GO	Santa Rosa de Goiás	16.837
GO	Santa Tereza de Goiás	77.679
GO	Santa Terezinha de Goiás	105.620
GO	Santo Antônio da Barra	22.465
GO	Santo Antônio de Goiás	10.595
GO	Santo Antônio do Descoberto	45.973
GO	São Domingos	152.785
GO	São Francisco de Goiás	35.684
GO	São João da Paraúna	19.897
GO	São João d' Aliança	181.067
GO	São Luís de Montes Belos	67.378
GO	São Luíz do Norte	37.639
GO	São Miguel do Araguaia	565.973
GO	São Miguel do Passa Quatro	40.794
GO	São Patrício	15.278
GO	São Simão	30.253
GO	Senador Canedo	12.588
GO	Serranópolis	462.850
GO	Silvânia	189.467
GO	Simolândia	24.842
GO	Sítio d' Abadia	101.735
GO	Taquaral de Goiás	16.091
GO	Teresina de Goiás	59.200
GO	Terezópolis de Goiás	8.594

<u>uf</u>	<u>município</u>	<u>Hectares</u>
GO	Três Ranchos	7.450
GO	Trindade	59.549
GO	Trombas	60.014
GO	Turvânia	46.955
GO	Turvelândia	52.939
GO	Uirapuru	94.816
GO	Uruaçu	176.910
GO	Uruana	38.166
GO	Urutaí	51.154
GO	Valparaíso de Goiás	610
GO	Varjão	31.307
GO	Vianópolis	61.171
GO	Vicentinópolis	62.968
GO	Vila Boa	153.983
GO	Vila Propício	169.760

Fonte: Censo Agropecuário 2006. NOTA: Os dados com menos de 3 (três) informantes estão desidentificados, apresentando a expressão **Não disponível**, a fim de evitar a individualização da informação.

Fonte: IBGE, 2014.